

REVISTA
— DO —
INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO
— DO —

RIO GRANDE DO NORTE
FUNDADO A 29 DE MARÇO DE 1902
VOLS. XLI-XLIV DE 1944 A 1947

REDATORES :

Dr. Nestor Lima, responsavel

Des. Antonio Soares

Dr. Luis da Camara Cascudo



Tip. GALHARDO
NATAL
1948

ARQUIVO

Treis Documentos historicos sobre a Republica no Rio Grande do Norte.

I

O Convite original para a sessão de fundação do Partido Republicano do Rio Grande do Norte a 27 de janeiro de 1889.

CIDADÃO

A consternadora descrença que as nossas caducas instituições vão levando a todos os espiritos serios e patrioticos, e o impulso assombrosamente acelerado que tem tomado, nestes ultimos tempos, as tendencias democraticas devem soar funebrememente aos ouvidos da monarchia, como presagio de sua queda inevitavel e proxima.

O governo tyrannico e sanguinario do 1º imperador, a maneira perfida e corruptora pela qual o actual imperante, com o seu disfarçado despotismo, fez de si o unico poder do estado, a perspectiva de um terceiro reinado inhabil e fanatico, assessoriado por cortezãos favoritos e por um principe avaro e antipathico, não deixam duvidas de que estão na republica, com seu largo programma de igualdades, — o futuro e a salvação da patria.

Nesta America liberrima um throno é um cogumelo exotico. Implantada à força sobre uma nação jovem e ignorante, a monarchia, hoje que o povo vai comprehendendo a sua causa e os seus direitos, se torna cada dia mais insustentavel, oscilla já em seus frageis alicerces e não tardará muito a baquear.

A onda republicana cresce e se avoluma; ella representa a alma do povo, a opinião nacional em busca de um futuro melhor, sedenta de justiça, ella é a liberdade e a igualdade a darem batalha a um velho throno, carcomido e podre que personifica o despotismo e o privilegio.

O Rio Grande do Norte não pode nem dever ficar alheio ao grande movimento democratico que se organisa no paiz inteiro.

Deste solo que já bebeo sangue martyr hão de surgir as vozes do patriotismo para glorificar a memoria heroica daquelles que souberam morrer pela sua honra civica, exalando o ultimo suspiro pela liberdade e pela patria.

O sangue que os patriotas de 17 derramarão pela independencia era tão puro e tão nobre, que mais de oitenta annos de despotismo volvidos sobre aquella semente sagrada não lhe poderão aniquilar a vitalidade.

E' tempo de regar com a chuva fertilizadora da palavra e do exemplo aquelle fecundo germen democratico, cujos fructos breve colheremos — emancipando-nos, confraternizando com o ideal americano, que é a soberania popular, deixando enfim de ser subditos para sermos cidadãos.

Certos de que esta maneira de pensar achará mais cedo ou mais tarde, um acolhimento franco e decidido no espirito de todo o brasileiro que, com imparcialidade, observar a marcha improgressiva e atrophiante do nosso systema governamental, es-

peramos que o vosso concurso não será negado à propaganda republicana nesta nossa cara provincia.

Ao raiar desta era gloriosa e immortal de 89, cem annos decorridos após o sublime evangelho social pregado em França, pelos heroes e martyres da grande revolução, temos fé que neste esquecido canto da patria brasileira receba o primeiro impulso o partido republicano, cuja força, ainda latente, em breve se ostentará pujante e vigorosa.

Para a primeira reunião, que deve ter logar no dia 27 do corrente, ao meio dia, no predio nº da rua Bom Jesus afim de tratar-se da criação de um « Centro Republicano », que anime e dirija o movimento de propaganda na provincia, contão os abaixo assinados com o vosso comparecimento, com o vosso apoio e com a vossa dedicação á santa causa da patria em perigo.

Os convidados residentes fora da capital, e que por justos motivos não possam comparecer á reunião do dia serão considerados socios fundadores do CENTRO REPUBLICANO, mediante a assinatura do « boletim » de adhesão que juntamente remetemos, e que deve ser devolvido antes do dia acima indicado, com endereço a qualquer dos signatarios desta circular.

Natal, 26 de janeiro de 1889.

(aa) *Dr. Pedro Velho*

Hermogenes J. Barboza Tinoco

Antonio Minervino M.^a Soares

J. Avelino P. Vasconcelos

João d'Albuquerque Maranhão

Augusto Severo.

II

A ata da proclamação da Republica, no Rio Grande do Norte, a 17 de Novembro de 1889.

ESTADO DO RIO G. DO NORTE

ACTA da proclamação da Republica Brasileira na Provincia, hoje Estado do Rio Grande do Norte.—

Aos desessete dias do mez de Novembro de mil oitocentos e oitenta e nove no Palacio da Presidencia desta Provincia onde se achavão reunidos os cidadãos abaixo assinados de accordo com o movimento republicano do paiz representado pelo Governo Provisorio estabelecido no Rio de Janeiro resolveram proclamar a Republica dos Estados Unidos do Brasil nesta Provincia hoje Estado do Rio Grande do Norte, o que sendo aprovado por todos com o maior enthusiasmo e vivas demonstrações de regozijo publico, pelo Capitão tenente Leoncio Rosa, foi acclamado Presidente o Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, que sendo unanimemente accedido no meio de aclamações geraes assumio administração e tomou posse do governo do novo Estado do Rio Grande do Norte, que assim ficou installado; do que para constar lavrou-se a presente acta, que vai por todos os cidadãos presentes assignados. Eu cidadão Joaquim Soares Raposo da Camara designado para escrever, a escrevi. Dr. Pedro Velho d'Albuquerque Maranhão, Leonço Roza, Felipe Bezerra Cavalcanti, Augusto d'Albuquerque Maranhão, Alferes do Exercito Joaquim d'Aboim Potengy, L. Gleyderth da Costa, Emygdio Getulio de Oliveira,

Bonifacio F. Pinheiro da Camara, José Leitão de Almeida, José Lucas da Costa, Victor José de Medeiros, João Pedrosa de Andrade, Paulo Paes Barreto, José Ignacio P. do Lago Filho, Joaquim C. Leitão d'Almeida, José Francisco Ribeiro de Goes, Luiz E. de Miranda, Francisco Salgado de A. Maranhão, Manoel Augusto Carneiro Monteiro, Clodomiro Nunes Belfort Ribeiro, Julião Bento da Costa, Raymundo Xavier da Costa, Galdino Sampaio, Paulino Ferreira da Silva, Lupicino Antunes da Costa Barros, João Alves de Mello, Manoel Salustiano F. Carvalho, Antonio Basilio Ribeiro Dantas, Lourenço Justiniano Tavares de Hollanda, André de Freitas Dornellas Camara, Luiz Antonio Ferreira Souto, João Agostinho Carneiro Bezerra Cavalcante, Antonio Gitirana, Thomaz José de Sena, Thomaz Landim, Manoel Felix Gitirana, Francisco Xavier de Lima Borges, Joaquim Jozé do Rego Barros, Luiz Antonio Ferreira Souto Filho, Luiz Antonio Ferreira Souto Neto, Alberto F. d'Albuquerque Maranhão, Alferes Francisco de Paula Fernandes Barros, João André de Bakker, Alberto Cavalcante de Albuquerque Wanderley, Heraclio de Araujo Villar, Vicente Ferreira Coelho, Braz F. Carneiro Vianna, Jozé Rabello Alvares da Silva, Elpidio Genezio de Oliveira Salles, Theodulo Adolpho Raposo da Camara, Alvaro Peronico Cavalcante, Jeronymo da Costa Lima Junior, Joaquim Valdivino F. da Costa, Pedro Teixeira de Araujo, Francisco de Paula Moraes Barros, Pedro Barretto de Menezes, Feliciano Henrique Pinto, Antonio Joaquim de Oliveira Costa, Dr. Antonio Antunes de Oliveira, Tertuliano da Costa Pinheiro Filho, Jovino Cezar Paz Barreto, Antonio Francisco de Oliveira, Pedro do Rego Barros Cavalcante, Candido Jozé de Mello, Jozé Dias Pimenta, José Pereira da Rocha, João Avelino Pereira de Vasconcellos, João Damascena Freire, Manoel Antonio Chaves, Francisco Amyntas da Costa Barros, Jozé Gervasio

de Amorim Garcia, Antonio Elias Alvares França, Antonio de Paula Oliveira Villas Bôas, Alfredo Estanisláo Cordeiro, Benedicto Ferreira da Silva, Antonio Pereira Peixoto, Deocleciano Jozé Romeiro, Possidonio Ximenes de Oliveira, M. Emygdio Pereira Barboza, Jozé Bizerra da Silva Grilo, João Augusto Carneiro Monteiro, Joaquim Jozé Gomes, Francisco Gomes da Silva, Joaquim Torquato Barboza, Manoel Carneiro, Tertuliano Pinheiro, Luiz Lovellar Leite, Joaquim Nogueira de Araujo Fonseca, Jozé Hypolito da Silva, Americo Vespucio Simonetti, Jozé Sabino Ferreira da Silva, Luiz Emygdio Pinheiro da Camara, Jozé Moreira Brandão Castello Branco, Luiz Vossio Brigido, Nicoláo Bigois, Urbano Joaquim de Loyolla Barata, João Candido Ribeiro Dantas, Jozé Mendes da Costa Junior, André Gomes da Silva Filho, Adelino Maranhão, Belmiro Milanez de Loyolla, Enéas Leocracio de Moura Soares, João Lindolpho Camara, Alexandre Jaymes O'Grady, Jozé Claudiano Lucas da Silva, José Candido Alvares de Menezes, José Alves de Moraes Castro, Silvino Domingos da Silva, Jozé Bernardo de Medeiros, João Francisco de Salles, Placido Pinheiro da Camara, Joaquim Apolinario Fernandes de Medeiros, Manoel Onofre Pinheiro, Antonio Fernandes Junior, Raimundo Bezerra da Costa, João Batista de Barros e Silva, Aprigio Carlos de Amorim Garcia, Manoel Gonçalves Ferreira, Evaristo Leitão de Almeida, Jozé Rodrigues Leite, Alberto Amorim Garcia, Euzebio Bizerra Cavalcante, Antonio Xavier de Souza, Theodozio Soares de Oliveira, Luiz Ferreira de França, João Neponuceno Seabra de Mello, Jozé Calistrato Carrilho de Vasconcellos, Fernando Ciqueira de Carvalho, Jozé Joaquim das Chagas Junior, Jozé Xavier de Souza, João Estevão Barboza, João Bezerra de Vasconcellos, Joaquim Campos Café, Antonio B. d'Oliveira Cordeiro, Joaquim Jozé de Sant'Anna Macaco, Pedro Bandeira

Cavalcante, Manoel do Nascimento Castro e Silva, Jozé Alexandre Bizerra, Theodozio Matheos da Rocha Bezerra, Amorim Guimarães, Francisco Thomaz de Oliveira Mello, Eutyichiano de Amorim Garcia, Marcolino Soares de Paiva, Lourenço Leão de Oliveira Correia, Theophilo Christiano Moreira Brandão, Jozé da Costa Pereira, Fabricio Gomes Pedroza, Tte. Francisco de Paula Moreira, Pedro Paulo Vieira de Mello, Manoel Lins Caldas Sobrinho, Germano Antonio Machado, Augusto Carlos de Mello L'Eraistre, Joaquim Diogo de Novaes Nestor, Manoel Joaquim de Amorim Garcia, João Tolentino Freire, Filippe Leinhard, Pe. Jozé Paulino de Andrada, Mignel Pinheiro Cavalcante Lobo, Jozé Joaquim de Carvalho e Araujo, Luiz Fernandes Torres Marinho, Manoel Joaquim da Costa Pinheiro, Lyle Nelson, Eneas Americo de Medeiros, Jozé Marques Avila, Jozé Francisco Emerenciano China, Manoel de Carvalho e Souza, Jozé Dubeaux, Jozé Francisco de Albuquerque, João Duarte Silva, Jozé Vitoriano de Vasconcellos Pereira, Francisco Heroncio de Mello, Dr. Luiz Carlos Lins Wanderley, Candido Antonio do Sacramento, Joaquim Ignacio Rodrigues Pessoa, João Carlos Wanderley, José Domingues de Oliveira, Francisco Gomes da Rocha Fagundes, Paulino Jozé Ribeiro, João Augusto Ribeiro Barros, Jozé Rufino da Costa Pinheiro, Luiz Dantas C. Neto, Antonio Luiz de Siqueira Mello, Antonio Jozé Irinêo, Dr. Manoel Segundo Wanderley, Celestino Carlos Wanderley, Joaquim Manoel T. de Moura, Antonio Victor Moreira Brandão, Ibrahim Augusto de Menezes Villarim, João Guilherme de Souza Caldas, Jozé Francisco de Albuquerque Filho, Francisco Xavier de Freitas, Pedro Eudocio de Miranda, Joaquim Lourival S. da Camara, Leonardo Maracajá, Pedro de Alcantara Deão, Abel Amador Austero Soares, Bel. Antonio Jeronymo de Carvalho, Miguel Augusto Seabra de Mello, João Clymaco da Costa Mon-

teiro, Manoel Augusto de Carvalho, Bazilio Marinho de Carvalho, Emygdio Augusto de Oliveira Sucupira, Raimundo Antunes de Oliveira, Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão, Antonio Joaquim Teixeira de Carvalho, Francisco de Moura Cabral, Miguel Pessoa de Araujo Tavares, João Manoel de Araujo Costa Junior, Galdino Cancio de Vasconcellos Monteiro, Valeriano Rodrigues Colares, Aleixo Barboza da Fonseca Tinoco, Thomaz Mendes da Costa, Luiz Affonso de Albuquerque Maranhão, Jozé Amyntas da Costa Barros, Alipio Fernandes Barros, Jozé Flavio Machado França, Joaquim Peregrino da Rocha Fagundes, Francisco João de Souza, Herminio Pegado Cortez, Elias Cardoso de Souza, Cacciano Jozé de Mello Pinto, Pedro Jozé de Oliveira Pernambuco, Urbano Hermillo de Mello, Joaquim Monteiro Filho, João Carlos Soares da Camara, Hermenegildo Tertuliano Braulio de Mello, Jozé Alexandre Seabra de Mello, Arsenio Celestino Pimentel, Manoel Joaquim de Carvalho e Silva, Americo Xavier Pereira de Brito, Jozé Joaquim Nobre Camara, Manoel Alves de Moraes Castro, João da Fonseca Silva Sobrinho, Bazilio Soares da Camara Pinto, João de Arruda Camara, Manoel Nobre.

III

Ata da deposição do Dr. Miguel Joaquim de Almeida Castro e aclamação da Junta Governativa a 28 de Novembro de 1891:

Acta da deposição do Presidente Dr. Miguel Joaquim de Almeida e Castro e da aclamação e posse da Junta Governativa deste Estado. — Aos vinte e oito dias do mez de Novembro de mil oitocentos noventa um, nesta Cidade do Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte e no Gabinete do

Commando da Guarnição do Quartel do 34 Batalhão de Infantaria, ahí presentes pelas sete horas da noite o Commandante do mesmo Batalhão e Chefe da Guarnição Coronel Francisco de Lima e Silva e os Doutores Manoel do Nascimento Castro e Silva e Joaquim Ferreira Chaves Filho, Presidente e membros da Junta Governativa acclamada comigo Alferes Francisco Barros, Secretario nomeado da mesma Junta, foi resolvido que se lavrasse a presente acta, narrando os factos occorridos na tarde de hoje. — É notorio que ha dias, principalmente, depois de chegar á esta Capital os Congressistas Deputado Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e Senador José Bernardo de Medeiros recebidos com enthusiasmo pela população, agitava-se no animo popular o pensamento de depor o Presidente do Estado Dr. Miguel Joaquim de Almeida e Castro, cujo Governo tinha contra si a opinião do povo, manifestada na praça publica e pelo órgão da imprensa, de accordo com a aspiração de todos os municipios do Estado, aspiração conhecida e evidenciada em repetidos reclamos dos órgãos de publicidade como sejam a « Republica », o « Povo » e o « Municipio ». — Para evitar a deposição e no sentido de manter a ordem e tranquilidades publicas os referidos congressistas e seus amigos tudo envidaram para acalmar os espiritos pedindo que se recolhessem os cidadãos que vierão do interior assistir o seu desembarque, continuando entretanto mais intenso no seio da população da Capital o desejo da deposição. — Ao mesmo tempo os representantes do Exercito e Armada da Guarnição do Estado, confraternizando com o sentimento popular tomaram a seguinte resolução: Reunidos em casa do Major Fiscal Pedro Antonino Nery os officiais Irinêo José da Silva Rocha, Capitão de Fragata reformado e effectivo Capitão do Porto, Pedro Antonino Nery, Major fiscal, Dr. José Lopes da Silva Junior, Major Chefe do Serviço Sani-

tario, Francisco de Paula Moreira Capitão, Jeronymo Rebello de Lamare, 1.º Tenente da Armada, Manoel Alexandre Pessoa de Mello, Capitão, Joaquim Melchior Carneiro de Mendonça, Capitão, Luiz Lovellar Leite, Alferes, José Geminiano Cidade, Tenente, Dr. Manoel Pedro Vieira, Capitão, Joaquim Villar Barreto Coutinho, Alferes, Manoel Joaquim do Nascimento Machado, Capitão, Dr. Affonso Moreira de Loyolla Barata, Tenente Medico adjunto, Cicero Franklim de Vasconcellos Monteiro, Alferes, João da Fonseca Varella, Alferes Honorario Commandante da Fortaleza, Francisco Barros, Alferes Secretario do Batalhão 34, Francisco Alves de Souza, Tenente Pharmaceutico, Alipio Nobre Alferes, e João Fabregas Y. Pla, Alferes Pharmaceutico, redigiram a seguinte moção: “Os officiaes do 34 Batalhão de Infantaria, do Corpo sanitario do Exercito, Armada, reformados, Honorarios abaixo assinados com o respeito e veneração que sempre manifestaram e continuam a manifestar ao seu distinto e illustre chefe Exm.º Sr. Coronel Francisco de Lima e Silva, muito digno Comandante d’esta Guarnição e do mesmo Batalhão veem solemnmente declarar ao mesmo illustre Snr. Coronel que solidarios com o povo como se acham, querem difinitivamente e sem perda de tempo que deixe a administração deste Estado o Senr. Bacharel Miguel Joaquim de Almeida e Castro os mesmos abaixo assignados acclamão para Governo do Estado uma commissão que será composta de tres membros presidida pelo mesmo Exm.º Sr. Coronel”, moção que pelo orgão do Dr. José Lopes foi presente na Scretaria da Guarnição ao mesmo Sr. Coronel. — Este em phrases simples porem, corretas fez considerações sobre o acto, attentas as ordens que tinha do Governo, terminando por declarar que a sua espada e de seus commandados não se voltariam jamais contra o povo. — Em quanto estes acontecimentos se passavam reunia-se

na Tipographia da « Republica » grande massa popular, que, tendo a sua frente os congressistas Deputado Dr. Pedro Velho, Senador José Bernardo, os redatores do mesmo jornal e varios cidadãos, veio á porta do quartel, onde recebida por uma commissão e varios officiaes que lhe perguntaram a que vinha e o que desejava da força armada, responderam, pela palavra do Dr. Pedro Velho, que o povo animado de intuitos de justiça e liberdade desejava a terminação do Governo do Presidente Miguel Castro. — Dado isto veio a commissão dar conta ao mesmo Sr. Coronel em sua Secretaria, voltando pouco depois com a permissão de que o povo seria por elle recebido. — Em presença do mesmo Sr. Coronel foi de novo declarado que o pensamento e desejo da população éra depor o Presidente do Estado, sendo-lhe garantidas absoluta e inteiramente a sua vida e segurança individual, sem lhe faltarem as deferencias ao seu alto cargo, ficando instituida uma Junta Governativa provisoria composta do mesmo Sr. Coronel, como Presidente, e dos Doutores Nascimento Castro e Chaves Filho, até que transmittida ao Governo Federal a fiel narrativa dos acontecimentos, este com o seu alto patriotismo. Assentadas as bases da deposição no meio de viva e geral enthusiasmo popular e classes militares congratados, dirigiu-se a Palacio com a incumbencia de intimar essa solemne resolução ao presidente uma commissão composta dos officiaes Capitão de Fragata Irineo, Majores José Lopes e Nery, Capitães Melchior, Moreira e Machado, 1º Tenente da Armada Delamare, Dr. Affonso Barata, Tenente Miguel Seabra, da Companhia de Policia, Alferes Honorario João Varella, Deputado Dr. Pedro Velho, Senador José Bernardo, Doutores Nascimento, Chaves, Bras, Diogenes e Dantas, acompanhados da grande onda de povo na maior ordem entre vivas e acclamações. Ao approximarem-se da casa do Governo

em cuja varanda se via o presidente Dr. Miguel Castro empunhando um revolver, acompanhado de poucas pessoas e dando repetidas ordens á guarda de Palacio, composta de praças de policia sob o commando do Capitão Joaquim José do Rego Barros para fazer fogo no povo. A policia energicamente intimada pelos officiaes de terra e mar e pelos cidadãos que faziam parte da commissão para que desobedecesse á ordem sanguinaria de espingardear o povo, franqueou a passagem permittindo assim a entrada no vestibulo de Palacio. Recebida na escada pelo presidente, que tinha a seu lado um filho, o Deputado Antonio Garcia, o Secretario e poucos cidadãos mais, a commissão intimou a vontade do povo, do Exercito e Armada ao presidente que declarou preferir o derramamento de sangue, servindo-se de expressões desdenhosas e insultantes, tanto em referencia ao povo como ás classes militares. Reiteradas instancias se fizeram no sentido de conseguir-se pacificamente a deposição, sendo baldados todos os esforços e por essa occasião o presidente ameaçava a todos de resistencia e morte, designadamente ao Dr. Pedro Velho. Semelhante attitude exaltava e indignava os animos da immensa multidão que se apinhava em frente de Palacio, sendo ainda difficil contel-a, entretanto, que a ordem não se alterava por parte do povo, generoso em sua força, notando-se o unico incidente de projctil arremessado das janellas de Palacio, que veio ferir a cabeça de um popular. Neste interim a policia confraternizando jubilosamente ao povo foi posta sob o commando do Capitão Moreira que immediatamente a collocou sob o commando do Tenente Seabra. Inteiramente abandonado pela opinião o presidente continuava entretanto a resistir, abusando da longanimidade popular e da extrema prudencia do Coronel Commandante e seus officiaes. Começou a anoitecer; crescia a impaciencia da população, e a re-

sistencia do deposto não cedia. O Coronel fez-lhe então em nome da opinião revoltada, reiteradas intimações, esgotando até os ultimos recursos da prudencia, sendo absolutamente necessario recolhel-o ao Estado-Maior do Quartel do 34, o que fez sem nenhuma sorte de violencias, como medida de garantia da ordem e tranquillidade publicas. — Assim terminada a gloriosa jornada de 28 de Novembro de 1891, felis terminação das justas queixas e sofrimentos do povo Riograndense, a Junta provisoria constituida e empossada, com accenso unanime e entusiastico da população invistio do cargo de Chefe de Policia ao Dr. Bras de Andrade Mello, nomeou para seu Secretario civil o Dr. Felipe Nery de Brito Guerra, entregou o interino commando do Corpo de policia ao Tenente Miguel Augusto Seabra de Mello, e inteirando ao Governo Federal de todo o occorrido, certa de que representa a vontade popular, conscia de que manterá a tranquillidade e a paz sem outros intuitos que não sejam o bem publico. E de tudo para constar mandou-se lavrar a presente acta em que assigna a Junta Governativa provisoria e o povo. E eu o Alferes Francisco Barros Secretario a fiz escrever e subscrevo — (assignados) Coronel Francisco de Lima e Silva, presidente da Junta, Manoel do Nascimento Castro e Silva, Joaquim Ferreira Chaves Filho, Pedro Velho d'Albuquerque Maranhão, José Bernardo de Medeiros, Pedro Antonino Nery, Major Fiscal, Irineo José da Rocha, Capitão de Fragata e do Porto, Dr. José Lopes da Silva Junior, Major Chefe do Corpo Sanitario, Jeronymo Rebello Delamare, 1º Tenente d'Armada, Dr. Manoel Pedro Vieira, Capitão Medico de 4ª classe, Manoel Joaquim do Nascimento Machado, Capitão, Joaquim Melchior Carneiro Mendonça, Capitão, Francisco de Paula Moreira, Capitão, Manoel Alexandre Pessoa de Mello, Capitão, Jozé Geminiانو Cidade, Tenente, Joaquim Villar Barreto Cou-

tinho, Alferes, Francisco Barros, Alferes Secretario, Alferes Cicero Franklim de Vasconcellos Monteiro, João Fabrega Y Pla, Pharmaceutico Adjunto, Miguel Augusto Seabra de Mello, Tenente Commandante interino do Corpo de policia, Apolinario Joaquim Barboza, Secretario da policia, Diogenes Celso da Nobrega, Procurador da Republica, Dr. Arthur de Albuquerque Bezerra Cavalcante, Dr. Affonso Moreira de Loyolla Barata, Tenente medico adjunto, Tenente Francisco Alves de Souza, Pharmaceutico, Felipe Nery de Brito Guerra, Secretario da Junta, Americo Xavier Pereira de Brito, Urbano Joaquim de Loyolla Barata, Epaminondas de Lima e Silva, Hermogenes Joaquim Barboza Tinoco, Manoel Gomes de Medeiros Dantas, Substituto do Juiz Seccional, José Gurgel do Amaral Oliveira, Jozé Vieira da Silva, Jozé Ricardo Lustosa da Camara, Bel. Augusto Carlos de Mello L'Eraistre, Joaquim Soares Raposo da Camara, Hermenegildo Tertuliano Braulho de Mello, Joaquim Ignacio Rodrigues Pessoa, Americo Vespucio Simonetti, Jozé Augusto de Souza, Manoel Nobre, Lourenço da Costa Alecrim, Luiz Ferreira de França, Lauriano Angelo da Silva, Antonio Elias Alvares França, Gorgonio Paz de Bulhões, João Severiano da Silva, Lyle Nelson, Antonio Joaquim Teixeira de Carvalho, Manoel Alves Vieira de Araujo, Antonio Pinheiro da Camara, Fabricio G. Pedroza, Raimundo de Medeiros Dantas, Joaquim Cipião de Albuquerque Maranhão, Arsenio Celestino Pimentel, (Povinho) Horacio Barreto de Paiva Cavalcante, Theodosio Soares de Oliveira, Bel. Paulino de Araujo Guedes, José Rofino da Costa Pinheiro, João Carlos Sant'Iago, Antonio Argemiro de Moura, Bras de Andrade Mello, Chefe de Policia, Antonio Felipe Cabral de Mello, Juiz de Paz, Honorio Grillo, Antonio José de Mello Souza Filho, Joaquim Gorge de Carvalho, Pedro Fernandes Campos, Jeronymo Cabral Pereira Fagundes,

João Pegado Cortêz Filho, Antonio Joaquim Gomes, Antonio de Souza Lima, Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, Manoel Ferreira de Castro, Antonio Leitão Ferreira, Joaquim Anselmo Pinheiro Filho, Francisco Tavares Pereira Palma, Francisco Pereira da Silva Luz, Francisco Luiz de Mello Galvão, Candido José de Mello, Pedro Celestino da Costa Avelino, Jozé Lucas da Costa, Jozé Joaquim de Medeiros, Romualdo Ferreira da Silva, Adelino de Albuquerque Maranhão, Paulo Paz Barreto, Genuino Ferreira de Mello Marinho, Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, Leão Magno Ferreira da Silva, Jooquim Lopes Galvão, Pedro Martins de Castro, João Machado de Castro, Francisco Pereira Nascimento, Manoel Pereira de Albuquerque, Hermogenes Coelho, Manoel Lins Caldas Sobrinho, Venescláu Lopes Galvão, Vicente Eduardo Ferreira Galvão, João Tolentino Freire, Antonio G. de Lima, Manoel Galvão de Lima, José Galvão de Lima, Manoel Sebastião de Oliveira Galvão, Alexandre Ferreira da Silva Mulatinho, João Henrique de Oliveira, João Pereira de Albuquerque, Jozé Dubeux, Feliciano Henrique Pinto, Manoel Filguêira de Araujo, André Gomes da Silva Filho, Joaquim Jozé Gomes, Jozé Alves de Moraes Castro, Francisco Xavier Pereira Sobral, Luiz Cerqueira Carvalho, Joaquin Sobral, Leonardo Jozé de Paula, Deocleciano Ferreira, Liberato Monteiro, Raymundo Bezerra da Costa, João Jozé da Cruz, Fabricio G. A. Maranhão, Antonio Jozé Souza Menino, Raymundo da Cunha Capella, Francisco Ribeiro, João Duarte da Silva, Jozé Justino de Oliveira Pinto, Pedro Jozé Antunes de Miranda, Jozé Alves Gonçalves, Manoel Francisco de Souza, Theodosio Ribeiro de Paiva, Jozé Trigueiro do Rego Dantas, Avelino de Oliveira Cabral, Joaquim da Cunha Lyra, Jozé Olimpio Alves de Oliveira, Francisco Jozé de Queirós, Joze Garcia Netto, Firmo Antonio Dourado da Silva, Francisco Pedro


Emerenciano, Antonio Gomes Sobrinho, Francisco da Cunha Lyra, Augusto Elpidio de Castro Barroca, Luis Dantas Cavalcante Netto, Carlos Augusto de Mello L'Eraistre, Miguel André de Lima, Dr. Manoel Segundo Wanderley, Theophilo Pinto de Mello Marinho, Herminio Hildebrando Dias Pimenta, Agapito Elias do Rego Dantas, Godofredo Leonardo de Baker, Francisco Ximenes Pereira Guarim, Sergio Paz Barreto, Jeremias Pinheiro da Camara, Manoel Lucas da Costa, João Carlos de Albuquerque Gondim, Pedro Alves Barboza, Juvino C. Paz Barreto, Francisco Muniz Pacheco, Felismino do Rego Dantas Noronha, Antonio Alves de Luna, Dioclecio Duarte, Jozé F. C. de Mello, Paulino Bento Rodrigues, Joaquim Ferreira de Mattos, Jozé Francisco Ribeiro de Goes, Antonio Pereira Peixoto, Luiz Pereira Peixoto, Jozé Antonio Areas, Felix Faustino da Rocha Falcão, Francisco Gomes da Silva, Manoel Salustiano F. de Carvalho, Antonio Bezerra, Alvaro Varella Camara, João Pedroza de Andrade, Antonio Corcino Lopes de Macedo, Antonio Paulino de Castro Barroca, J. A. Seabra de Mello.

Conforme o original.

Secretaria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, em Natal, 30 de Junho de 1892.

O Oficial-maior,

(a) JM. SOARES R. DA CAMARA



Vultos Notaveis do Rio Grande do Norte

Alexandre Baraúna Mossoró

I

VINGT-UN ROSADO

Afirmam o Sr. J. Arthur Montenegro, Gustavo Barrozo e Guilherme de Studard, em suas obras « Fragmentos Historicos », « Guerra do Flores » e « Dicionario Bibliographico », que Alexandre Baraúna é cearense. Pelo que passaremos a expôr ficará visto que os illustres escritores cometeram um pequeno engano.

O Sr. José Arthur Montenegro affirma que o heroi era natural da villa de Mossoró, na provincia do Ceará. Ao que nos consta, em tempo algum, Mossoró pertenceu áquela unidade federativa. Aos Snrs. Gustavo Barrozo e Guilherme de Studard responderemos com a tradição local.

Esplanaremos o assumpto por versões.

O illustre escriptor e poeta potyguar José Martins de Vasconcellos, depois de ouvir senhoras de avançada idade que conheceram o heroi da Ancla Dourada, escreveu, em 1905, interessante trabalho sobre Barauna. Affirma o nosso chronista que o bravo mossoroense era filho de Luiz Francisco Paredão e Rita Paredão, moradores no bairro que hoje conserva o nome daquella familia. Era baixo, forte,

de cor morena, tendo como profissão ser ferreiro. Nasceu no ano de 1830. Ainda moço, seguiu para a povoação de São Sebastião, onde exerceu profissão e, após, seguiu para o Ceará, em cuja capital no anno de 1851 ingressou nas fileiras do Exército Imperial. Em 1865, encontrava-se o bravo filho de Mossoró a escrever, na tomada de Paysandú, com o seu sangue, uma das paginas mais bellas da historia militar do Brasil.

Outra versão de importancia é a do Cel. Vicente da Motta que conheceu pessoalmente Alexandre Barauna.

Mossoró, insuflada pelo verbo ardente do Padre Antonio Joaquim Rodrigues, mandou um grande contingente de voluntarios para morrer nos campos do Uruguay e do Paraguay em defesa dos brios nacionaes. Os homens moços de minha terra acorriam á morada do grande vigario para se alistarem no voluntariado. Eram aqueles conduzidos no meio de grandes manifestações populares, acompanhados de banda de musica até o bairro dos Paredões, de onde seguiam ao porto de S. Antonio. Entre os ultimos que apareceram na casa do vigario havia um caboclo baixo, moreno, forte, que respondia pelo nome de Alexandre e que dizia ter nascido na serra do Carmo.

Esteve na casa do Pe. Antonio Joaquim por varios dias até chegada da ordem de embarque. Affirma o Cel. Motta que Alexandre não era filho de Luiz Francisco Paredão, ex-escravo do portuguez Alexandre Soares do Couto, tambem seu conhecido. A seu ver, tinha o caboclo de 18 a 20 annos e teria nascido entre 1840 e 1850, ao contrario do Sr. Arthur Montenegro que dá como data do seu nascimento 1830. Em sintese: não pode haver mais duvida se Alexandre Barauna Mossoró é cearense ou riograndense. Nós temos uma tradição local da existencia do heroi da Ancla Dourada.

O Ceará não a tem. E mais uma vez o Rio Grande do Norte rehouve para si a gloria de ter sido berço de um filho tão valoroso.

II

O major Romão Filgueira é o Archivo de Mossoró. Tudo que se relaciona com a nossa Historia ali está tão bem guardado quanto num severo Instituto de Historia Ingleza se conservam as reliquias da Patria de Cromwell. Por isso fomos ouvil-o a respeito de Baraúna. Aquele descendente do Alferes Manoel Nogueira de Lucena, de quem ainda guarda traços physionomicos, começa a narrar a epoca do heroe da Ancla Dourada. Supponho que nem mesmo Arthur Montenegro soube descrever com tanta precisão aquelle episodio da historia da Guerra do Paraguay. Quando indagámos do logar de nascimento do heroe tivemos esta prompta resposta: « Alexandre Baraúna Mossoró é natural da Mata ». Fiquei satisfeito com mais este precioso depoimento.

Ha dias estive com um sobrevivente da epoca da Guerra do Paraguay. É um pobre esmoler que mora nas « Barrocas » e responde pelo nome de Manoel Pedro de Oliveira. Narra-me as ferocidades do Alferes Rolim na Ribeira do Assú, prendendo e maltratando os sertanejos para o voluntariado. O velho Manoel (que serviu á guarda de S. M. I. Pedro II) ao lhe perguntar sobre Baraúna disse-me: « Homem valente ». Nada pode me adiantar, porém.

Vou tratar agora da documentação que possui a Historia do Ceará a respeito. O que se conhece de melhor é a citação do Barão de Studard em seu « Dicionario Bibliographico Cearense ». Vejamos-a:— Alexandre Baraúna Mossoró heroe da guerra do Paraguay. Soldado da 5ª Companhia do 3º batalhão de Infantaria nascido na margem cearense do Rio Mossoró. Morreu em Paysandú, batendo-

se como um leão, que era esse bravo caboclo cearense. Leia-se J. Arthur Montenegro (Fragmentos Historicos) a narrativa de sua morte. Ella vem descrita á pg. 55 sob o titulo « Valor Indomavel ». Destes dados colheu o dr. Gustavo Barroso informação para o seu « Guerra do Flores ».

Baraúna não esteve na Guerra do Paraguay, pois quando esta rebentou já ha dias escrevera Alexandre nos muros da Ancla Dourada a sua epopéa. O Rio Mossoró nunca foi cearense. Muito menos o « Mossoró no Estado do Ceará », a que se refere o sr. Arthur Montenegro.

Ministro Luiz José de Sampaio

LUIS DA CAMARA CASCUDO

(Socio benemerito)

Luiz José de Sampaio, Escrivão dos Armazens da Alfandega do Natal, era casado com d. Ana Sampaio. Encontro sua assinatura no requerimento coletivo que se fez, a 13 de julho de 1822, pedindo que o Principe d. Pedro permanecesse no Brasil, desobedecendo ás ordens das Soberanas Cortes Constituintes e Legislativas da Nação Portuguesa.

A 29 de julho de 1818 nascia em Natal Luiz José de Sampaio Junior, que se bacharelou em Olinda, na turma de 1840, ainda usando esse nome todo. Teria vivido a meninice da epoca, banhos no Baldo, apanhas de cajús e mangábas nos taboleiros, briga de arraias com ruçegas na ponta do rabo, curujando “lapinhas” e pastorís, seguindo “bumba-meu-boi”, assobiando as “jornadas” do “Fandango” ou do “Congos”, bebendo aluá de milho e aprendendo a ler, com a força da palmatoria de miolo de aroeira.

A turma dos bachareis de 1840 traz apenas Luiz José, do Rio Grande do Norte. De mãe norte riograndense era seu companheiro Joaquim Pinto Brasil, irmão de Nisia Floresta Brasileira Augusta, mas já nascido em Pernambuco. Bacharelou-se igualmente, Flavio Clementino da Silva Freire, que seria Barão de Mamanguape e Senador do Imperio, pela Paraíba.

Luiz José de Sampaio parece não mais ter visitado a pequenina Natal. Foi toda existencia magistrado. Juiz municipal e dos orfãos, em Ubatana, S. Paulo, por decreto de 23 de outubro de 1848, passou a Juiz de Direito do Paraná, comarca de Minas Gerais, a 28 de outubro de 1853, tomando posse, por procuração ante o Presidente da Provincia, a 1º de fevereiro de 1854. Transferido, a 3 de janeiro de 1855, para Flores, em Pernambuco, era, a 14 de setembro do mesmo ano, nomeado Chefe de Policia de Minas Gerais, reassumindo o juizado a 21 de junho de 1858. De 22 de setembro de 1860 a 14 de novembro de 1863 esteve em S. Paulo como Chefe de Policia. Antes, a 21 de junho de 1858, já estava na Comarca do Rio Verde e aí recebeu a designação, pelo decreto de 23 de abril de 1864, para ter exercicio na segunda Vara de Direito em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, passando á primeira vara, a 4 de maio do mesmo ano. Nomeado Chefe de Policia da Provincia, em character interino, de 16 de maio a 17 de outubro de 1871, passou a efetivo a 12 de junho de 1872. A carta-imperial de 6 de novembro de 1872 nomeava-o Desembargador da Relação de Porto-Alegre. Aí esteve vendo, examinando e relatando feitos até 4 de janeiro de 1887, quando viajou para a Côrte. Tinha sido nomeado Ministro do Supremo Tribunal de Justiça do Imperio a 11 de dezembro de 1886. Outro norte riograndense, Luiz Gonzaga de Brito Guerra, recebera nomeação identica, sete dias antes. Luiz José de

Sampaio assumiu seu pôsto a 3 de fevereiro de 1887, quando Brito Guerra só o faria a 22 de março do mesmo ano.

Luiz José Sampaio é o terceiro norte riograndense nomeado Ministro da mais alta côrte de Justiça do Brasil.

Dezesseis dias depois de empossado, o Imperador agraciava-o com a carta de Conselheiro.

Casára com d. Agostinha dos Reis Sampaio, deixando prole. Faleceu, em sua residencia, á rua Marquês de Abrantes, nº 83-A, a 13 de junho de 1890, no mesmo dia em que falecia o marechal Manuel Antônio da Fonseca Costa, Marquês da Gavea. Sepultou-se no cemiterio de S. João Batista.

Em Natal, os jornais registram a morte do Marechal Marquês da Gavea e esqueceram completamente o magistrado conterraneo que tão alto attingira na vida forense.

Diziam que o Imperador desejára fazê-lo Visconde do Natal, quando assinasse o decreto da sua aposentadoria. Mas, o Juiz viveu quasi um ano alem da aposentadoria definitiva do regimen imperial...

“Ata Diurna” — 16-5-1941

Desembargador Manoel André da Rocha

NESTOR LIMA
(Socio Benemerito)

Acaba de falecer, na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, o nosso eminente co-estadano, Desembargador Manoel André da Rocha, magistrado aposentado e professor naquela cidade.

Grande é o pesar que a morte de tão emerito jurisconsulto causou em todas as rodas da grande capital gaúcha, como entre os seus conterraneos

acostumados a admirar a personalidade marcante do egregio magistrado, que, pelos seus serviços, é considerado o maior jurista do Rio Grande do Sul.

Nascido nesta cidade, á praça André de Albuquerque, (local da casa atual do Cel. Felinto Manso,) a 20 de março de 1860, era filho do casal de Manoel André da Rocha e D. Maria Emilia das Mercês Rocha.

Fêz estudos primarios e secundarios nesta cidade, e, na Faculdade de Direito do Recife, formou-se em direito, a 20 novembro 1883, juntamente com Epitacio Pessoa e Viveiros de Castro, e tendo como contemporaneos outras figuras exponenciaes da jurisprudencia nacional.

Promotor publico de Martins, neste Estado, transferiu-se depois para Rio G. do Sul, onde exerceu, no Imperio, o juizado municipal de Cangussú e, no regimen republicano, o de juiz de comarca de Lagôa Vermelha, de 1890 a 1896, e aonde se consorciou com D. Albertina Moogen da Rocha, de quem houve prole ilustre, na qual se destaca o desembargador Jorge Moogen da Rocha, membro do Tribunal de Apelação daquele Estado.

Removido por Julio de Castilhos, para juiz de comarca em Porto Alegre, ele foi o juiz que presidiu o celebre julgamento do Cazuza, assassino de um casal de portugueses e que tanto interesse despertou na capital sul-riograndense.

Em seguida, foi nomeado Desembargador, em substituição do dr. Borges de Medeiros, quando este assumiu, a vês primeira, o Governo do R. G. do Sul.

Chefe de Policia, Procurador Geral, Presidente do Tribunal, o Dr. André da Rocha, como era ele ali conhecido, foi um magistrado modelo e juiz exemplar, que deixou de sua trajetoria a mais honrosa tradição. Aposentou-se, em 1935, por ter atingido a idade limite, pela Constituição do Estado.

Mas, a sua atuação social, no magisterio su-

perior, continuou, apesar da idade avançada e das doenças que o atormentavam, entre as quaes a perda de uma das vistas, como “o mais completo e proficiente professor da atual Faculdade de Direito de Porto Alegre”, que ele ajudou a fundar, em 1900, e onde ocupou, com desmarcado brilho, a cathedra de Direito Commercial. Ali, foi ele professor do Dr. Getulio Vargas, presidente da Republica, e de outros vultos notaveis do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Foi tambem diretor da Faculdade, desde 1904 a 1934 e Reitor da Universidade de Porto Alegre, de 1934 a 17 de novembro 1937, quando se exonerou, por motivo de doença.

Exerceu ele as funções de Consultor Geral do Estado.

Ultimamente afastado das funções publicas, vivia, entretanto, cercado do mais profundo respeito por parte de todas as classes sociaes, que viam nele a encarnação de um perfeito varão de Plutarco.

Em uma das ultimas demonstrações de apreço que todos os elementos sociaes do grande Estado lhe tributaram, foi inaugurado um medalhão na Faculdade de Direito, o retrato e busto no Tribunal de Apelação, e prestadas outras homenagens do profundo respeito e da gratidão do povo gaúcho ao seu benemerito servidor.

Tive ocasião de visita-lo, em dias de setembro de 1940, em sua casa, á Avenida Independencia 43, de Porto Alegre, e com ele mantive uma palestra, de que nunca mais me esqueci, na qual pu-lo ao par da situação da nossa terra, de que ele estava afastado, havia mais de cincoenta anos. Perguntou-me por tudo que lhe acusava a memória, ainda lúcida, e percebi a satisfação que tinha ao ser informado das coisas locaes e das figuras do seu tempo, aliás, desaparecidas no tumulo.

Era um santo e um justo: essa a impressão de

quem, como eu, o encontrou alquebrado pelos anos e ao pêso das doenças.

Ele era membro de varias instituições culturaes do país e do estrangeiro. Publicou obras juridicas de grande mérito, entre elas o “Casamento Civil”.

O seu obito se deu a 26 de agosto e o sepultamento no dia seguinte, em meio das mais importantes demonstrações de pesar por todas as classes sul-rio-grandenses, a que nos devemos associar sinceramente.

Da “A Republica”, de 6-9-1942.

Coronel Luiz Lobo

DR. BUENO DE AZEVEDO FILHO

(Socio correspondente)

Senhor Presidente:

Devo informar a Casa do passamento dum dos nossos, o saudoso Coronel Luiz Lobo.

Esse ilustre confrade nasceu no Rio Grande do Norte, na cidade de Natal, a 4 de setembro de 1875 (1873?), filho de Miguel Pinheiro Cavalcante Lobo e de Dona Joana Lobo.

Estudou humanidades no «Ateneu», de Natal.

Ingressou no Exército aos 21 de janeiro de 1890.

Serviu na repressão da revolta de 6 de setembro de 1893, como aluno da Escola Militar.

Dela saiu com o diploma de agrimensor, recebendo a patente de 2º tenente por decreto de 3 de outubro de 1894.

Pertenceu à arma da Artilharia. Tinha o Curso Geral regulamentado de 1898 e o de Estado Maior, de 1905, e era engenheiro geógrafo militar pela Escola de Estado Maior.

Foi oficial de gabinete do Marechal Hermes da Fonseca, quando ministro da Guerra (1906).

A 27 de agosto de 1908 recebeu a promoção a 1º tenente; capitão graduado em 27 de setembro e efetivo em 4 de dezembro de 1911.

Por merecimento, foi promovido a major, em 21 de julho de 1919.

Em 1919, exerceu o cargo de chefe do Estado Maior da 8ª Região Militar, com sede em Belém do Pará.

Comandou a Brigada Militar do Pará, até 1922, nos governos dos Drs. Lauro Sodré e Antônio de Souza Castro, tendo prestado assinalados serviços àquela milícia estadual.

Também por merecimento, foi elevado a tenente-coronel em 9 de fevereiro de 1923 e a coronel em 13 de outubro de 1927.

Até 1927, foi comandante da Fortaleza de São João, no Rio de Janeiro.

Até 1929, comandou, em Curitiba, o 9º Regimento de Artilharia Montada e até à revolução de 1930, foi diretor da Fábrica de Cartuchos e Artefatos de Guerra do Realengo. Reformou-se, então.

Era condecorado com a Medalha de ouro por 30 anos de bons serviços e em todas as comissões que exerceu mereceu sempre ser elogiado.

Em 1932, tomou parte ativa no glorioso Movimento Constitucionalista de São Paulo, razão pela qual experimentou as agruras do exílio.

Alimentava grande admiração por São Paulo, como muitas vezes teve ocasião de dizer-me—e isso deve ser-nos grato.

Seu espírito era voltado para as letras, especialmente para a investigação nos campos da História e da Geografia. Exerceu o jornalismo e deixou inúmeros poemas de sua autoria.

Era membro da “Sociedade de Homens de Letras do Brasil”, do “Clube Militar”, do “Instituto

Histórico e Geográfico do Pará” e do “Clube de Engenharia de Belém”. Foi, ainda, um dos fundadores do “Instituto de História e Geografia Militar do Brasil”, do qual foi zelosíssimo secretário, ocupando a cadeira que tem por patrono o General Barão de Caçapava.

Preparava (e queira Deus que o tenha terminado) um estudo de largo fôlego sobre esse célebre soldado do Brasil e tive o prazer de poder ser-lhe útil, oferecendo-lhe muitos elementos, inclusive o trabalho de minha lavra.

Publicou: “A Geografia Militar no Brasil”, memória apresentada, como representante do “Clube Militar”, ao Quinto Congresso Brasileiro de Geografia, reunido na Bahia em 1916, e “História Militar do Pará”, inserta no “Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil” — Introdução geral (1922) e ultimamente (1943) reeditada pela Biblioteca Militar.

Tal reedição é a prova do merecimento do livro que, em curto prazo, se esgotou. A biblioteca do nosso Instituto o possui por dádiva do autor.

A propósito dele, conservo em meu arquivo uma carta do Coronel Luiz Lôbo, datada de 26 de maio de 1943, em que se lê o seguinte trecho: “Muito grato lhe fico pelo juízo externado a respeito do meu desprezencioso trabalho. O conceito firmado sobre o bravo Taquarí não poderia deixar de ser aquele que meu livro registrou, dadas as circunstâncias em que os fatos o colocaram. O valoroso general que deu a W. Brown, com todos seus navios e canhões, a resposta imortal que a História registrou como um lema de intrepidez e patriotismo, jamais poderia ter sua glória ensombrada pela desordem cabana”.

Desde 25 de outubro de 1943 pertencia o Coronel Luiz Lôbo ao nosso Sodalício, como correspondente, por proposta subscrita por mim e pelos


eminentes consócios Drs. Teodoro Braga e Frederico Brotero.

Tinha sua residência, que frequentei, no Rio de Janeiro, onde faleceu.

Deixou viuva a Exma. Senhora Dona Anita Lôbo, residente á Rua Grajaú, 115, no Rio.

Peço, Senhor Presidente, que, consultada a Casa, si aprovado, fique consignado em ata um voto de profundo^l pesar pela perda, que acabamos de sofrer, desse notavel companheiro e amigo, oficiando-se, como de praxe, à Exma. Família do extinto”.

(Lido na sessão de 5 abril 1944, no Instituto Historico de São Paulo).



PAROQUIA DE NATAL

PE. SEVERINO BEZERRA

Vigarios, pro-párocos e coadjutores da paróquia de N. S. d'Apresentação, em Natal, de 1601 a 1943.

— Não se tem como certa a data da criação da freguesia.

1 — Padre Gaspar Gonçalves da Rocha, vigário em 1601, ano em que chegou a Natal.

2 — Padre Ambrosio Francisco Ferro, vigário em 1645.

3 — Padre Leonardo Tavares de Melo, vigário em 1656.

4 — Padre Paulo da Costa Barros, vigário em 1672.

5 — Padre Manoel Dias Santiago, coadjutor em 1679.

6 — Padre Eloi de Freitas, vigário encomenda-de de 10 de outubro de 1690.

7 — Padre Antonio Rodrigues Frazão, coadjutor em 1702.

8 — Padre dr. Simão Rodrigues de Sá, vigário em 1706.

9 — Padre Antonio Andrade de Araújo, coadjutor em 1721.

10 — Padre Matías Florencio, vigário em 1722.

11 — Padre dr. Manoel Correia Gomes, vigario de 1727, março a agosto de 1760, dia 4, quando faleceu.

12 — Padre João Gomes Freire, coadjutor de 1740 a 50.

13 — Padre dr. João Freire de Amorim, coadjutor de 1753 a 58; pró-pároco de 1760 a 63.

14 — Padre João Tavares da Fonsêca, coadjutor de 1758 a 67 e de 1783 a 84. Faleceu em 1807, está sepultado na Matriz.

15 — Padre Miguel Pinheiro Teixeira, pró-vigario de julho a agosto de 1763. Faleceu a 8 de agosto de 1778, com 53 anos de idade e está sepultado na Matriz.

16 — Padre dr. Pantaleão da Costa Araújo, vigario de 8 de agosto de 1763 a 78; de 1785 a 94. Faleceu a 22 de novembro de 1794, com 67 anos de idade e está sepultado na Matriz.

17 — Padre Bonifacio da Rocha Vieira, coadjutor de 1768 a 78.

18 — Padre Joaquim José Pereira, coadjutor de 1778 a fevereiro de 79; pró-vigario de 1779 a 1781.

19 — Padre Luiz Felix de Vasconcelos, coadjutor de 1781 a 83.

20 — Padre Francisco de Sousa Nunes, vice-vigario de 1781 a 84.

21 — Padre Francisco Alves de Melo, coadjutor de 1785 a 86; de 1797 a 1808.

22 — Padre Inacio Pinto de Almeida Castro, coadjutor de 1792 a 94 e pró-vigario de novembro de 1794 a 1796.

23 — Padre Francisco de Sá Bezerra Cavalcante, coadjutor de 1795 a 96.

24 — Padre Feliciano José Dornelas, vigario colado de dezembro de 1796 a 1839. Faleceu a 5 de abril de 1839 e foi sepultado na Matriz.

25 — Padre Simão Judas Tadeu Pereira, coadju-

tor de 1808 a 17; pró-pároco de janeiro a abril de 1818. Faleceu a 25 de setembro de 1838, com 70 e tantos anos e está sepultado na Matriz.

26 — Padre Manoel José Fernandes Barros, vigário interino em maio de 1818. Faleceu a 3 de março de 1828 e foi sepultado na capela do Engenho « Jundiá ».

27 — Padre Francisco Antonio Lumachi de Melo, vigário interino de maio de 1819 a setembro de 1821.

28 — Padre Francisco da Costa Seixas, coadjutor de março de 1824 a dezembro de 1825.

29 — Padre José Gabriel Rodrigues Pinheiro, coadjutor de dezembro de 1825 a julho de 1827.

30 — Padre Joaquim Manoel de Albuquerque Melo, coadjutor de julho de 1827 a setembro de 1829.

31 — Padre Manoel Pinto de Castro, pró-pároco de outubro a dezembro de 1830. Faleceu a 2 de agosto de 1850.

32 — Padre Antonio Xavier Garcia de Almeida, vigário interino de dezembro de 1830 a abril de 1835.

33 — Padre Candido José Coêlho, vigário interino de fevereiro de 1836 a janeiro de 1839.

34 — Padre Alexandre Ferreira Nobre, vigário encomendado de novembro de 1839 a março de 1840; coadjutor de abril a maio de 1840; pró-pároco de maio a junho de 1840.

35 — Padre Bartolomeu da Rocha Fagundes, coadjutor pró-pároco de 6 de janeiro de 1839 a abril; vigário encomendado de abril a novembro do mesmo ano; vigário colado de janeiro de 1842 a março de 1873. Faleceu em Recife a 2 de novembro de 1877.

36 — Padre João Leite de Pinho, coadjutor de abril de 1841 a agosto de 1842.

37 — Padre Joaquim Francisco de Vasconcelos, coadjutor de 1844 a 56.

38 — Padre Francisco de Paula Soares da Camara, coadjutor em setembro de 1858.

39 — Padre Bartolomeu Fagundes de Vasconcelos, coadjutor de fevereiro de 1859 a setembro de 1869; pró-pároco de 1869 a 71. Faleceu a 15 de abril de 1893, em Natal.

40 — Padre Joaquim Francisco de Vasconcelos (o 2º deste nome) coadjutor pró-pároco de dezembro de 1871 a setembro de 1873.

41 — Padre Vicente Ferreira de Lustosa Lima, coadjutor pró-pároco de setembro de 1873 a janeiro de 1874. Faleceu no Rio de janeiro.

42 — Padre José Herminio da Silveira Borges, coadjutor pró-pároco de fevereiro de 1874 a dezembro de 1877; vigário de janeiro de 1874 a agosto de 1881. Faleceu em Paparí, onde era vigário, a 21 de setembro de 1897.

43 — Padre João Maria Cavalcante de Brito, vigário de 7 de agosto de 1881 a 16 de outubro de 1905, quando faleceu, em Natal.

44 — Padre Francisco Constancio da Costa, coadjutor de janeiro de 1882 a abril de 1884. Faleceu em Nova Cruz, a 24 de abril de 1897.

45 — Padre João Urbano de Oliveira, coadjutor em abril de 1884.

46 — Padre José Calasans Pinheiro, coadjutor de agosto de 1893 a maio de 94; coadjutor novamente de maio de 1898 a maio de 1899.

47 — Padre Irineu Otavio de Sales e Silva, coadjutor de novembro a dezembro de 1900. Faleceu em Natal, a 5 de dezembro de 1929.

48 — Padre João Alfredo da Cruz, coadjutor de fevereiro a dezembro de 1901.

49 — Padre Moisés Coêlho (hoje arcebispo da Paraíba), coadjutor de julho de 1902 a dezembro de 1903.

50 — Padre Pedro Paulino Duarte da Silva, coadjutor de março de 1904 a janeiro de 1905.

51 — Padre Misael Justiniano de Carvalho, coadjutor de janeiro a outubro de 1905. Faleceu a 29 de janeiro de 1943, em Paparí, onde residia.

52 — Conego Francisco Severiano de Figueiredo, vigário interino de outubro de 1905 a fevereiro de 906. Faleceu na Baía, a 22 de março de 1936.

53 — Padre Moisés Ferreira do Nascimento, vigário de 11 de fevereiro de 1906 a 30 de janeiro de 1910.

54 — Padre José Neves de Sá, coadjutor de fevereiro a dezembro de 1906.

55 — Padre Luiz Adolfo de Paula, coadjutor de novembro de 1907 a abril de 1908; coadjutor novamente de 1937 a 40.

56 — Padre Antonio Clementino de Assis, coadjutor de setembro de 1908 a setembro de 1911. Faleceu em Natal, no mês de julho de 1912.

57 — Conego João Evangelista da Silva Castro, vigário de 2 de fevereiro de 1910 a 9 de março de 1912. Faleceu no Rio, a 25 de fevereiro de 1926.

58 — Padre Manoel de Almeida Barrêto, vigário de 10 de março a dezembro de 1912.

59 — Padre Celso Cicco, coadjutor de janeiro a dezembro de 1912; pró-pároco de dezembro de 1912 a julho de 1913; coadjutor de agosto de 1913 a janeiro de 914; vigário encomendado de 11 de outubro de 1915 a 24 de abril de 1917.

60 — Padre Joaquim Honorio da Silveira, vigário de 12 de agosto de 1913 a 26 de fevereiro de 1914.

61 — Conego Estevam José Dantas, coadjutor em 1885; vigário de fevereiro de 1914 a outubro de 1915 e de Janeiro a junho de 1925. Faleceu em Natal, a 29 de julho de 1929.

62 — Padre Manoel da Costa Pereira, coadjutor de fevereiro de 1914 a novembro de 1915.

63 — Monsenhor Alfredo Pegado, vigário encarregado de 29 de abril de 1917 a 26 de maio de

1918; de agosto a setembro do mesmo ano; vigário encarregado de julho de 1922 a Junho de 1923. Faleceu em Natal, a 22 de janeiro de 1941.

64 — Padre Antonio Francisco Ramalho, vigário encarregado de junho a julho de 1918; vigário encomendado de setembro de 1918 a julho de 1919.

65 — Padre Pedro de Paula Barbosa, vigário interino de Julho a agosto de 1919; vigário encomendado de agosto de 1919 a setembro de 1920. Faleceu em Nova Cruz, a 4 de março de 1923.

66 — Padre Henrique Paulsen, M. S. F., vigário interino de setembro a dezembro de 1920. Faleceu em Natal, a 9 de fevereiro de 1923.

67 — Padre Aurelio Celestino de Gois, (hoje religioso carmelita, com o nome de Frei Carmelo), vigário de janeiro a novembro de 1921.

68 — Conego Osvaldo Brasileiro, vigário de 30 de junho de 1923 a Dezembro de 1924.

69 — Monsenhor José Alves Ferreira Landim, vigário desde 12 de julho de 1925.

70 — Conego João Clementino de Melo Lula, coadjutor em 1927.

71 — Padre Luiz Gonzaga do Monte, coadjutor, em 1928.

72 — Padre Euclides Landim, coadjutor, por nomeação de 5 de outubro de 1931.

73 — Padre Leopoldo Rolim, coadjutor, por nomeação de 13 de setembro de 1933.

74 — Padre Ulisses Maranhão, coadjutor em 1939.

75 — Padre Severino Bezerra, coadjutor de 12 de fevereiro de 1941 a 5 de janeiro de 1942; coadjutor pró-pároco de 6 de janeiro a 6 de fevereiro do mesmo ano; coadjutor de 6 de fevereiro a 14 de abril do mesmo 1942.

76 — Padre Natanael de Vêras Alcantara, coadjutor de 6 de janeiro a 6 de fevereiro de 1942.

77 — Padre Benedito Basilio Alves, coadjutor desde 14 de abril de 1942.

PAROQUIA DE S. PEDRO DO ALECRIM

Paroquia criada por dec. dioces. de 17-8-919

VIGARIOS

- Padre Fernando Nolte — 1919
" João da Mata — 5-8-921
" Carlos Theisen — 31-12-923
" Francisco Toussaint — 14-5-924
" José Biesinger — 31-12-924
" Julio Maria — novembro 925
" José Biesinger — 1-3-926
" Fernando Müller — 1937 a 41
" Martinho Stenzel — 1942.
-

JUIZOS DA IMPRENSA NATALENSE

I

No Instituto Histórico

Estive domingo no Instituto Histórico assistindo á sessão comemorativa do seu quadragésimo aniversário. Nestor Lima, presidente ha quinze anos, recorda os primeiros passos da agremiação cultural e as figuras que animaram o seu movimento. Antes, a voz pausada de Joaquim Inacio, consocio dos mais ilustres, nos fez ouvir a ata da instalação, em 29 de março de 1902, ano da tragedia que nos levou para sempre o grande Augusto Severo. Pagina historica de um livro historico, é um marco de coragem, de consciencia, de atividade, congregando nomes que constituem hoje lembranças impereciveis do labor passado.

* * *

Na sala do Instituto, ornada de quadros preciosos; na mesa da presidencia diante do grande painel da Independencia e da velha gravura do Imperador ladeado dos deputados de 1866, Nestor Lima, numa substituição eventual do orador da casa, disse, com firmesa de memoria, alguma coisa da vida dos fundadores do Instituto, criação do desembargador Vicente Lemos, prosperando até hoje, com a seiva

que lhe deram Olimpio Vital, Luis Fernandes, Pedro Soares, Meira e Sá, Pinto de Abreu e outros daquele tempo e mais os que vieram trabalhando pelo mesmo nobilitante fim.

*
* *

O Instituto se projetou para o futuro, reflexo, também do governo de Alberto Maranhão, cujos pontos luminosos nunca deixaram de existir no panorama físico e intelectual do Estado. Hoje, decorridos quarenta anos, a agremiação nascida dos argumentos do desembargador Lemos, após a questão de Grossos, é uma realidade palpável, com um rico patrimonio cultural e historico que honra o Estado. Basta citar-se a sua revista, que anda numa serie magnifica de edições... Depois se referiu o presidente da sessão aos saudosos consocios desaparecidos, desembargador Sebastião Fernandes e dr. Vale Miranda, destacando Nestor Lima o carinho e a abnegação com que se dedicaram aos destinos do Instituto.

*
* *

As dadivas á Instituição, inclusive da séde, pelo atual governo do Estado, têm sido acrescidas de preciosas outras que realçam o conjunto dessas conquistas. A mais recente é a de um quadro a oleo, trabalho magnifico da sra. Neusa de Brito Guerra. Foi entregue naquela data pelo dr. Baroncio Guerra, que estava presente á sessão com a sua filha dra. Iaponira Guerra. A bela homenagem está á vista numa das paredes da sala de honra do Instituto. É a reprodução de um quadro de Barlaeos: a fortaleza dos Reis Magos ao tempo da invasão holandesa, em 1633, quando teve o velho forte a sua fase de ação mais util e caracteristica. A pintora conterranea fixou o aspecto do historico Castelo de Ceulen, que hospedou Nassau no deserto da ponta projetada para

a barra. E, em lugar á parte, completando o valor do quadro no ponto de vista do passado, a Ema simbolica do invasor que durante vinte anos dominou no Rio Grande do Norte.

AD. FRANÇA
(Danilo)

Da "Republica" de 1/4/42

II

Pretextos

O VELHO FORTE

"J'ai eu quelques fois l'honneur de rêncontrer le général de Charette Il m'a toujours semblé que je rencontrais l' Histoire".

Estas palavras são de Jacques Bainville, num dos episódios de suas "Chroniques", e eu invariavelmente tambem as recordo quando me acontece lembrar ou ter diante dos olhos a paisagem marinha do velho forte dos Reis Magos...

Evoquei-as assim, ha duas tardes, por ocasião da magnifica sessão do Instituto Historico, reunido solene e especialmente para receber o seu novo socio correspondente, o major Jonatas de Moraes Corrêa, que fez então a leitura de um excelente trabalho sobre o rude baluarte postado á entrada da barra do Potengi, pela intuição estratégica e o genio guerreiro do colonizador...

O antigo bastião é, em verdade, a Historia; pelo menos, qualquer outro monumento aqui inexistente que resuma em bloco, como êle, toda a Historia do Rio Grande do Norte.

Escolhido o local e começado o levantamento de suas muralhas a 6 de janeiro de 1598, nenhum fato acontecido em terra potiguar passou a lhe ser

estranho ou o deixou á margem, desde aqueles remotos dias tumultuarios.

Anterior, portanto, á fundação da cidade, foi o primeiro nucleo de fixação, de resistencia, de irradiação do portuguez, nestas pontas de lança do setentrião, — e as suas guaritas, casamatas, sala da capela, prisões, caminhos de ronda guardam ainda, certamente, os écos das vózes, blasfemias, invectivas e gritos roucos, asperos e divérsos, de triunfo, ou dôr ou derrota, — de tantas lutas bravias e ardentes, contra o indio, o francês, o flamengo...

O ilustre militar e historiador patricio lembrou todos esses aspectos heroicos e grandiosos que aureolam o nosso periodo inicial, e as bélas, medidas, lucidas páginas que leu, para uma assembléia prêsa, unanime, ao encanto, á sugestão e ao interesse do seu estudo, recolocam a fortaleza, quasi quatro vezes secular, na larga e justa moldura historica que realmente lhe é devida.

Foi inegavelmente, um marcante *intermezzo* de espirito e de inteligencia, esse que nos proporcionou o Instituto Historico, cujo relêvo e importancia, como nossa legitima Casa da Memória, nunca é demais assinalar, e que, sob a presidencia esclarecida e benemerita do dr. Nestor Lima, vive atualmente uma época de raro fastigio cultural e social.

Um já longo e util caminho, sempre percorrido nobremente, em linha reta e com as sós finalidade e preocupação de servir á terra comum, pela ciósa persistencia no culto, no amor, na manutenção, na evocação dos superiores homens, gestas e legendas do nosso passado, lhe dá direito irrecusavel ao respeito, á admiração e á simpatia de todos os conterraneos.

A. de O. C.

(Americo de Oliveira Costa)

Da "A Republica" de 28-4-42

III

Boletim da manhã

O INSTITUTO HISTÓRICO

O Ateneu, além das glórias próprias que possui, auxiliou a fundação de entidades outras, também de finalidade cultural.

Foi em um dos seus salões que se instalou, em 1908, a Escola Normal de Natal. Foi lá, ainda, que se fundou, em 1902, o Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, cujo aniversário passou ontem, solenizado numa sessão em que esteve presente o governador daquele tempo, dr. Alberto Maranhão.

O ato que marcou o nascimento da sociedade, a que o dr. Nestor Lima vem emprestando dedicada e inteligente direção, houve lugar numa “sala fronteira à Praça Tomaz de Araujo”, do secular educandário. O Chefe do Governo compareceu em pessoa, como era de seu hábito em assuntos de tal natureza. E mais os srs. Olimpio Manoel dos Santos Vital, Francisco de Sales Meira e Sá, Vicente Simões Pereira de Lemos, Francisco Carlos Pinheiro da Camara, Francisco Pinto de Abreu, Luiz Manoel Fernandes Sobrinho, Manoel Dantas, Tomaz Landim, Pedro Soares de Araujo, Joaquim Manoel Teixeira de Moura e Veríssimo de Tolêdo. Foram 12 abnegados que formaram a sessão primeira do Instituto. Houve mais 14 que aderiram à idéia, embora ausentes. As principais figuras das letras e da politica de então, Pedro Velho, Ferreira Chaves, Tavares de Lira, Eloi de Souza, José Bernardo de Medeiros, João Batista de Siqueira Cavalcanti, José Teotônio Freire, Manoel Moreira Dias, Antonio de Souza, Manoel Hemetério Raposo de Mélo, Sérgio Pais Barreto, João Avelino Pereira de Vasconcelos, Henrique Castriciano e Pedro Avelino. Dêsse total,

a Morte já subtraiu 21. E dos que sobrevivem, 1 apenas pertence ao grupo que esteve no Ateneu: é o dr. Alberto Maranhão.

Nêsses 41 anos de vida, o Instituto prestou inapreciavel serviço ao nosso patrimônio histórico e ao desenvolvimento da nossa cultura. Nas suas vitrinas e salas de exposição permanecem relíquias veneráveis sob todos os aspectos. Os milhares de volumes da sua Biblioteca estão diariamente entre as mãos dos estudiosos que a ela comparecem em pacientes e frutíferas pesquisas.

Dentro daquele ambiente silencioso, a gente encontra uma parte da história do Brasil e toda a história do Rio Grande do Norte.

ROMULO WANDERLEY.

Do "Diario", de 30-3-43.



Modificações na toponímia

do Rio Grande do Norte

A comissão técnica incumbida da revisão do quadro territorial do Estado do Rio Grande do Norte, no exercício de suas atribuições:

Tendo em vista a repetição de varios topónimos existentes em localidades de outros Estados, com direito de prioridade, por sua mais alta categoria, ou por antiguidade, consoante as comunicações especiaes do C. N. G. e a relação geral de prioridades, considerada definitiva, para os efeitos da substituição dos nomes repetidos nas varias localidades do País;

Tendo mais em vista que as regras expostas para a substituição autorizam a adoção de topónimos locais, antigos ou novos, inclusive a adoção de acrescimos diferenciaes de pontos cardeaes, e outros;

Tendo ainda em vista a regularização do Quadro Territorial, para ser observado no proximo quinquenio de 1º de janeiro de 1944 a 31 dezembro 1948, nos termos das leis 311, 3.599 e 5.901, em vigor;

E tendo finalmente em vista guardar quan-

to possível as tradições honrosas da gente e da terra potiguar:

É de parecer:

1º Que sejam substituídos os nomes dos municípios e cidades sédes de comarcas e termos seguintes:

- a) LAGES, comarca e cidade para ITARETAMA;
- b) FLORES, termo e cidade, para FLO-RÂNIA;
- c) SANTO ANTONIO, termo e cidade, para FREI MIGUELINHO;
- d) SÃO GONÇALO, termo e cidade, para FELIPE CAMARÃO;
- e) SERRA NEGRA, termo e cidade, para SERRA NEGRA DO NORTE.

2º Que sejam substituídos os nomes dos distritos e vilas seguintes:

- f) CAMPO REDONDO, m. de Santa Cruz, para SERRA DO DOUTOR;
- g) JERICÓ, m. de Santa Cruz, para MELÃO.
- h) OURO BRANCO, m. de Jardim do Seridó, para MANAIRAMA;
- i) PURÊSA, no m. de TOUROS, para MAXARANGUAPE;
- j) INPEPENDENCIA, no m. de MACAU, para PENDENCIAS;
- k) SANTA LUZIA, no m. de Assú, para CARNAUBÃES;
- l) SACRAMENTO, no m. de Santana do Matos, para IPANGUASSÚ;
- m) SÃO SEBASTIÃO, no m. de Mossoró, para SEBASTIANÓPOLIS;

- n) SÃO VICENTE, no m. de Florânia (ex-Flôres) para LUÍZA;
- o) VITORIA, no m. de Pau dos Ferros, para PANATÍS;
- p) BÓA ESPERANÇA, no m. de Martins, para DEMETRIO LEMOS;
- q) DIVINOPOLIS, no m. de Martins, para UMARÍ;
- r) GETULIO VARGAS, no m. de Caraubas, para JANDUÍS;
- s) CAMPESTRE, no m. Nova Cruz, para SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE;
- t) MONTE ALEGRE, no m. de São José de Mipibú para QUIRAMBÚ;
- u) EPITACIO PESSOA, no m. de Angicos, para GASPAR LÓPES.

JUSTIFICAÇÃO

Os novos toponimos são justificaveis em face das razões que a Comissão passa a expôr:

LAGES, atual cidade, séde da comarca do mesmo nome, tem identica designação que a cidade de Lages, em Santa Catarina, com direito de prioridade, a contar de 1717. O novo topónimo é formado de dois elementos tupís, a saber: ITA, que quer dizer *pedra* e RETAMA, TETAMA, RAMA, ou TAMA, que significa *região*. Ora, ITARETAMA é a região da pedra. O municipio é, em geral, pedregoso e montanhoso; daí, a preferencia para o novo nome.

FLORES tem similar, com prioridade, em Pernambuco, de que é comarca e com antiguidade, desde 1810. A mudança da desinencia para ÂNIA, já usada em varios topónimos nacionaes, *ex. gratia*, no Estado de Goiás, autoriza a formação do novo topónimo.

SANTO ANTONIO, municipio, cidade e termo, foi vencido na concorrência da prioridade, pelo da comarca de igual nome, no Rio Grande do Sul, e vae guardar o nome immaculado de Frei Miguel Joaquim de Almeida Castro, conhecido na Historia por PADRE MIGUELINHO, heróe e martir da Revolução Republicana, de 6 março de 1817, em Pernambuco, arcabuzado no Campo da Polvora, na Cidade do Salvador, Baía, a 12 junho daquele ano. Nasceu nesta cidade a 17 de Setembro 1768, filho de pae português e mãe brasileira, residentes na Colonia.

SÃO GONÇALO, a cidade e termo deste nome, foi tambem prejudicada no direito de conservar o nome, pelo municipio e comarca do Estado do Rio de Janeiro, com antiguidade de 1647, como paróquia.

A criação do municipio norte-rio-grandense se operou pela Resolução do Conselho de Provincia a 11 abril 1833, confirmada pela lei provincial de 28 março 1835. Suprimido duas veses e restaurado tambem duas veses, foi afinal reconstituído sob a Republica, pelo Dec. nº 57 de 9 de Outubro de 1890. Elevado á cidade pelo decreto 603 de 31 outubro 1938, perde agora o nome para dar logar ao de FELIPE CAMARÃO, o famoso chefe potiguar, que brilhou, como um dos maiores heróes, na luta contra os invasores holandêses, de 1630 a 1647, quando falleceu, na Várzea, arrabalde de Récife, Estado de Pernambuco. Ele nasceu na Aldeia de sua tribu, Igapó, pertencente ao m. de São Gonçalo, batisou-se, homem feito, a 13 de junho de 1612, casou no dia seguinte com Dona Clara Camarão, uma das suas esposas indígenas, combateu na Jornada do Maranhão, fêz a campanha contra os holandeses e cobriu-se de glorias. É um nome digno do maior respeito e carinho, para a terra potiguar, de que é um verdadeiro simbolo.

SERRA NEGRA, cidade, termo e municipio do Seridó, perdeu a denominação, em favor da comarca de São Paulo. Para diferença-la da sua homónima paulista, parece suficiente o acrescimo “do Norte”, como permite o decreto-lei nº 5.901, de 21 outubro findo, caso seja isso indispensavel, a criterio do Governo do Estado, o que a Comissão solicita e acha perfeitamente justificado.

As vilas, cujos nomes são substituidos, precisam adotar topónimos adequados:

“Campo Redondo” está situada na chã da “Serra do Doutor”, que é um esgalhamento da Serra da Borboréma, no m. de Santa Cruz. O Doutor era Antonio Joseph Teixeira de Moraes, que foi fazendeiro, na dita Serra, e ali fêz obras, que o recomendavam á estima publica.

“Jericó” é o antigo povoado de “Melão”, que volta assim á sua anterior designação.

Para “Ouro Branco”, foi escolhido o toponimo MANAIRAMA, que quer dizer: região do algodão: *Amanai* e *rama*. Paraiba já tem *Manaira*. O Séridó possui o algodão Mocó, que é reputado o melhor do mundo.

“Purêsa”, nome que o dr. José Inacio Fernandes Barros, habitual veranista da fonte do Rio Maxaranguape, escolheu em razão da purêsa da agua daquela fonte, passa a ser, dora em diante, MAXARANGUAPE, porque é o ponto, onde se fórma o famoso rio do agreste, cuja barra é a divisa entre Touros e Ceará-mirim.

“Pendência” é antigo nome do povoado, que se tornou vila e séde de distrito, no m. de Macau. A designação de *Independencia* resultou da indicação do dr. Alcebiades Silva, paraibano, quando administrador dos Correios, neste Estado, em 1921-1922. Retorna á velha denominação, que o povo sempre respeitou.

O antigo povoado de “Poço da Lavagem”, ora vila e distrito de Santa Luzia, no m. do Assú, passa a denominar-se vila e distrito dos “Carnaubaes”, em razão de ser o centro de maior produção e cultura da valiosa palmeira, que tanto representa na economia norte rio-grandense. Existe CARNAUBAL, que é vila do Ceará, desde 1899. Mas, a flexão plural é autorizada pelo decreto-lei 5.901 de 21/10/43.

“Sacramento” é o distrito e vila, no m. de Santana do Matos, que passa a denominar-se IPANGUASSÚ, porque é, de fato, uma grande ilha fluvial, á margem direita do Rio Assú. Na lingua dos indigenas a designação significa “Ilha Grande”.

A vila e distrito de “São Sebastião”, no m. de Mossoró, muda a sua denominação para “Sebastianopolis”, afim de não perder a razão do nome, porque a antiga “Passagem do Pedro”, que Sebastião Machado de Aguiar fundou em 1792, não representaria bem a homenagem ao fundador, sem esquecer a invocação do martir romano. O termo é conhecido e literariamente aplicado á capital do País, em lembrança do seu invicto padroeiro.

“São Vicente” é a antiga povoação da *Luiza*, nome tradicional do “Saco da Luiza”, onde se faz, sob frondosa Quixabeira, ainda existente ali, a feira semanal. As terras se apelidavam outrora de “Milharada do Gentio”, nome que se resumiu no da india “Luiza”, que ali viveu muito tempo e deu lugar ao aglomerado social, hoje bastante desenvolvido.

“Panatis” é o nome que vae substituir o de “Vitoria”, vila e distrito do m. de Pau dos Ferros, em razão de nome igual da Capital do Estado de Espirito Santo. Chama-se “Panatis” a serra que se encontra no territorio do distrito e margêa a estrada que vae da cidade séde áquele distrito e vila. Trata-se de uma valente nação indigena, que se ho-

misiava, nas várzeas do Patachoca, ou Pataxós, no m. de Angicos, e dali se afastára, na conquista das sesmarias concedidas a Baltazar da Rocha Bezerra e seus irmãos Miguel Barbalho Bezerra, Antonio Pedro Bezerra e Felipe Barbalho Bezerra, este padre e aqueles coroneis, como se designavam.

No m. de Martins, é demasiado o respeito que suscita o nome do martinense Coronel Demetrio do Rego Lemos, venerando official superior do Exercito Brasileiro, que tantos beneficios prodigalisou á sua terra, em estradas, materiaes, livros e outras coisas para as escolas e estabelecimentos publicos. A mudança de “Bôa Esperança” para “Demetrio Lemos”, em memoria do grande martinense, parece justificada, ao vêr da comissão.

“Divinopolis”, no mesmo m. de Martins, passa a denominar-se UMARÍ, em razão dos nomes do rio e das fazendas, que existem na zona do pé da Serra do Martins.

“Janduís” foi o nome escolhido para a vila e distrito de Getulio Vargas, no m. de Caraúbas, em lembrança da valente nação payacú, que dominava a zona do alto sertão, desde as margens do Rio Assú ás do Rio Jaguaribe, E. do Ceará.

“Campestre”, no municipio de Nova Cruz, fica sendo São José do Campestre e esta nova designação a lei permite.

Para substituir “Monte Alegre”, no municipio de São José de Mipibú, foi escolhido o toponimo de QUIRAMBÚ, em lembrança do sitio de Antonio Miranda, que, ha muitos anos, estabelecêra uma casa para vender “caldo de cana” e espalhava o “bagaço” em frente á casa, do que resultou o primitivo nome de “Bagaço”, por certo, inaceitavel. “Quiram-bú” parece significar “Fonte do cipó”, de *Quiri*, e *mbú*, ou *imbú*, fruto que dá agua. (Of. Batista de Castro, “Vocabulario”, pg. 39).

Finalmente, a Comissão atendendo á solicitação da sua congénere paraibana e para que possa o Estado visinho do sul prestar a homenagem que deseja ao falecido presidente da Republica, dr. Epitacio Pessoa, lembra a substituição do topónimo da vila e distrito que lhe guarda a memoria, pela autorização de inaugurar, em 1922, a estação da E. F. Central, no ramal de Macau, para restaurar o antigo nome tradicional de GASPAR LOPES, o conhecido sesmeiro que fundou essa localidade, do m. de Angicos. Esta mudança não resulta de prioridade, mas, de entendimento amistoso entre as comissões técnicas dos dois Estados, da região do Nordeste.

Natal, 30 de outubro de 1943.

A Comissão tecnica

NESTOR LIMA, Pe. e Relator.

OTTO GUERRA

ALFERES GALDINO A. DOS SANTOS LIMA.



A lenda da Iára

Na região amazônica

Do poeta uruguaio Gaston Figueira

Tradução de Antônio Soares

Mãe, ó mãe, como é formosa
a mulher dos olhos verdes
e cabelos côr de sol
que eu esta tarde encontrei!...

Seria o meu encontro uma visão?
Ou seria, ao contrário, realidade?

Eu ia, na minha igára,
pensando em mil coisas vagas...
quando, inesperadamente,
na ponta de Taruman,
uma vóz, fresca, suave,
branda, clara, musical,
do enlêvo me despertou...

Mãe, como era deliciosa
aquela doce canção!

Eu, logo, saltei da igára,
em busca do estranho pássaro
cujo canto me atraía...
e vi — com que doce assombro!
com que suave magia! —
a mais formosa mulher
que eu jamais vira algum dia...

Sabes, mãe, que em nossa taba
nada detém minha força
e nem a minha destreza.
Tu sabes com que certeza
eu disparo as minhas fléchas
e manejo o meu tacápe.
Pois, ó mãe, naquele instante,
eu tremia, sim, tremia
qual se fôra uma criança...

Não podes imaginar
como é linda essa mulher
de olhos verdes, langorosos
e cabelos côm de sol!
Não se assemelha a nenhuma
das donzelas de Manáos.
É muito, muito mais bela!
O seu cólo é de alabastro,
sua epiderme é tão branca...
Não tem nêgrumes nos olhos,
nem a pele bronzeada...
Vi sua espádua alvejante,
vi seus braços torneados...

Um instante pensei: É, apenas, visão...
Eu estou a sonhar... estou a delirar...

Ouvi, porém, que ela me chamou.
Seus braços docemente me enlaçaram
e senti o calor do seu contacto.

De repente,
nas águas mergulhou,
deixando-me sósinho, no abandono!
E eu, que nunca chorei,
cem lágrimas verti.

Não sei se era visão ou realidade.
Mas, é preciso, mãe,

que eu torne a vê-la,
que eu a veja ainda...

— Cala-te, filho! Silêncio!
O que tu viste é uma Iára.
Ela vive mergulhada
na profundeza do rio...
Só conheces o seu busto
— É a metade mulher —
a outra metade é peixe...
Quer roubar-te á nossa tribu,
a teu pai, bravo tucháua,
á tua mãe, que te ama.
Não voltes ali, meu filho,
o que tu viste é uma Iára!

— Mãe, não posso... É preciso voltar.
Quero vê-la outra vêz!
Quero vê-la outra vêz!
Quero ouvir novamente
sua vóz doce e clara!

A pobre mãe chorava...
O filho, soluçando,
partiu na sua igára...
E nunca mais voltou á sua taba!

Desde então — segundo a lenda —
quando a lua está brilhando,
são ouvidas duas vózes
e são vistas duas sombras
na ponta de Taruman...



O SERIDÓ

JOSÉ AUGUSTO

(Socio Benemerito)

O Seridó é um vasto trecho do território norte-riograndense, atravessado e cortado pelo rio do mesmo nome e seus afluentes e caracterizado economicamente por uma determinada natureza de produção: o algodão mocó, de fibra longa, sedosa e resistente, o melhor do Brasil, um dos melhores do mundo, rivalizando em qualidade com o famoso algodão egípcio.

Na vida social, política e econômica do Estado do Rio Grande do Norte, a região seridoense tem ocupado sempre papel de relevo e saliência, fornecendo por vezes alguns filhos ilustres para a sua direção e contribuindo continuamente com a sua produção para o fortalecimento da riqueza coletiva.

EXTENSÃO TERRITORIAL

Tem uma extensão territorial de 9.332 quilômetros quadrados, assim distribuídos pelos seus oito municípios.

ACARI 1.203 km.

CAICÓ	2.057	”
CURRAIS NOVOS	1.567	”
FLORÂNIA	732	”
JARDIM DO SERIDÓ	966	”
JUCURUTÚ	969	”
PARELHAS	830	”
SERRA NEGRA DO NORTE.	1.008	”

O povoamento da região começou no fim do século XVII, quando da guerra dos bárbaros, luta que durou muitos anos e durante a qual, após crueldades inomináveis, o homem civilizado exterminou os selvagens que habitavam as margens do rio Assú e seus afluentes, um dos quais, como se sabe, é o rio Seridó.

Um dos encontros sangrentos e crueis ocorreu no lugar Acauan, localizado no atual município do Acari.

Exterminados os índios, chegaram ao Seridó os seus primeiros desbravadores civilizados, vindos de Pernambuco (Goiana e Iguarassú) e da Paraíba.

As primeiras datas de terra concedidas na região e registradas nos livros da Capitania do Rio Grande do Norte são de 1676 e referem-se exatamente à Acauan, sendo seus beneficiários Teodósio Leite de Oliveira, Teodósia dos Prazeres e Manuel Gonçalves Diniz, e de 1679, ainda relativas a Acauan e Serra do Trapuá, deferidas a Luiz de Souza Furna, Antonio de Albuquerque da Câmara, Lopo de Albuquerque da Câmara e Pedro de Albuquerque da Camara.

Um dos comandantes de tropa contra os índios fôra justamente Antônio de Albuquerque da Câmara.

A emancipação administrativa do Seridó foi feita em 31 de julho de 1788, por alvará que criou

o município com a denominação de Vila Nova do Príncipe, o mesmo documento legal que fez surgir também os municípios de Vila Nova da Princesa (Assú) e Vila Nova da Rainha (Campina Grande).

Era concebida nestes termos a carta do Governador de Pernambuco autorizando o Ouvidor Geral a criar a vila do Seridó, conjuntamente com as duas supra referidas:

“Vi a representação que vossa mercê me dirigiu em 28 de Março do próximo preterito a respeito do quanto seria útil ao bem e socego do público e ao real serviço que se erigissem em vila e povoações dos Carirís, Seridó e Assú; as justiças não podem coibir por não lhes chegar a notícia a tempo tal que as averiguações são infrutíferas, quando pelo contrário as criações das ditas vilas se obrigariam a recolher a elas os vândios para trabalharem, se promoveria o castigo dos delinquentes, adiantar-se-ia a agricultura e se aumentaria o comércio: nesta certeza e pela faculdade que S. M. me permite na real ordem de 22 de julho de 1766 de que remeto a cópia, concedo a vossa mercê a faculdade para erigir em vilas as povoações dos Carirís que se denominará Vila Nova da Rainha, a povoação do Seridó Vila Nova do Príncipe, e a povoação do Assú, Vila Nova da Princesa. Das cópias inclusas constará a vossa mercê os termos a que se precedeu na que por ordem de meu Predecessor erigiu na povoação do Piancó José Januário de Carvalho, corregedor dessa Comarca para que nas povoações acima indicadas mande vossa mercê praticar o mesmo conforme. Concluídas as ditas criações me remeterá os autos que, para vir no

conhecimento dos termos e distritos que a cada delas pertencer. Recife, 28 de abril de 1788. Dom Thomaz José de Mello. Senhor Doutor Desembargador Antônio Felipe Soares de Andrade Brederode, Ouvidor Geral da Comarca da Paraíba”.

Com o desenvolvimento crescente do Seridó, do ponto de vista demográfico, político, social, econômico, surgidos vários núcleos de população mais ou menos densa, outros municípios foram se destacando e desmembrando, a princípio o Acari, depois o Jardim do Seridó e Serra Negra, no período Monárquico, Currais Novos. Flores, hoje Florânia, Parelhas, Jucurutú, após a proclamação da República, em um total de oito.

POPULAÇÃO

Os seridoense são muito prolíferos.

O comum é o casal de 10 a 12 filhos, e não são raros os que atingem a 15, 20 e até mais.

A população do Seridó por isso aumenta, não vertiginosa, pelo menos apreviavelmente, de decênio a decênio.

Certo é que alguns fatores influem para que não seja ainda maior a cifra do crescimento, entre êles a mortalidade infantil, que é grande, e as sêcas que dizimam vidas e produzem o êxodo de consideráveis massas de gente válida. Mas, ainda assim, é considerável a percentagem, atestada pelos recenseamentos verificados nos anos de 1782, 1824, 1855, 1872, 1890, 1900, 1920 e 1940.

São os dados de que temos notícia acusando as seguintes cifras:

1782	3.630
1824	6.276
1855	15.921
1872	31.281

1890	40.514
1900	41.800
1920	85.840
1940	127.027

Claro está que êsses recenseamentos e cálculos ressentem-se de falhas e lacunas, mas oferecem indicações aproximadas e evidenciam, em 1940, isto é, no espaço decorrido de 158 anos, uma população 35 vezes maior que a de 1782, a indicar de um lado a habitabilidade da região, e de outro o vigor da raça que a ocupa:

Os dados relativos ao ano de 1782 constam do livro de Irineu Pinto, "Datas e Notas para a História da Paraíba", vol. 1º pag. 170, e os referentes a 1824 foram organizadas pelo então vigário da Freguesia da Vila Nova do Príncipe (Caicó), Padre Francisco de Brito Guerra, depois Senador do Império, e foram publicadas pela « A República » de Natal, Rio Grande do Norte, em 29 de abril de 1926.

Eil-os :

MAPA DOS HABITANTES DO SERIDÓ NO ANO DE 1824

IDADES	BRANCOS					
	Solteiros		Casados		Viúvos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 10	307	325				
10 a 20	92	115	25	84		
20 a 30	42	35	106	123		
30 a 40	15	19	102	86		
40 a 50			68	68		
50 a 60			86	59	12	6
60 a 70			52	46	21	33
70 a 80			34	21	34	62
80 a 90					10	18
90 a 100						

IDADE	PARDOS											
	Livres						Cativos					
	Solteiros		Casados		Viúvos		Solteiros		Casados		Viúvos	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
0 a 10	506	578					96	72				
10 a 20	102	124	18	34			26	38				
20 a 30	83	94	108	105			24	32	12	8		
30 a 40			104	109			1	29	12	20		
40 a 50			80	91			10	11	16	21		
50 a 60			24	18	38	20			8	1		
60 a 70					19	21					6	6
70 a 80					14	8					32	2
80 a 90												
90 a 100					3							

IDADE	PRETOS											
	Livres						Cativos					
	Solteiros		Casados		Viúvos		Solteiros		Casados		Viúvos	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
0 a 10	27	36					142	247				
10 a 20	10	15					70	84				
20 a 30	3	9	9	15			36	62				
30 a 40		15	27	21			20	42	44	60		
40 a 50	10	6					60	84	45	64		
50 a 60	24	15	6	6			22	18	21	16		8
60 a 70	3	9			10	11			11	8		
70 a 80					6	5						
80 a 90					3	2						
90 a 100												

RESUMO	
Branços	2.112
Pardos	2.799
Prefos	1.455
Total	6.366

A CRIAÇÃO DE GADO: FATOR DO POVOAMENTO DO SERIDÓ

A função socio-geográfica do gado tem sido es-

tudada larga e desenvolvidamente em vários países e por sociólogos e historiadores de renome.

Capistrano de Abreu, mestre da história pátria, consagrou ao assunto algumas páginas de verdade irrecusavel, e Roberto Simonsen, na "História Econômica do Brasil de 1500 a 1820", estuda, em dois documentados e excelêntes capítulos, a pecuária como um dos fatores econômicos essenciais na ocupação e desbravamento dos sertões brasileiros.

Alberto Zum Felde, no "Proceso Histórico del Uruguay", esquema de uma sociologia de sua Pátria, demonstra amplamente como toda colonização reclama para seu desenvolvimento uma fonte de riqueza natural, que não somente assegure as condições de vida do povo, como também ofereça possibilidade de exploração comercial. A multiplicação do gado foi essa fonte no Uruguai:

"Las dos manadas de veguas y vacas traída por hermandarias son, diz Zum Felde, el principio de nuestro proceso histórico. Es de observar que la ganaderia, em las condiciones em que se presenta en el Rio de la Plata, es um fenómeno único en todo el mundo. Ha habido y hay pueblos pastores y comarcas com rebaños de vacas, ovejas y cabras; pero en ningún país, manadas innumerables de vacas, toros, veguas, potros, se extienden y se multiplican libremente en los vastos pastizales desiertos, cuchillas del Uruguay, pampas de la Argentina, tornando-se cimarronas. Este es el fenómeno característico del Plata y el que ha de determinar y caracterizar su vida y su historia".

E mais adiante: "El ganado le da (ao homem) el cuero con que puede fabricar rústicamente sus botas, pero, su lazo, su cama,

y casi todo cuanto necesita en una existência campera”.

Este trecho faz lembrar aquele outro de Capistrano de Abreu, descrevendo o que êle chamou a época do couro :

“De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar a água o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendêlo em viagem, as bahinhas de faca, as brocas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para cortume ou para apurar sal; para os açudes o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz”.

A vida pastoril cria tipos de hábitos virís, rudes e bravos :

“La ganaderia hace al habitante del campo, nativo o colono, fuerte, osado, ágil y púbil”. É que “hay que domar caballos cerriles. hay que perseguir y voltear la res a bolas o a lazo, hay que adiestrarse en el manejo del cachilo, hay que aguzar los sentidos y hacerse vaqueano”.

No Rio Grande do Norte, a criação do gado teve, por largo espaço de tempo, quando do Brasil colônia, importância essencial para toda a economia nordestina.

Hermann Watjen, no seu livro “O Domínio Hollandês no Brasil”, afirma em relação a Pernambuco que “O maior fornecimento de rezes para o consumo era feito pelos criadores de gado do Rio Gran-

de”. E acrescenta: “Em 1635 os conselheiros políticos exaltaram a conquista final desta Capitania como um beneficio inestimável da fortuna. Sem o Rio Grande, os soldados holandezes, tão miseravelmente tratados com os sós recursos dos armazens, ficariam condenados a morrer de fome; sem o Rio Grande a alimentação da população de Pernambuco, em constante crescimento, seria uma coisa impossível”.

Ainda 59 anos depois, em 1694, aos 5 de junho, o governador Geral da Baía, D. João de Lencastro, em carta ao Governador de Pernambuco, Caetano de Melo Castro, transmitia ordens reais para o assentamento de seis aldeias de índios, no Assú, no Jaguarí e no Piranhas, justificando a necessidade da providência em território que não sob o governo de Melo Castro, pela importância de se conservar a Capitania do Rio Grande, “não tanto por ela, como principalmente pelas consequências do perigo a que ficam expostas, se ela se perder, as da Paraíba, Itamaracá e Pernambuco, e, além das razões militares invocadas, acentuava: “Sei eu, (e vós me haveis de confessar) que dos gados do Rio Grande se sustentam os povos dessa Capitania (a de Pernambuco) e das outras duas (Itamaracá e Paraíba): que de sua carne resulta o imposto que se paga para a infantaria: e de seu serviço e permanência de todos os engenhos e Canaviais de Pernambuco; e que dos açucares que nela se lavram depende a carga de frotas e o comércio mercantil: sem o que não se pode conservar essa praça: logo, por precisa conclusão, vem essa Capitania (Pernambuco) a ser mais empenhada, ainda que as duas vizinhas se não percam, em se defender, e conservar a do Rio Grande, de que tão essencial dependência têm essas do Norte”.

Eis aí: o Rio Grande do Norte foi, por largo tempo, através da sua criação de gado, o sustentá-

culo das três outras Capitánias vizinhas, e os soldados holandeses morreriam à fome, se não fôra o Rio Grande do Norte com o fornecimento de suas rezes.

Facil é explicar o florescimento da pecuária norterio-grandense naquela época. É que muitos dos trechos do território potiguar, muitas das zonas em que se dividiu a Capitania, foram povoadas na época do couro, a que se refere Capistrano de Abreu, no ciclo dos criadores de gado, os quais Basílio de Magalhães considerou, com justa razão, “Os fatores de uma larga expansão geográfica” no norte do país.

A história territorial do Rio Grande do Norte, que pode ser seguida e acompanhada, em grande parte, no exame das datas de terra e sesmarias concedidas aos que vieram povoar o seu solo, e nele se fixaram, revela, em cada uma dessas concessões, ou melhor em sua quasi totalidade, um pensamento único: a obtenção de terras *para acomodar os gados, onde situar os gados, onde criar os gados.*

Na zona do Seridó, certo e seguro é afirmar-se que todo o movimento povoador decorreu da necessidade ecorômica de encontrar lugar adequado á localização de fazendas de criação de gados.

Claro está que os primeiros sesmeiros seridense, salvo um ou outra exceção, não foram pessoalmente tomar posse das terras obtidas e dirigir as fazendas que iam instalando. Faziam-no por intermédio de vaqueiros e procuradores, muitos dos quais se tornaram posteriormente fazendeiros abastados.

Mas, à proporção que os interêsses econômicos foram se avolumando, e que os perigos de encontros sangrentos com a indiana bravia foram diminuindo até cessarem de todo, muitos, e dos da melhor estirpe, instalaram-se nas suas terras e dirigiram em pessoa as suas criações.

São dessa época os fundadores das grandes famílias que ainda hoje ocupam, a título quasi exclu-

sivo, o território banhado pelo rio Seridó, e seus afluentes, na hora presente, abrangendo oito circunscrições municipais — Caicó, Acarí, Jardim do Seridó, Serra Negra, Currais Novos, Florania, Parelhas, Jucurutú, a primeira das quais, Caicó, compreendendo então as outras, teve a sua autonomia oficial em 31 de julho de 1788.

Thomaz de Araujo Pereira, Caetano Dantas Correia, Rodrigo de Medeiros, Cipriano Lopes Galvão, todos os povoadores iniciais do Seridó, troncos das tradicionais famílias, que ainda hoje vivem na região, em que trabalham e a que servem, foram criadores de gado, opulentos fazendeiros, proprietários de grandes rebanhos.

O gado foi, dêsse modo, ao começar o povoamento da terra seridoense, o elemento econômico fundamental, a fonte de riqueza natural de exploração comercial, o princípio de todo o processo da história do Seridó.

E a preponderancia do gado em toda a sua economia durou mais de um século, pois ainda nos albores do século XIX, em cinco produtos de exportação, quatro saíam diretamente da pecuária.

Há um documento da época que o atesta irrecusavelmente.

É o Mapa dos preços correntes na paróquia da Vila do Príncipe, no mês de janeiro do ano de 1802, organizado pelo capitão-mór de Ordenanças, Cipriano Lopes Galvão, fundador de Currais Novos, do qual se verifica que tudo quanto o Seridó exportava naquela época, salvo o algodão, cuja cultura se esboçava, derivava exclusivamente da pecuária; a sola, o couro miudo, os bois, os cavalos.

Transcrevo a seguir êsse documento por me parecer do maior interesse:

Mapa dos preços correntes na Parochia da Vila do Principe no mez de janeiro e no anno de 1802

Generos de importação				Generos de exportação				Generos consumidos na Parochia						
	Máximo	Médio	Minimo	Por		Máximo	Médio	Minimo	Por		Máximo	Médio	Minimo	Por
Vinho	3200	2500	2000	Canada	Algodão em lâ.	5500	4500	4000	a R.	Algodão em caroço.	5000	800	640	a R
Bert de peça	6000	5500	5000	Peça	Solla	800	720	640	I	Solla	800	720	640	I
Da. Suecia	5000	4500	4000		Couros miudos	320	240	160	I	Couros miudos	320	240	160	I
D. cambi	4000	3500	3200	"	Boiz	8000	6000	4500	I	Boiz	8000	6000	4500	I
Cambrajá	4000	3200	2500		Cavallos	16000	12000	30000	I	Poldrinhos	4000	3000	2000	I
Pano de Cha	3000	800	720	Vara						Ovelhum	400	320	200	I
D.º Ordi	800	720	640	"						Cabrum	320	240	260	I
D.º emfrior	640	600	560	"						Bizerros	120	300	800	I
Estopa	560	480	400	"										
Pano fino	6400	5000	4000	Peça										
D.º emfrior	4000	3200	2500	"										
Baetas	3000	800	720	"										
Psa. algodão d'emf.														
Xita Branca	3000	800	720	"										
Dt.º Azul	640	600	500	"										
Riscadinhos	800	720	640	"										
Caças	4200	3200	2000	"										
Amorim	1000	800	640	"										
Caratis	3000	2500	2000	"										
Gangas	3000	2500	2000	"										
Bambú	560	500	400	"										
Lenços	1280	5000	640	I										
Chapéu f.º	6000	4800	4000	I										
D.º de ga	3200	3000	2500	I										
D.º de baeta	1200	3000	800	I										
Meyas de seda ...	4800	4000	3000	O par										
Tecidos de cordas..	4000	3200	3000	Peça										
Sal	3200	3000	2500	O alqrs.										

No mesmo sentido e da mesma significação é este outro documento histórico — o dote de um fazendeiro seridoense a uma filha que em 1790 contraiu matrimônio:

“Bens com que dotamos a nossa filha Anna:

Recebeu vinte vacas, vinte novilhas e garrotes a dois mil e duzentos	132,000
Recebeu mais treze vacas, treze novilhos e quatorse garrotes, a dois mil quinhentos	100,000
Recebeu mais a metade do Sítio do Ingá demarcado e estremado, com suas benfeitorias	200,000
Recebeu mais uma escrava crioula	90,000
Recebeu mais em peças de prata	90,500
Recebeu mais em várias peças de ouro	50,300
Recebeu mais um taxa de cobre	5,000
Recebeu mais um Potro Selado e enfreado	15,000
Recebeu mais duas Potras	10,000
Soma	<u>611,350</u>

Picos de Sima 13 de agosto de 1790

Caetano Dantas Correia

D. Josefa de Ar.º Pr.ª

Recebi o dote que se contém neste papel acima e por verdade passei este de minha letra e sinal. Picos de Sima 27 de agosto de 1790.

Antonio Thomaz de Azevedo

A não ser a escrava e as peças de metal, tudo

mais quanto contém o instrumento de dote refere-se á criação de gado.

Este era assim o suporte quasi exclusivo, o alicerce de toda a vida econômica, com inevitáveis reflexos na vida coletiva, criando tipos sociais, como o vaqueiro, de significação marcante no período histórico referido.

Mas, o Seridó, afastado algumas centenas de quilômetros, quer dos brejos da Paraíba, quer de Goiana e Recife, cidades, com as quais fazia o seu comércio, não podia viver exclusivamente, embora vivesse preponderantemente, do gado.

Teve que se dedicar também á atividade agrícola, para não lhe faltarem os gêneros de alimentação indispensáveis: o feijão, o milho, a farinha etc.

E assim se fez igualmente agricultor, embora em escala menor, em confronto com os trabalhos consagrados à pecuária.

Nessa faina agrícola, os seridoenses plantaram o algodão, que as suas caseiras fiavam, e com o qual fabricavam tecidos grosseiros para a confecção das redes em que dormiam, da sacaria para colheita de cereais, etc.

Toda a produção algodoeira era consumida na própria região, tão pequena era, de começo.

O ALGODÃO NA ECONOMIA SERIDOENSE

Mas, estava escrito que o algodão seria, com o decorrer dos tempos, a dominante econômica do Seridó.

Para isso concorreu decisivamente a qualidade da fibra do algodão preferentemente ali cultivado, melhor do que a de qualquer outro tipo brasileiro, e rival das melhores do mundo, prestando-se admiravelmente à confecção dos tecidos finos.

Há uma grande disputa entre os historiadores

sôbre as origens do famoso algodão seridoense, o algodão mocó.

Querem uns que seja nativo, localizando-se mesmo a sua fonte nos serrotes pedregosos da Serra da Formiga, no município do Caicó.

Pretendem outros que veio do Egito, via Paraíba, sustentando ainda uma terceira corrente que surgiu por um processo espontâneo de hibridação com o algodoeiro selvagem existente na terra.

De qualquer maneira, há um algodão típico do Seridó, o algodão mocó, caracterizando por uma excepcional resistência, pela coloração e grande comprimento de fibra, que ultrapassa não raro 36 m/m.

Ao contrário das outras variedades, o algodão do Seridó é perene, é arbóreo e resiste às mais longas estiagens.

Condições naturais particularíssimas à zona teriam determinado a vida dessa variedade algodoeira.

O clima sêco, a semiaridez do Seridó, as suas abundantes reservas de salitre (nitrato de potassa), tôdos esses fatores teriam proporcionado à planta os minerais de que necessita para sua vida e para determinar a extraordinária produtividade qualitativa, de que é suscetível.

O algodão do Seridó conquista cotações mais altas do que qualquer outro, nos mercados de consumo, sendo que as fábricas inglesas de tecidos finos são as suas principais compradoras, já agora em concorrência com as tecelagens brasileiras que todos os dias estão aprimorando a sua produção, e, no momento, já estão produzindo tecidos de melhor qualidade.

O Seridó tem a totalidade do seu território sujeito a sêcas periódicas. Nos períodos das longas estiagens, os criadores de gado sofrem prejuízos imensos, vendo os seus rebanhos dizimados ou exterminados.

Com o algodão mocó não acontece o mesmo.

As suas raízes, por uma imposição de ordem cósmica, aprofundam-se pela terra a dentro, atingem de 7 a 9 metros, em busca da umidade, que se armazena no subsolo, embora em pequenas proporções.

O algodão mocó resiste assim, brava e impavidamente, às sêcas prolongadas e, mesmo durante elas, produz, embora menos abundantemente.

É assim uma riqueza mais estável, um produto mais forte do que o gado em zona semiárida, como é a do Seridó.

E eis por que o algodão venceu o gado, a que substituiu, como elemento de vida econômica fundamental na manutenção das populações seridoenses, que, ao seu cultivo, de certo tempo para cá, se entregaram preferentemente, pondo de lado, ou relegando para plano muito secundário, as suas atividades na pecuária, o fator decisivo que havia sido na fase do povoamento.

Pode assim ser dito com segurança: o gado levou o homem civilizado para o Seridó e o algodão quasi expulsou o gado e fixou o homem à região. Esse é todo o drama econômico do Seridó.

O algodão seridoense tem, agora, um problema sério a vencer e sua solução incumbe à ciência e à técnica. É o da manutenção e melhoria crescente da sua fibra, é o de se impedir que a hibridação com variedades outras faça degenerar a variedade nobre, em que se arrima a economia seridoense.

Para isto preciso é aparelhar a região com os elementos de defesa indispensáveis.

Foi o que fez o governo, criando em 1924 a Estação Experimental de Algodão do Seridó, hoje em pleno funcionamento e produtividade, localizada a principio às margens do rio Acauan, e agora nas imediações do açude Cruzeta, tudo no município de Acari.

Instalada a Estação, foram os seus serviços iniciais entregues a um agrônomo especializado em algodão nos Estados Unidos, que se dedicou apostolarmente à sua tarefa e realizou uma obra notável — o saudoso Otávio Lamartine.

A tarefa da Estação é das mais interessantes e úteis, e está sendo cumprida galhardamente.

Cumpre-lhe selecionar o tipo de algodão nobre, defendê-lo, impedir que degenerere e desapareça.

É uma missão de essência científica e técnica, mas de objetivos econômicos relevantes.

FUTURO DO SERIDÓ

A armadura econômica do Seridó nunca foi sólida e rija.

Repousando a princípio na criação do gado, e depois, na cultura do algodão, sujeitas uma e outra aos prejuízos e calamidades decorrentes da seca, o Seridó nunca foi uma região rica.

Agora surge uma nova fonte de vida e de fortalecimento econômico.

São os minérios, até poucos meses passados despercebidos e inexplorados, e dos quais está cheio o solo seridoense.

Já são conhecidos quatro deles de valor indiscutível e começam a ser explorados comercialmente, renunciando as melhores possibilidades.

São a tantalita, empregada na fabricação de aços especiais, minério muito raro encontrado apenas na Austrália e agora no nordeste, existente em abundantes jazidas, notadamente nos municípios de Jardim do Seridó, Parelhas, Acari e Currais Novos; o *berilo*, minério de berílio usado na liga de cobre-berilo, de grande valor na indústria moderna, pela sua resistência e elasticidade, encontrando-se especialmente em Jardim do Seridó, Parelhas, Acari e Currais Novos; *scheelita*, minério de tungstênio, tam-

bém usado na composição de aços especiais, empregado em ferramentas de precisão, instrumentos cirúrgicos e na industria bélica, localizado em Caicó, Serra-Negra, Jardim do Seridó, Parelhas e Currais Novos; e *cassiterita*, minério de estanho, ainda pouco exportado, mas de possibilidades comerciais evidentes.

Há ainda mica, cristal, enxofre, provavelmente outros muitos que pesquisas posteriores deverão comprovar.

É uma face nova da economia seridoense que somente agora começa a ser desvendada e que certamente rasgará novos horizontes à região.

A gente seridoense é sadia, forte, resistente, enérgica e operosa.

Daí o haver se construído ali uma civilização interessante, pronta a sua população a realizar todas as iniciativas do progresso que no seu seio despontam, e vivendo com o relativo conforto que as condições econômicas e sociais tornam possível.

As suas cidades são limpas, assejadas e confortáveis.

A sua gente vive relativamente feliz, com um alto nível de moralidade, e com um comércio desenvolvido e próspero, em contáto diário, através da sua excelente rede rodoviária, com as praças de Natal, Campina Grande, Paraíba e Recife.


Os seus grupos escolares, funcionando em prédios construídos de acôrdo com a higiene e pedagogia, em cidades e povoações, vivem repletos de alunos, ávidos de instrução, o mesmo acontecendo nas escolas isoladas, públicas e particulares, que pontilham arruados e fazendas.

É uma região de clima sêco e saudável, e, assim, não tem a verminose, o impaludismo e outras endemias que flagelam as zonas dos vales húmidos dos litoral nordestino.

Mas, o Seridó precisa, para ter assegurado o

seu futuro de progresso e bem estar, que todos os seus filhos se unam numa política de construção econômica e social de largo alcance, a qual deve começar pela defesa da saúde do homem e pela sua educação, passando pelo aparelhamento econômico da região para resistir sem abalos às longas estiagens periódicas e terminando pelo cuidado sistemático, científico e técnico da sua produção, notadamente o seu algodão de fibra longa, o mocó, a sua mais sólida riqueza e o seu verdadeiro suporte econômico, a respeito do qual cumpre levar a efeito uma série considerável de providências, conducentes à defesa de uma fibra que desaparecerá pela hibridação e pela degenerescência, se não pusermos ao seu serviço os cuidados técnicos que a ciência indica e aconselha.

No seguimento dessa salutaríssima política, cabe prestigiar a Estação Experimental que, por minha iniciativa parlamentar em 1924, funciona no Seridó, e cujo aparelhamento mais completo possível precisa e deve ser feito.



Árvore Genealógica da

Familia "Casa Grande"

Ramo «Soares de Araújo»

Em 1892, meu avô materno, Antônio Soares de Macêdo, "querendo conservar para si e seus vindouros a grata memória de seus ascendentes", mandou imprimir um opúsculo contendo a descrição da árvore genealógica da Família "Casa Grande". (*) Começou do seu segundo avô paterno, Antônio Soares de Macêdo, casado com Ana de Medeiros Muniz, e de seu quinto avô materno, Manoel Lopes de Macêdo, casado com Adelaide Cabral de Macêdo, naturais da Ilha de S. Miguel, arquipélago dos Açores, em Portugal.

Porque manifestasse aquele meu avô, repetidas vezes, o natural desejo de que o seu trabalho tivesse continuidade, e, não aparecendo, até agora, parente algum que se propuzesse a tomar o encargo, resolvi, em homenagem á sua memória, sempre venerada, escrever a parte que me cabe, na impossibilidade de realizar obra mais completa.

Comêço de meu avô paterno, Pedro Soares de Araújo, que, sendo irmão germano de Ana Clarinda,

(*) Transcrito no volume anterior desta Revista.

de Maria Leocádia, de Clara Maria, de João Soares, de Jesuina Maria, de Ana Quiteria, do aludido avô materno, Antônio Soares, de Luis Soares e de José Soares, todos *Soares de Macedo*, recebeu, entretanto, ao invés, do nome paterno acrescido de *Filho* ou *Junior*, o sobrenome “Araújo”, de ascendentes maternos, assinando-se, por isso, *Soares de Araújo*.

Quero, ainda, com as notas que se seguem, subsídio ao capítulo segundo de um livro que outros escreverão, oferecer aos meus parentes, vivos e vindouros, uma útil colaboração, que será, ao mesmo tempo, um testemunho do meu zelo e veneração pela memória daqueles que a morte levou

Assim, pois, aos meus irmãos, cunhadas e sobrinhos, em particular, e também aos futuros rebentos dêsse mesmo «ramo», dedico, como singela lembrança, êste pequeno trabalho, feito aos 67 anos, de idade, no goso de regular saúde, por graça de Deus.

Clara Maria Soares de Araújo

Pedro Soares de Araújo, meu avô paterno, nasceu a 8 de Maio de 1824, na então Vila Nova da Princesa, mais tarde (1845) cidade do Assú, séde da freguesia de São João Batista. Era filho legítimo de Pedro Soares de Macêdo e Ana Terêsa Soares de Macêdo; o primeiro, da freguesia de N. Senhora da Assunção da Vila de Avo, bispado de Coimbra, em Portugal; e, a segunda, daquela antiga vila riograndense, onde se receberam em matrimonio a 19 de Novembro de 1816. Pedro Soares de Macêdo nasceu a 7 de Outubro de 1794 e Ana Terêsa a 6 de Novembro de 1790. Ambos faleceram na cidade do Assú: êle, a 18 de julho de 1878; ela, a 12 de Abril de 1883.

Clara Maria Soares de Araújo, minha avó paterna, nasceu na mesma séde da freguesia de S. João Batista do Assú, a 31 de Dezembro de 1827.

Era filha legítima de José Correia de Araújo Furtado, e Maria Joaquina de Araújo Furtado, naturais da mesma freguesia de São João Batista, onde se casaram a 19 de janeiro de 1819. José Correia nasceu a 10 de Novembro de 1788 e Maria Joaquina a 11 de Maio de 1786. Faleceram, ambos, em Assú: êle, a 9 de Maio de 1870; ela, a 18 de Agosto de 1875.

Pedro Soares de Araújo casou-se, na cidade do Assú, a 29 de Junho de 1847, com sua prima Clara Maria de Araújo Furtado, depois, *Soares de Araújo*, ácima mencionada.

Dêsse casal, nasceram :

1.^o — Maria, em Assú, a 24 de Maio de 1848. Faleceu em tenra idade.

2.^o — Ana Maria, a 4 de Maio de 1849.

3.^o — Pedro, a 29 de Junho de 1850. Faleceu ainda criança.

4.^o — Maria Francisca, a 10 de Janeiro de 1853.

5.^o — José, a 19 de Fevereiro de 1854. Morreu criança.

6.^o — Pedro, a 29 de Agosto de 1855.

Pedro Soares de Araújo e Clara Maria Soares de Araújo faleceram, ambos, na cidade do Assú: o primeiro, a 7 de Novembro de 1873; a segunda, a 28 de Maio de 1878.

Ana Maria, (tia Nâna), casou-se, no Assú, a 14 de Janeiro de 1873, com o seu primo Luis Gomes de Amorim, nascido, naquela cidade, a 24 de Novembro de 1852, filho legítimo de José Gomes de Amorim e Ana Clarinda Soares de Amorim, naturais, êle, da cidade do Porto, em Portugal, e, ela, do Assú, onde se casaram a 17 de Setembro de 1839.

De Luis e Ana Maria nasceu, no Assú, Ana Angelina, a 22 de Janeiro de 1875. Esta consorciou-se, na mesma cidade, a 21 de Julho de 1896, com

o seu primo João Francisco Soares de Macêdo, ali nascido a 3 de Fevereiro de 1869, filho legítimo de Francisco Soares de Macêdo e Ana Quiteria Soares de Macêdo, naturais, êle, de Portugal e, ela, do Assú, onde contraíram casamento a 12 de Junho de 1866. Do casal João e Ana Angelina não adveio prole.

João Francisco casou-se 2.^a vêz, em Ássú, a 29 de Maio de 1909, com Terêsa Lins Caldas, filha legítima de Luis Lucas Lins Caldas e Terêsa Lins Caldas, naturais da mesma cidade do Assú.

Faleceu João Francisco, em Recife, Pernambuco, a 4 de Outubro de 1935. Das 2.^{as} núpcias, deixou uma filha.

Luiz Gomes de Amorim, (em familia, Lucas Amorim), faleceu, em Assú, a 6 de Abril de 1927; sua esposa, Ana Maria, na mesma cidade, a 21 de Junho de 1938.

Maria Francisca, (tia Sinhá), 4.^o filho do meu avô paterno, casou-se, no Assú, a 11 de Novembro de 1879, com seu primo Pedro Soares de Amorim, nascido, naquela cidade, a 2 de Dezembro de 1845, filho legítimo de José Gomes de Amorim e Ana Clara Soares de Amorim, já mencionados. Pedro Soares de Amorim formára-se em medicina e farmacia, pela Faculdade da Bahia, a 21 de Dezembro de 1878.

De Pedro e Maria Francisca, nasceram:

1.^o — Pedro, na cidade do Assú, a 28 de Setembro de 1880.

2.^o — José, a 5 de Dezembro de 1881. Faleceu na primeira idade.

3.^o — Adalberto, a 21 de Abril de 1883.

4.^o — Alberto, a 22 de Novembro de 1884.

5.^o — Maria Joaquina, a 8 de Novembro de 1885.

6.º — José Gomes, a 8 de Dezembro de 1886.

7.º — Manoel, ainda no Assú, a 10 de Dezembro de 1887. Morreu criança.

8.º — Boanerges, nascido nesta capital, em 1889, e falecido em tenra idade.

9.º — Clara Maria, em 1890, falecida aos três meses de idade.

10.º — Boanerges, 2.º do nome, nascido em 1891. Morreu criança ainda.

11.º — Um nati-morto.

12.º — Clara Natalia, nascida a 18 de Abril de 1893.

13.º — Ana Clarinda, a 19 de Junho de 1894.

14.º — Enoe, a 4 de Março de 1896. Falecida, em Natal, a 4 de Janeiro de 1903.

Dr. Pedro Soares de Amorim faleceu em Natal, a 27 de Setembro de 1915. Sua esposa, Maria Francisca (tia Sinhá), faleceu, nesta mesma cidade, a 18 de Fevereiro de 1927.

Pedro (Pedro Soares de Araújo Amorim), diplomado, como seu pai, em medicina e farmacia, pela Faculdade de Medicina da Bahia (turma de 1903), casou-se, na fazenda "Itú", municipio de Sant'Ana do Matos, a 29 de Maio de 1909, com Maria Beatriz de Melo Montenegro, nascida no sitio "Picada", daquele municipio, a 10 de Agosto de 1893, filha legítima de Ovidio de Melo Montenegro e Maria Amelia de Melo Montenegro. Não tiveram prole. Residem na cidade do Assú.

Adalberto, bacharelado em ciencias juridicas e sociais, pela Faculdade de Direito do Ceará (27 de Novembro de 1907), consorciou-se, em Natal, a 5 de Abril de 1911, com Judite Pegado de Castro Cortês, nascida, em Arêz, a 8 de Abril de 1886, filha legítima de João Pegado Cortês e Maria Paulina de Castro Cortês, naturais, êle, de Arêz e, ela, de Ce-

ará-mirim. É Juiz de Direito da 1.^a vara, nesta capital.

De Adalberto e Judite, nasceram:

1.^o — Pedro, em S. José de Mipibú, a 28 de Janeiro de 1912. Morreu criança.

2.^o — Maria na mesma cidade.

3.^o — Alberto, em Pedro Velho.

4.^o — Pedro, em Canguaretama.

5.^o — João Alfrêdo, também em Canguaretama. Falecido na primeira idade.

6.^o — Marta, em Natal.

7.^o — João Alfredo, na mesma cidade do Natal.

8.^o — Margarida também em Natal.

9.^o — José, em Páu dos Ferros. Falecido quando ainda criança.

10.^o — Judite Augusta, no Assú.

11.^o — Teresinha, na mesma cidade.

12.^o — Maria Zélia, também em Assú.

João Pegado e Maria Paulina faleceram nesta capital: êle, a 12 de Fevereiro de 1908; ela, a 17 de Setembro de 1912.

Alberto, que exercia o cargo de 4.^o escriptorio da Fazenda Estadual, faleceu, solteiro, nesta cidade, a 4 de Junho de 1913.

Maria Joaquina contraíu casamento, em Natal, a 4 de Março de 1923, com Petronilo Edson Pinheiro Joffily, viuvo de Claudina Soares Pinheiro Joffily.

De Petronilo e Maria Joaquina, nasceu Claudina Maria, natalense, a 15 de Julho de 1924. Esta, ingressou, como religiosa, na Ordem Franciscana.

Maria Joaquina faleceu, em Natal, a 26 de Maio de 1934; e Petronilo nesta mesma cidade, a 16 de Fevereiro de 1944.

José Gomes, escriptorio, aposentado, da Es-

trada de Ferro Noroeste do Brasil, reside no Rio de Janeiro.

Clara Natalia casou-se, em Natal, a 28 de Novembro de 1920, com Vital Soares Pinheiro Joffily, bancario, nascido na cidade do Assú, a 28 de Abril de 1897, filho de Petronilo Joffili e sua primeira esposa, Claudina Soares Pinheiro Joffily, naturais deste Estado e já ácima referidos.

De Vital e Clara Natalia nasceram :

1.º — Vital, em Natal, a 11 de Agosto de 1923. Faleceu aos 4 anos de idade.

2.º — Maria Pacis, a 18 de Setembro de 1924.

3.º — Lázaro, a 4 de Fevereiro de 1926.

4.º — Tarcisio, a 4 de Novembro de 1927.

5.º — Teresinha, a 22 de Dezembro de 1929.

6.º — Marta, a 8 de Agosto de 1932. Todos êses, em Natal.

7.º — Vital, em Fortaleza, Ceará, a 4 de Janeiro de 1936.

Ana Clarinda, solteira, reside na companhia do seu irmão Adalberto.

Dos filhos do casal Adalberto — Judite :

Maria casou-se, em Natal, a 30 de Junho de 1944, com Luís da Cunha Melo, nascido a 21 de Junho de 1909, filho legitimo de Gregorio Ferreira de Melo e Etelvina da Cunha Melo, naturais deste Estado.

Alberto consorciou-se, nesta capital, a 21 de Maio de 1937, com Ana Bulhões Revorêdo, natalense, filha legitima de Manoel Revorêdo e Adonias Bulhões Revorêdo.

Filhos de Alberto e Ana :

1º — Teresinha, nascida em Natal, a 6 de Julho de 1938.

- 2.º — Miriam, a 31 de Julho de 1939.
- 3.º — Carlos Alberto.
- 4.º — Edmundo. Faleceu em tenra idade.
- 5.º — Marta.
- 6.º — Alfredo.
- 7.º — Ana Maria
- 8.º — Maria Lucia. Todos, natalenses.

Pedro casou-se, em S. Miguel, a 6 de Setembro de 1940, com Maria Magalhães Peixoto, nascida em Icó, Estado do Ceará, e filha legítima de Francisco Honorio Peixoto.

De Pedro e Maria nasceram :

Estanislau Kosta, em S. Miguel, a 22 de Junho de 1941.

Rita de Cássia, a 5 de Setembro de 1942. Falecida na primeira idade.

Pedro Cléver, em Natal, a 30 de Março de 1945.

Marta é religiosa da Ordem Franciscana, com o nome de irmã Inês de Maria Imaculada, servindo, atualmente, no Colégio do Sagrado Coração de Maria, em Mossoró, dêste Estado.

João Alfrêdo, funcionario da Fazenda Estadual, em Areia Branca, casou-se, nesta capital, a 9 de Junho de 1948, com Duse Delgado Pipolo, filha legítima de Antonio Pipolo e Alcina Delgado Pipolo, naturais, êle, da Italia, e, ela, dêste Estado.

Margarida, com certificado do curso ginásial, solteira, reside no lar paterno.

Judite Augusta, diplomada no curso ginásial e em datilografia, solteira, reside em companhia dos pais.

Teresinha, solteira, reside no lar paterno.

Maria Zélia, com diploma do curso comercial,

expedido pelo Ginasio Imaculada Conceição, é solteira e residente na casa paterna.

Dos filhos de Vital e Clara Natalia, apenas está fóra do lar paterno Maria Pacis, que é religiosa missionaria, trabalhando em Recife, Estado de Pernambuco.

Agora, chegou a vêz do 6.º filho de Pedro Soares de Araújo e Clara Maria Soares de Araújo, o qual era meu pranteado pai, de igual nome. Até 1873, ano em que faleceu o meu avô, tinha êle o nome de — Pedro Soares de Araújo Filho.

Casou-se, Pedro, no Assú, a 26 de Fevereiro de 1876, com sua prima Ana Senhorinha Soares de Macêdo (pelo casamento, *Soares de Araújo*), nascida na fazenda “Dinamarca”, do atual municipio de Serra Negra do Norte, a 11 de Abril de 1855, filha legítima de Antônio Soares de Macêdo e Ana Senhorinha de Macêdo, naturais, êle, do Assú e, ela, daquela antiga vila seridóense (hoje, cidade), onde se consorciaram a 24 de Maio de 1853.

Filhos de Pedro e Ana Senhorinha :

1.º — Clara Maria, nascida em Assú, a 17 de Março de 1878. Morreu criança.

2.º — Antônio, nascido, na mesma cidade, a 21 de Julho de 1879.

3.º — Clara Maria, a 5 de Abril de 1881.

4.º — Pedro, a 26 de Junho 1882.

5.º — João, a 25 de Julho de 1883.

6.º — Moisés, a 2 de Maio de 1885.

7.º — Ana Santana, a 12 de Julho de 1886,

8.º — Luis Correia, a 18 de Janeiro de 1888.

9.º — Manoel, nascido em Natal, a 22 de Julho de 1889. Falecido na primeira idade.

10.º — José Augusto, também natalense, nascido a 28 de Fevereiro de 1893.

Pedro Soares e Ana Senhorinha, meus pais, de saudosissima memória, faleceram. ambos, nesta capital, respectivamente, a 11 de Abril de 1927 e 14 de Fevereiro de 1941.

Antônio Soares de Macêdo faleceu, em Natal, a 11 de Maio de 1917; e Ana Senhorinha de Macêdo, na então vila de Serra Negra, a 25 de Maio de 1862.

Antônio, formado em ciências jurídicas e sociais, a 13 de Dezembro de 1902, pela Faculdade de Direito do Recife, casou-se, em Natal, a 30 de Janeiro de 1907, com Maria Amelia de Lemos, nascida na cidade do Caicó, dêste Estado, a 8 de Dezembro de 1882, filha legítima de Vicente Simões Pereira de Lemos e Maria Olindina Bulcão de Lemos, ambos naturais da cidade do Recife, Estado de Pernambuco.

Antônio é, desde 2 de Setembro de 1926, desembargador, membro do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.

Vicente de Lemos, que era desembargador, aposentado, do Tribunal dêste Estado, faleceu, em Natal, a 3 de Dezembro de 1918. Maria Olindina, sua esposa, faleceu, também nesta capital, a 12 de Abril de 1926.

De Antônio e Maria Amelia nasceram os seguintes filhos:

- 1.º — Gil, na cidade do Martins.
- 2.º — Otto, na mesma cidade.
- 3.º — Maria do Carmo, em Natal.
- 4.º — Ivan, falecido aos 6 meses e meio.
- 5.º — Aida, falecida aos 22 dias de vida.
- 6.º — Alba.
- 7.º — Antônio.
- 8.º — Ana Olindina.

- 9.º — Zenáida.
- 10.º — Vicentina.
- 11.º — Pedro,
- 12.º — Maria Isaura.
- 13.º — Maria Olindina. Do 3.º ao 13.º, todos nasceram em Natal.

Gil formou-se em ciencias juridicas e sociais, pela Faculdade de Direito do Recife, a 24 de Fevereiro de 1934. Advogado e funcionario público. Contraiu casamento, em Martins, a 7 de Julho de 1935, com Dina Carlos de Lemos, nascida naquele municipio, filha legitima de Severino do Rêgo Lemos e Dina Carlos de Lemos, naturais, êle, do Martins e, ela, do Patú, onde se casaram.

De Gil e Dina nasceram :

- 1.º — Gildina, em Natal, a 12 de Abril de 1936.
- 2.º — Maria Amelia, na cidade do Martins, a 2 de Dezembro de 1940.
- 3.º — Gil, em Natal, a 7 de Outubro de 1944.
- 4.º e 5.º — Airton e Evandro (gêmeos), no Distrito Federal, a 19 de Maio de 1948.

Severino do Rêgo Lemos faleceu em Fortaleza, Ceará; e Dina Carlos, sua esposa, alguns anos antes, no municipio do Martins, dêste Estado.

Otto, official administrativo, da Fazenda Estadual, consorciou-se na cidade do Assú, com sua prima Maria Helena Soares de Macêdo, a 26 de Fevereiro de 1935. Helena nasceu naquela cidade, sendo seus pais Pedro Soares de Macêdo Neto e Raquel Soares de Macêdo, tambem naturais do Assú, onde se casaram a 10 de Outubro de 1908.

Filhos de Otto e Maria Helena :

- 1.º — Antônio, nascido em Assú, a 5 de Setembro de 1936.

2.º — Maria Raquel, também nascida no Assú, a 7 de Agosto de 1937.

3.º Marilene, natalense, nascida a 8 de Novembro de 1938.

4.º — Pedro, nascido em Assú, a 29 de Outubro de 1940.

5.º — Marlena, também assuense, nascida a 2 de Maio de 1943.

6.º — Otto, nascido em Currais Novos, a 8 de Junho de 1945.

7.º — Túlio, nascido, também em Currais Novos, a 28 de Janeiro de 1948.

Pedro Soares de Macedo Neto, pai de Maria Helena, faleceu, em Assú, a 13 de Julho de 1932.

Maria do Carmo. Diplomada pela Escola Feminina de Comercio, de Natal. Solteira, reside no lar paterno. É ministra da Ordem Terceira de S. Francisco, de Natal, onde tem o nome de Irmã Isabel de Portugal.

Ivan e Aida, 4.º e 5.º filhos de Antônio, faleceram, como já se disse, ambos em Natal: o primeiro, a 10 de Julho de 1911; a segunda, a 8 de Março de 1912.

Alba, diplomada pela Academia de Córte e Costura, possui, também, certificado de aprovação em datilografia. É solteira e reside com os seus pais.

Antônio, formado em Direito, pela Faculdade do Recife, a 6 de Dezembro de 1941, exerce em Natal, a profissão de advogado. Casou-se, nesta capital, a 27 de Setembro de 1942, com Maria Luisa Bezerra Cavalcanti, nascida em Recife, filha legítima de Jorge Elisio Bezerra Cavalcanti e Maria José Bezerra Cavalcanti, naturais de Pernambuco e aqui residentes. Antônio e Maria Luisa não têm filhos.

Ana Olindina, diplomada pela Escola Feminina de Comércio, de Natal. Solteira, reside no lar paterno.

Zenáida, diplomada, também, pela mesma Escola Feminina de Comércio, é escrituraria da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Norte, com exercício na Divisão de Benefícios. Solteira, reside com os seus pais.

Vicentina, professora, diplomada pela Escola Normal de Natal. Solteira, reside na casa paterna.

Pedro, funcionario público, casou-se, no Assú, com sua prima Francisca Soares de Macedo, a 13 de Janeiro de 1948. Ela, assúense, é filha legítima de João Soares de Macêdo e de sua 3.^a esposa, Ana Maria Soares de Macêdo, naturais de Serra Negra do Norte, onde se casaram.

Maria Isaura, casou-se, em Natal, a 17 de Maio de 1947, com seu primo Boanerges Januario Soares de Araújo, nascido, nesta cidade, a 1.^o de Janeiro de 1922, filho legítimo de João Soares de Araújo e Emilia Analia Soares de Araújo, naturais de Assú e casados, em Natal, a 6 de Novembro de 1915.

Maria Olindina, com certificado do curso ginasial, expedido pelo Ginásio Nossa Senhora das Neves, desta capital, reside no lar paterno, no estado de solteira.

Continuação da familia de Pedro Soares e Ana Senhorinha:

Clara Maria, solteira.

Pedro, que era escriturario da Fazenda Estadual, servindo, em comissão, o cargo de secretário do Banco de Natal, contraíu casamento, no Assú, a

14 de Janeiro de 1911, com sua prima Ana Senhorinha Soares de Macêdo, nascida, naquela cidade, a 21 de Outubro de 1885, filha legítima de Luis Soares de Macêdo e Leopoldina Maria Soares de Macêdo, naturais, êle, do Assú e, ela, de Serra Negra do Norte, tendo se casado, em Assú, a 11 de Novembro de 1879. Pedro e Ana não tiveram prole. Êle, faleceu, nesta capital, a 14 de Maio de 1918.

João, formado em Direito, pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, do Rio de Janeiro, ali colou gráu a 29 de Agosto de 1913, comemorando o 58.^o aniversario natalício do seu genitor. Dedicou-se á magistratura, aposentando-se no cargo de Juiz de Direito da comarca de S. Miguel, nêste Estado. Casado, a 6 de Novembro de 1915, nesta capital, com sua prima Emilia Analia Soares de Macêdo, nascida em Assú, a 28 de Junho de 1888, filha legítima dos já referidos Luis Soares e Leopoldina Maria.

De João e Emilia nasceram:

- 1.^o — Ana Lepoldina.
- 2.^o — João Maria, falecido com 2 horas de vida, batisado.
- 3.^o — Pedro Luis, falecido, criança, a 23 de Abril de 1921.
- 4.^o — Boanerges Januario.
- 5.^o — Moisés.
- 6.^o — Luis Lucas. Morreu criança (1928).
- 7.^o — Emilia Maria, tambem falecida.
- 8.^o — Tarcísio Quadrato, falecido, igualmente, na primeira idade.
- 9.^o — Marina Celestina.
- 10.^o — Um nati-morto.
- 11.^o — Manoel Augusto, falecido, em criança, a 17 de Agosto de 1932.

Casou-se Ana Leopoldina, nesta capital, em

Junho de 1945, com seu primo Paulo de Macedo Caldas, assuense, filho legítimo de Luis de Amorim Caldas e Claudina de Macêdo Caldas, naturais daquela cidade, onde se consorciaram.

Do casal Paulo-Ana Leopoldina nasceu Joana d'Arc, em Natal, a 27 de Agosto de 1947.

Boanerges Januario, academico de Direito e professor de humanidades, casou-se, nesta capital, a 17 de Maio de 1947, com sua prima Maria Isaura Soares de Araújo, conforme já foi referido.

Dêsse casal nasceu:

Boanerges, a 14 de Abril de 1948, na casa da avenida Floriano Peixoto, 354, desta capital.

Moisés, funcionario do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciarios, é casado com sua prima Helena Soares Wanderley, assuense, filha legítima de Américo Soares Wanderley e de sua primeira esposa, Jesuina Candida Soares Wanderley, naturais, êle, de Serra Negra do Norte e, ela, de Assú, onde se receberam em matrimonio a 31 de Maio de 1917.

Filhos de Moisés e Helena:

- 1.^o — Miriam, nascida em Natal.
- 2.^a — Franklin, tambem natalense.

Marina Celestina, solteira, reside na companhia dos seus pais.

Moisés Soares, meu irmão, bacharelou-se em ciencias juridicas e sociais, pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, a 24 de Dezembro de 1909. Era Secretário da Junta Comercial e advogado nos auditorios do Rio Grande do Norte. Faleceu, em Natal, solteiro, a 6 de Agosto de 1922.

Ana Santana, solteira, mora em minha companhia, no extinto lar paterno.

Luis Correia, professor, diplomado pela Escola Normal de Natal (1.^a turma), a 4 de Dezembro de 1910, é diretor do Grupo Escolar Frei Miguelinho e da Associação de Escoteiros do Alecrim, por êle fundada. Casou-se, na cidade do Assú, a 14 de Outubro de 1911, com sua prima Laura Amelia Soares de Macêdo, ali nascida a 5 de Fevereiro de 1894, filha legítima dos já referidos Luis Soares e Leopoldina Maria.

De Luis e Laura nasceram:

1.^o — Pedro, no Assú, a 7 de Agosto de 1912. Faleceu, em Natal, a 1.^o de Abril de 1913.

2.^o — Pedro Segundo, em Natal, a 26 de Fevereiro de 1914.

Manoel, 9.^o filho do casal Pedro Soares-Ana Senhorinha, faleceu, como já se disse, em tenra idade.

José Augusto, 10.^o e ultimo filho do casal, cursava o 1.^o ano de medicina, no Rio de Janeiro, quando ali faleceu, a 29 de Janeiro de 1922. Os seus restos mortais, decorrido o tempo para a exumação, foram transportados para Natal, em urna funerária, depositada no tumulto da familia, no cemiterio do Alecrim.

Pedro Segundo, filho do casal Luis-Laura, formou-se, pela Faculdade de Medicina do Recife, a 8 de Dezembro de 1938. É professor no Colégio Estadual, tem consultorio clinico instalado e faz parte do corpo médico especializado da Policlínica do Alecrim. Casou-se, em Currais Novos, a 21 de Setembro de 1944, com Maria Cordélia Salustino de Melo, nascida naquele municipio, filha legítima do desem-

bargador Tomaz Salustino Gomes de Melo e Terêsa Bezerra Salustino, residentes na cidade de Currais Novos.

Laura Amelia, esposa de Luis Correia e mãe de Pedro Segundo, faleceu, nesta capital, rua Apodí, 377, a 7 de Junho de 1945.

CORRIGENDA

Na transcrição *Familia Casa Grande*, feita em o volume anterior desta *Revista* (1941-1943), escaparam á revisão os seguintes erros, que agora corrigimos:

Página	Linha	Ao invés de	Leia-se
115	24	1740	1710
116	11	1740	1710
117	20	1754	1751
118	6	Joaquina Maria	Joaquina de Jesus
121	17	1789	1780
"	26	1842	1812
122	17	16 de Nov.	10 de Nov.
124	11	1939	1839
"	20	35 anos	33 anos
126	2	15 de Março	16 de Março.



O PRIMEIRO CENTENARIO

DO BARÃO DO RIO BRANCO

Em celebração da passagem, a 20 de abril de 1945, do primeiro centenario do nascimento do inolvidavel e eminentissimo brasileiro, José Maria da Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco, realizou o Instituto Historico uma sessão magna, em sua sede social, assistida por grande numero de socios e personalidades de escol, na qual, como representante oficial, o nosso consocio, dr. Nestor Lima, presidente da instituição, demonstrou, com a oração, que segue, a grande admiração e o culto que entre nós merece aquele varão nobilissimo.

“Presados confrades do Instituto, da Academia e da Sociedade de Escriitores:

Meus Senhores; Minhas Senhoras:

I — Corria-nos o indeclinavel dever de reverenciar, na data de hoje, a memoria augusta de José Maria da Silva Paranhos Junior, o imortal Barão do Rio Branco.

É que hoje se completa o primeiro centenario

do seu aparecimento na face da terra, que ele tanto amou e dignificou como nenhum outro filho das nossas plagas.

Tornava-se necessario que as instituições culturaes, entre nós, viessem conjuntamente celebrar o faustoso acontecimento, que, a estas mesmas horas, está empolgando a consciencia da nacionalidade, em homenagem as mais comoventes ao inclito “Deus Terminus das nossas Fronteiras”, no dito elegante do genial Rui Barbosa, tambem grande e inimitavel como ele foi.

Daí, a razão deste agradavel conúbio intelectual, em que o Instituto Historico, pela minha ínfima palavra, a Academia de Letras e a Sociedade dos Escriutores, recentemente fundada, celebram a data centenaria de Rio Branco, rendendo-lhe profunda homilia e imoredoira saudade.

II — A 20 de abril de 1845, nascia, na casa nº 8, hoje, 14, á travessa do Senado, na cidade do Rio de Janeiro, então séde da Côrte Imperial do Brasil, José Maria da Silva Paranhos Junior, filho primogenito do casal do dr. José Maria da Silva Paranhos, posteriormente Visconde do Rio Branco, e de D. Terêsa de Figueiredo Rodrigues de Faria, ele baiano de nascimento, e ela de origem lusitana.

São avós do jovem Paranhos, pelo lado paterno, Agostinho da Siva Paranhos, do Porto, Portugal, nascido em 1775, e D. Josefa Emerenciana de Barreiros Paranhos, baiana, de 1786, e pelo materno, Bernardo Rodrigues de Faria, nascido no Porto, em 1780, e D. Luiza de Figueiredo Faria, carioca, de 1789.

Matriculado aos dez anos no “Imperial Colegio de Pedro II”, aí fas todo o curso de humanidades, tendo como condiscipulos, Rodrigues Alves e Afonso Pena, e, bacharel em ciencias e letras aos 16 anos, ingressa na Faculdade de Direito de São Paulo, onde

curso o bacharelato até o quarto ano, de lá se transferindo para a Academia de Olinda, para concluir o curso de direito, em 1866.

Antes de iniciar a vida publica, propriamente dita, aproveita a situação de seu ilustre genitor, então politico de largo prestigio e ministro de Estado, para viajar pela Europa, demorando-se em Portugal, Hespanha, Italia, França, Inglaterra e Alemanha, e, nesses velhos centros de civilização e cultura, colher elementos e subsidios para a grande obra que teria de realizar na sua vida triunfal. Volve ao Rio, em 1868, e é nomeado professor de Historia e corografia no Colegio, onde se bacharelára em letras. A sua cultura já era assombrosa a esse tempo. Logo, em seguida, é nomeado promotor para Nova Friburgo, parece que por exigencias da saude, então abalada. Restaurou-se. Em 1869, é eleito deputado geral pela provincia de Mato Grosso, tomando assento na Camara Baixa em julho desse ano.

A sua missão parlamentar não foi assinalada, porque era filho de Presidente do Conselho de Ministros, a quem venerava e defendia a todo o transe. "O filho emudece perante o fulgor com que o genitor defende a causa santa" diz um biografo.

Mas, tendo fundado com o nosso patricio Padre João Manoel de Carvalho e o dr. Gusmão Lobo, em 1869, o jornal politico "A Nação", fêz da tribuna da imprensa o grande baluarte da defesa da politica de seu eminente genitor, sobretudo, na campanha, que se seguiu, pela redenção do ventre escravo, consubstanciada e vitoriosa na celebre "Lei do Ventre Livre", de 28 Setembro 1871.

Depois da vitoria liberal, o chefe conservador recolhe os louros e o filho, que fôra seu estrênuo colaborador na imprensa, reserva-se ao estudo do passado, de que já era arguto e esclarecido cultor.

Era o Instituto Historico Brasileiro a sua pai-

xão, o seu desvelo, a sua preocupação maior de estudioso.

De 1860 a 1873, consagra-se á Historia e, logo aos 30 anos, era-lhe conferido o galardão de SOCIO HONORARIO do Instituto Brasileiro, a 5 maio 1875.

Na quéda do gabinete Rio Branco e ascensão do Gabinete Caxias, em 1875, por influencia deste e de Cotegipe, foi Paranhos Junior nomeado Consul Brasileiro, em Liverpool, em 1876, quando foi tambem nomeado Cavaleiro da Ordem de Cristo e moço fidalgo da Casa Imperial.

Seguiu para a Europa e lá se instalou, em seu posto consular, na grande cidade ás margens do Rio Mersey, no condado de Lancaster, “um dos mais ricos da Inglaterra”, (Paranhos Antunes, “Historia do Grande Chanceler”, pag. 32).

Na sua sala de estudos, em Liverpool, vive perenemente relembrado o Brasil, pelo seu lema “Ubique Patriae Memor”, que figurou, depois, no seu braço baronal, com grandêsa, por decreto imperial de 30 maio 1888.

Dali, o Consul Paranhos Junior irradiou pela Europa, foi a São Petersburgo representar o Brasil na Exposição, ao Luxemburgo, no Congresso de Americanistas, pelo Instituto Historico, a Paris, constantemente ia em recreio, ou a serviço do Brasil. Nesse interim, morre, no Rio, o visconde do Rio Branco, a 1º novembro 1880, sem que o filho pudesse assistir-lhe os ultimos e majestosos instantes da vida.

Estudava, lia, anotava, traduzia, copiava tudo o que dizia respeito ao Brasil e que encontrava nas Bibliotecas, Arquivos, Museus, Tombos e mais fontes da Historia. Era um enciclopedico acerca da sua Patria.

Deu-se a mudança politica no Brasil. Pedro II foi destronado e exilado, morrendo a 5 dezembro 1891, no modesto “Hotel Bedford”, em Paris.

Paranhos, que já se tornára o “Barão do Rio

Branco”, depois da proclamação da Republica, se justificava:

“Rio Branco é um nome, o nome por que se tornou conhecido no estrangeiro meu Pae, e, por isso, entendi que devia adota-lo”. “E si forem abolidos os titulos, acrecentarei ao meu nome antigo o novo para não andar fazendo mudanças todos os dias”.

Mais tarde, increparam-lhe os saudosistas da Monarquia o seu devotamento á causa nacional, sob a Republica, e ele respondeu:

“Sirvo ao meu país, independentemente de rótulos governamentais”.

Designado em 1890, para superintendente do serviço de imigração em Paris, em substituição ao conselheiro Antonio Prado, seguiu-se-lhe na vida “um verdadeiro martirio”, que consistiu na assistencia desvelada á sua veneranda genitora, gravemente enferma, desde 1880, quando faleceu o Visconde.

Após o trespasse da sua Mãe, Rio Branco vae ás aguas de Royat, perto de Clermont-Ferrand, onde fica em repouso varios mēses, até que, restaurado nas suas forças, regressa a Liverpool. Em 1891, vae á Italia para resolver delicada questão entre o Brasil e o Reino Peninsular, resultante de um grave conflito ocorrido no porto de Santos, São Paulo.

Foi quando ele teve ensejo de ser chamado a altas responsabilidades, na celebre questão das Missões, com a Republica Argentina. Falecêra o Advogado brasileiro, Barão de Aguiar, e o Conselheiro Souza Dantas (Manoel Pinto) sugeriu ao marechal Floriano, em 1893, o nome de Rio Branco para substituir aquele diplomata, o que foi aceito e aprovado.

Em aquele ano, deixa o seu amado posto de Liverpool e segue para Washington, onde assume as responsabilidades do difícil encargo. Passa a trabalhar e trabalhar muito, em demasia. Desde 26 maio, quando ali chegou, saía raramente de seu aposento, á Rua 32, trabalhava desde 4 ou 5 da manhã. Em dezembro começou a redigir o seu “memorandum”.

“Toda a questão residia em torno de um rio, quase desconhecido que lança suas aguas no curso superior do Uruguai, e que seria o Rio Peperí, Peperi-Guaçú”. (Paranhos Antunes, op. cit., pag. 46).

Os argentinos insistem pelo rio *Chapecó*, que seria o Peperí, ou Peperi-guaçú. Ha uma vasta área entre os dois rios povoada por brasileiros. Rio Branco reclama o “uti-possidetis”, já reconhecido por Portugal e Hespanha, desde 1750, enquanto sustenta qual é o verdadeiro Peperi-guaçú.

O terreno em litigio media 30.622 quilometros quadrados.

Estanislau Zeballos era o seu adversario na contenda e o Presidente Grover Cleveland o Juiz árbitro. A 5 de fevereiro de 1895, Cleveland lavra a sentença final em favor do Brasil. Rio Branco triunfou, exultando de jubilo patriótico. Nabuco diz que o laudo do presidente o “havia colocado na primeira fila dos nossos homens publicos”.

Rui declarou, em Haia, que ele realizava “a continuidade nacional da nossa tradição”.

Em seguida, ajuda Nabuco na questão da Guiana Ingleza e, por ordem do Governo Brasileiro, emite parecer — “Memoria Historica e Geografica”.

Revive-se a questão do Amapá com a França. Consistia em que D. João, vindo para o Brasil, em

face das escaramuças de Junot, na Península Ibérica, reagiu ao chegar aqui mandando invadir a Guiana Francêsa.

Ela foi mandada restituir á França pelo tratado de Utrecht, de 1815. A restituição devia ser do territorio “até ás margens do Oiapoque”. A França manifestava outra linha. Descobriu-se *ouro* em Calsoene. Os aventureiros e soldados francêses de Caiena invadiram a mina. O Brasil reclamou. Deu-se a disputa. Foi aventada a arbitragem, pelo ministro do exterior Carlos Augusto de Carvalho, o autor da “Nova Consolidação das Leis Civis”.

A 22 novembro 1898, Rio Branco é enviado á Suíça, visto que o presidente da Confederação Helvética, Mr. Förrer, fôra escolhido arbitro supremo.

Discutiu-se a questão: a França sustenta que o Rio Oiapoque era o Rio Araguari. O Brasil replica que o Rio Oiapoque era “o rio universalmente conhecido com esse nome, desde 1596, rio que se lança na antiga baía de Vincent Pinzon, ou de Oiapoque, entre a Montanha de Prata e o Cabo Orange”.

A 1º de Dezembro de 1900, o Governo Suisso remete o laudo que dá ganho de causa ao Brasil, concedendo-lhe os direitos sobre 260 000 quilometros quadrados de terras, até então litigiosas.

Novas alegrias para o coração do grande patriota e advogado vitorioso!

O «Jornal do Comercio», do Rio, disse que “o filho igualou senão excedeu o pae illustre. Ele bem mereceu da Patria”.

A lei nº 754 de 31 dezembro 1900 concedeu-lhe o titulo de “Benemerito da Patria”. Em 1901 e 1902, foi Ministro em Berlim, junto ao Kaiser Guilherme II.

III — A Pátria ainda precisava do concurso das suas luzes e da sua sabedoria. O Presidente Rodrigues Alves convidou-o para Ministro do Exterior, em 1902.

Aceitou, veio para Rio, onde chegou a 1º dezembro 1902, a bordo do paquete "Atlantique", em companhia de sua filha Hortensia, sendo delirantemente aclamado pela multidão que se comprimia pelas ruas da cidade. Empossou-se no Itamarati, velho solar de onde Floriano dominára uma revolta e uma revolução, em nome dos princípios supremos da Ordem Nacional.

Ele aí é que fêz a maior porção da sua gloria de Brasileiro e de Estadista. Reformou o velho palacio. Mobilizou-o, deu-lhe conforto, transformou-o tecnicamente, abafando a influencia carunchosa de Cabo Frio, considerado sempre o "verdadeiro chanceler".

Geitosamente, Rio Branco reduziu o famoso visconde á sua posição de diretor geral da Secretaria, o que assás o desgostára. É sempre assim... Na Chancelaria, só existia um tratado de fronteiras, ele concluiu 32 com todos os visinhos.

Enfrentou as questões do Acre com a Bolivia. Readquiriu, por elevado preço, o territorio do Acre, que um tratado anterior, em 1867, havia reconhecido para a Bolivia e reincorporou um territorio com cerca de 200.000 quilometros quadrados.

Este fato é de nossos dias. O tratado de Petropolis é de 21 Novembro 1903, precedido de um "modus vivendi" concluido entre os dois paises, pelas respectivas chancelarias.

Em verdade, porém, já a luta, no proprio territorio acreano, se havia liquidado com a derrota visivel das hostes bolivianas do presidente General Pando, cujas forças de elite trazidas de La Paz estavam cercadas e dominadas pelos soldados irregulares de Placido de Castro.


Depois, veio o caso de limites com o Perú, em que o Brasil saiu tambem vitorioso, "acrescendo ao seu territorio 403.000 quilometros quadrados e 39.000 á nação peruana", no dizer de Max Fleiuss.

E afinal, no caso do condominio da Lagôa-mirim e do Rio Jaguarão, que Rio Branco, a 5 novembro 1909, resolveu expontanea e irmãmente com a Republica Oriental do Uruguai, deu-se o “coroamento de toda a sua obra de estadista”. Assim, Rio Branco nos outorgou 902.000 quilometros quadrados de territorio, maior do que varios paizes do mundo. Outros dirão de Rio Branco o literato, o historiador, o “bom vivant”, o alegre e simples comedor, o trabalhador incansavel, o ministro insubstituivel, o patriota esmerado.

IV — De Rio Branco, pae e filho, ambos gloriosos estadistas e benemeritos da Patria, ninguem dirá melhor que Lauro Müller, que substituiu o segundo no Itamarati e na Academia de Letras, quando perorou, no seu discurso de recipiendario, a 16-8-1917:

“Abençoado seja esse nome de Rio Branco, que, com o pae, aumentou o numero de cidadãos para a patria e, com o filho, dilatou o territorio para os seus concidadãos”.

Que hoje, na data do seu centenario, a efigie triunfal do Grande Chanceler, ali venerada (aponta o quadro), desde 16 de setembro de 1906, quando ele foi proclamado SOCIO HONORARIO do nosso Instituto Historico, domine e preencha os nossos corações para o exaltarem e bemdizerem, como um dos maiores filhos da Patria querida”.



O RIO GRANDE DO NORTE

J. C. DA GAMA E ABREU (X)

A entrada d'esta cidade apresenta uma vista pitoresca e agradável a quem vem do Norte; os palmares que bordam o Rio de um e outro lado offerecem um aspecto muito mais bello do que as sombrias linhas de verdura das costas do Pará, ou os interminaveis lenções de areia das costas do Ceará.

Cada palmeira parece uma coluna e é realmente gracioso o avistar por entre essa immensa columnata, uma ou outra habitação, coberta pela verdejante coma das palmeiras.

Não satisfeito com o bello quadro dos palmares que tinha á vista, commeti a loucura de pensar em comer côcos frescos.

(X) Da "Seleta Nacional", de F. Julio Caldas Aulete, ed. 1915. Lisboa, onde se lê a seguinte nota:

"J. C. da Gama e Abreu, actualmente barão de Marajó, bacharel pela Universidade de Coimbra em philosophia e mathematica. Foi presidente em diversas provincias do Brasil, no tempo do Imperio, deputado em diversas legislaturas, director de obras publicas. Nasceu na Provincia do Pará. Tem escrito muito sobre a administração publica nos jornaes do Brasil. — Publicou os seus apontamentos de viagem, sob o titulo:—"Do Amazonas ao Sena, Nilo, Bosphoro e Danubio", obra recommendavel pela singeleza e graça com que está escrita".

— Saltei alegremente para terra, acompanhado de meu filho e da creança que me fora recomendada, decidido a vir para bordo com uma cargação de côcos; mas, qual foi o meu espanto, quando supondo que, com a maior facilidade, obteria os desejados frutos, percorri numerosas casas sem os encontrar. Começava já a supor infrutíferos os coqueiros do Rio Grande do Norte, quando me indicaram a casa do sr. Gothardo, como a unica que poderia rehabilitar em meu conceito tão festiva terra: dirigi-me á habitação indicada, e, batendo á porta, que estava semi-aberta, uma voz sonora me respondeu na lingua ainda mais sonora de Virgilio: — “*Ingre dite*”.

Fiquei estatico! Encontrava no Rio Grande do Norte um homem que fallava latim, como qualquer de nós fallaria o portuguez.

Entrei, scísmando em qual seria dos cumprimentos usados naquele idioma, o que deveria applicar na presente conjuntura; apenas me ocorreu o dizer-lhe: — “*Bene valetis?*”.

E, ele, o ultimo dos romanos no Brasil, respondeu naturalmente, como responderia Cicero: — “*Váleo!*”.

Deixo ao leitor o avaliar a minha embaraçosa situação, na presença de um homem, disposto a só querer falar n’uma lingua morta. A primeira diffi- culdade para mim, que queria côcos, era saber o nome deste fruto em latim. O Linneu era quem me poderia valer com a sua nomenclatura botanico-la- tina, mas, a memoria pegava-me a peça de me abandonar naquele angustiado momento. Afinal, cedí a força das circunstancias, e resolvi fallar-lhe na ver- nacula linguagem portugueza, exprimindo-lhe a ne- cessidade que tinha de alguns côcos. Ele benevola- mente, deixando socegados os manes de Tito Livio

e Horacio, respondeu-me na lingua por mim empregada, que ia ser servido.

Ordenou em seguida que me acompanhassem ao palmar, e dissessem ao Zé Velho que apanhasse os côcos que eu precisava, recebendo em troca oitenta reis por cada um. Decididamente o homem pagava-se nos côcos da lição de latim”.



O CENTENARIO DA CIDADE DO ASSÚ

A 16 de outubro de 1945, celebrou-se na cidade do Assú, deste Estado, o primeiro centenario da lei n. 124, da mesma data, em 1845, pela qual lhe foi outorgado o predicamento de Cidade.

Às festividades, que foram assistidas por grande numero de pessoas daquele e de outros municipios, inclusive desta Capital, associou-se o Instituto Historico, especialmente convidado para rememorar o feito grandioso e dar o orador oficial da inauguração da Praça do Centenario, um dos maiores acontecimentos da celebração.

Naquele dia, ás 16 horas, falou á multidão, através do microfone local, o nosso companheiro, dr. Nestor Lima, presidente da instituição e natural daquela cidade, o qual proferiu o seguinte discurso:

“Meus presados compatrioticos:

I — Atendo, com praser e com desvanecimento, ao convite honroso que a comissão promotora do Centenario desta invita Cidade me dirigiu para falar-vos neste instante crucial da nossa existencia de povo civilizado.

Atendo e cumpro o encargo, com a mesma flâma de entusiasmo, que hoje abraza o coração de todos nós, filhos amados deste torrão benigno e inesquecível, quando comemoramos o primeiro século

da nossa maioridade civil e assim, penetrámos nos vastos humbraes da Historia da nossa terra.

Atendo, para proclamar e exaltar, com a alegria de quem vem de longe, a um chamamento carinhoso, o intenso jubilo de todos quantos homenageais, na efeméride de hoje, os grandes antepassados que nos legaram o sangue e a intrepidês, o brio e amor á terra, onde outrora pervagavam, em memoraveis correrias, os bravos indios tapuios da nação paiacussú, nunca esquecidos nos arremessos velozes do inhandú, a nossa “ema” selvatica, assim nas horas da paz, como nos momentos de guerra.

Porque? Porque?

Porque, acima de tudo, direi com o poeta insigne, a quem tanto admiramos, porque

“Esta é a ditosa patria minha amada”,

patria dos meus ancestraes, berço dos meus saudosos paes, terra dos meus irmãos, de todos aqueles que comigo usufruíam, para além de meio seculo, as auras brandas que esses carnaubáes, em leques, depuram e suavísam;

Porque tenho deante de mim as gerações novas e esperançosas, cada qual porfiando um futuro de glorias, de bem estar, de progresso para a gléba em que nascemos;

Porque perpassam, antes nossos olhos estasiados, como si fôra num imenso kaleidoscopio, todas as gerações que nos precederam, trabalharam e construíram a cidade, o municipio, a comarca e a região, de que o Assú foi cabeça, durante longos anos, como nucleo principal e mais distinguido, depois da Capital, abrangendo toda a extensa zona além do famoso rio Assú.

Permiti, pois, que, antes de mais nada, eu vos saúde e vos exalte, ó mocidade esplendorosa de minha terra; eu vos estremeça e bemdiga, ó cria-

turas, que me fostes contemporaneas e amigas, e me ensinastes, com a permutação dos melhores afeitos, a conservar, intato no imo do coração, o amor ardente do sólo nativo; e tambem vos aplauda e vos recorde comovidamente, ó venerandos ancestraes, manes inolvidaveis, que nos precederam no apêgo á terra e no trabalho fecundo em pról da sua grandêsa e de um porvir esplendido!

II — Queridos conterraneos:

Grande e impressionante é o vosso gesto magnanimo ao celebrardes, hoje, 16 de outubro de 1945, a data da lei provincial, que, ha cem anos, elevou a Vila Nova da Princesa ao predicamento de Cidade do Assú, e a que tributâmos, neste instante, as nossas sinceras homenajens.

De fato, a lei provincial nº 124 de 16 de Outubro de 1845, veio ao encontro das aspirações daqueles notaveis compatricios, que a esse tempo regiam os destinos da população e da parouquia, e que devemos relembrar, desde logo: Dr. Luiz Gonzaga de Brito Guerra, juiz municipal, depois, juiz de direito, desembargador, Ministro do Supremo Tribunal e Barão do Assú e padre Manoel Januario Bezerra Cavalcanti, aquele presidente da Camara Municipal e este vigario colado da freguezia.

Esse anseio a essa ambição civilizadora encontraram guarida no seio da Augusta Assembléia Legislativa Provincial, que votou, em turnos regulares, a proposição de iniciativa do distinguido assuense, João Carlos Wanderley, e o presidente da Provincia, Dr. Cassemiro José de Moraes Sarmiento, o 15º presidente, sancionou, na data hoje secular, em homenagem ao Senador Francisco de Brito Guerra, “natural do municipio”, no dizer da lei citada.

Vale recordar tambem que, da Assembleia Legislativa, que aprovou o projeto convertido na lei

124 de 16 de outubro de 1845, faziam parte, além daquele vibrante jornalista, tronco de grande e illustre descendencia, entre nós, outras figuras exponents, que eram Dr. Basilio Quaresma Torreão Junior, primeiro juiz de direito da comarca, criada pela lei nº 13, de 18 de março de 1835, e filho do presidente de igual nome, Dr. João Valentino Dantas Pinagé, também juiz aqui, mais tarde, Padre Luiz da Fonseca e Silva, assuense, aliás, Antonio Alvares Mariz, Bartolomeu da Rocha Fagundes, Estevam José Barbosa de Moura, Dr. Francisco de Souza Ribeiro Dantas, Antonio José de Moura, Iago Francisco Pinheiro, João Inacio de Loliola Barros, João de Oliveira Mendes, Manoel Gabriel de Carvalho e Trajano Leocadio de Medeiros Murta, e os padres João Teotônio de Souza e Silva, Manoel José Fernandes e Pedro José de Queirós e Sá, que compunham a representação provincial naquele 5º bienio de 1844 a 1845. Honra aos legisladores de então!

Gloria aos ancestraes que, nos varios rincões da estremecida Potiguarania, deixaram, na descendencia numerosa e digna, nos feitos mais nobres e na vida de trabalho e de honra, os marcos indeleveis da sua bemfazeja travessia em pról da patria e da Humanidade!

III — Meus distintos amigos:

Muito antes, porém, de ter sido uma Cidade era o Assú objeto das mais interessadas referencias da Metropole lusitana, em face do grande valor de suas terras e das rebeliões que o indigena paiacussú levantava em revide da colonização portuguesa.

Era o Assú equiparado a Natal nos planos administrativos e nas preocupações estrategicas.

Já El-Rei de Portugal, em carta regia de 11 de janeiro de 1701, a Dom Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, governador da Capitania

de Pernambuco, transferia da jurisdição da Baía, para essa capitania general, a Capitania do Rio Grande e o Assú, porque “era da sua conveniencia e para o bem dos seus vassallos”. (“Revista do Instituto Historico, vol. XI, XII e XIII, 1913-1915, pag. 137).

Depois, encarregando de missionar os sertões do Assú ao padre Miguel de Carvalho, nas éras de março de 1701, a Real Majestade queria, para “a sedução dos jandoins”, que aqui permanecesse o dito missionario, irmão, aliás, do capitão mór do Rio Grande, de novo nomeado, (ibidem, pag. 138).

Mais tarde, a freguesia é instituida e canonicamente instaurada, em 1726, com o primeiro vigario, Padre Manoel de Mesquita e Silva, de quem foram sucessores inumeros sacerdotes patricios e alienigenas de tanto lustre e muita piedade. Tinha Igreja sufficiente, embora “construida de madeira e barro”, no dizer do Bispo D. Frei Luiz de Santa Terêsa, no seu relatorio de 1746, á Santa Sé, em Roma.

O alvará regio de 3 de julho de 1783 dava-nos o predicamento de Vila Nova da Príncesa, em honra da filha de D. José I, aliás, a Rainha D. Maria I, mãe de D. João VI, avó e bisavó dos dois imperadores brasileiros.

Instalou a Vila Nova o ouvidor geral da Paraíba, Dr. Antonio Felipe de Andrade Brederodes, a qual foi confirmada pela resolução provincial de 25 de outubro de 1831, transformando o antigo Senado da Camara em Camara Municipal: era o municipio, com todas as suas prerogativas. Depois, em 1835, deu-se a criação da comarca do Assú e, afinal, a elevação á Cidade, a 16 outubro de 1845.

Encerrou-se, então o ciclo do progresso civil do antigo arraial de Santa Margarida, que o capitão de milicias Manoel de Abreu Soares, incumbido da conquista dos indios paiacussús, com seus quatro officiaes e seus 150 homens, fundára, a 20 de ju-

lho de 1687, quando de volta do Ceará, até onde fôra, de ordem do capitão-mór, em perseguição do rebelado gentio.

Ali, no velho Arraial, que ainda hoje existe, fôra localizada a primitiva TABA-ASSÚ, aldeia de indigenas, e, mais ao sul, aqui, cerca de dois kilometros rio acima, e ao pé do braço da majestosa caudal, em planice arenosa, ficou fundada a povoação recomendada « Piranhas », sob o mando do grande capitão mór Bernardo Vieira de Melo, que escolheu o dia de Nossa Senhora dos Praseres (24 abril 1696) para execução do honroso mandato que lhe conferira a ordem regia de 6 março de 1694.

E, quando o novo levante dos indios provocado pelas crueldades de Manoel Alvares de Moraes Navarro, em 1699, veio pôr em fôco os interesses da nascente povoação, já o governo recomendava a Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, que prendesse o terrivel capitão e o mandasse recolher a Natal, para ser processado e punido.

IV — Tudo, porém, passou na terra, como dizia José de Alencar, fechando a ultima pagina do seu poema de “Iracema”.

A terra pacificou-se; o jandoim imigrou para zonas remotas, premido pela perseguição do governo lusitano; o povo civilizou-se e do Assú partiram os seus filhos em busca de saber e de novos horizontes.

Foi, nesse ano de 1845, que o Assú consegue um dos seus primeiros sacerdotes, Elias Barbalho Bezerra; nasce, nesse ano, o meu inolvidavel genitor, Alferes Galdino dos Santos Lima; assume o governo municipal o coronel Manoel Lins Wanderley, que fôra o organizador e comandante do batalhão patriótico mandado contra Joaquim Pinto Madeira, quando foi da revolta, em 1832, nos sertões do Cariri, no visinho Ceará, colimando o regresso ao po-

der de D. Pedro I, que abdicara o tempo do País.

Nesse longo periodo da historia local, muitos e memoraveis acontecimentos destacam-se, para nosso gaudio e nossa ufanía: a abolição dos escravos, a Republica, a imprensa politica e literaria, os clubes recreativos, o Teatro “São João”, os melhoramentos urbanos, a Coluna do Centenario, no alto do Imperio, as novas ruas e bairros, o nivelamento dos passeios, as construções modernas de evidente gosto artistico, o Grupo Escolar, o Colegio de Nossa Senhora das Vitorias, a suntuosa Matriz de São João Batista, até o Mercado Novo, recentemente inaugurado, e demonstram que os assuenses foram sempre orientados por um nobre sentimento de amor á sua terra, ao seu progresso e embelezamento, fazendo-a atingir o aspeto de civilização, que é um justo motivo de orgulho para todos nós.

V — Caros Concidadãos:

Vou terminar, porém, desejo ainda uma vês acentuar, nesta tocante festividade, em que se inaugura a nova PRAÇA DO CENTENARIO, em memoria do alto acontecimento, que hoje celebramos, que, nesse grandioso desfile de escolares, associações e do povo em geral, tambem eu vejo desfilar todos os nossos maiores, venerandos e venerados, aqueles que fundaram e fizeram desenvolver-se o nucleo urbano, aquela longinqua TABA-ASSÚ, dos indigenas paiacussús, e que os colonizadores afeiçoaram e melhoraram em serviço de El-Rei e para “o bem dos seus vassalos”.

Hoje em dia, homens livres de uma das maiores democracias do Continente e do Mundo, quando escutamos, por todos os ângulos da patria, as vózes sequiosas de liberdade e de progresso, temos o direito e o dever de relembrar nossos ancestraes, cuja ação rediviva, perpetúa, ante os nossos olhos

e dos porvindoiros, a clarividencia dos seus designios, a profundêsa de seus conhecimentos e a sabedoria das suas decisões.

Nesta data aurifulgente, eu vos trago, com as saudações do Instituto Histórico, a sentinela indormida das nossas tradições, os aplausos e a integral solidariedade dos meus irmãos, vivos e mortos, mas, aqui, espiritualmente presentes, de todos aqueles que aqui tivemos berço e tanto nos extremâmos em dedicação á terra e á gente, a que nos honramos de pertencer, com toda a ternura dos nossos corações.

Assú, 16-outubro-1945.



CONEGO ESTEVAM JOSÉ DANTAS

Na passagem do 45º aniversário da fundação do Instituto Histórico, a 29 de março de 1947, foi prestada á memoria do Conego Estevam Dantas, saudosissimo consocio benemerito, falecido a 29 de julho de 1929, uma tocante homenagem de veneração e de respeito, com a inauguração do seu retrato a óleo, da lavra de seu talentoso sobrinho, o pintor conterraneo Hostilio Dantas, que o presenteou ao Instituto, e a proposito da solenidade, proferiu o virtuoso sacerdote, conego José Adeirino Dantas, como delegado especial da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, o belo e substancioso discurso, que vae a seguir:

"Senhores do Instituto Histórico: Meus Senhores:

Tudo na vida existe e vive para uma função. Na Literatura, a Poesia existe para a função da Beleza. O poeta é o creador ou o descobridor dessa perola preciosa, escondida na inteligencia, no talento, no coração, na Historia e na propria natureza, polindo-a com arte fina e delicada.

A Lingua Latina serviu maravilhosamente á inspiração creadora de vultos assinalados, como instrumento cantante de uma Beleza imperecivel. Ela é o bronze massiço em que as ideias avultam em caracteres salientes e se delineiam em vigorosa precisão de contornos. Não é, como alguns pensam, um mausoléu de palavras mortas. Antes, é a soma to-

tal da tradição viva e imortal de um povo que perenizou seu nome na coerencia e na força do Direito, na veracidade da Historia, na beleza da Poesia e na eloquencia da Retorica, fazendo-se assim encruzilhada obrigatoria na marcha de todas as civilizações, no espaço vital do idealismo humano.

Se Roma perdeu, ha quasi dois milenios, o dominio politico do mundo, a sua lingua continúa a abraçar os pólos do globo, eternamente fiel ao vaticinio que riscara o maior de seus poetas :

**His ego nec metas rerum nec tempora pono:
Imperium sine fine dedi. (Eneida, I, 278).**

Isso representa o patrimonio politico, social e intelectual de uma civilização milenar, fixadora da Historia e da Força. “O essencial no Latim não está propriamente na lingua como lingua, mas no fato de que nele se encontram as raizes de toda a cultura ocidental. As obras primas das Literaturas modernas indicam ao entendido que não somente Homero, mas tambem Virgilio, Horacio e outros romanos, as inspiraram, como todos os generos literarios encontram sua origem e explicação nos modelos latinos e gregos, como exprimiu belamente Schiller: “Linguas mortas, assim chamais a lingua dos gregos e dos romanos, mas delas se origina o que nas vossas vive”. (Citado pelo pe. H. Book, S. J).

O Latim tem sido, de fato, o refugio amigo dos enamorados da cultura classica e artistica. Todo bom latinista tem alma de esteta. “A obra de arte, seja escultura, pintura, musica ou poesia, é um instante por si só pouco significativo, mas intenso, valendo por um simbolo poderosamente evocativo, que muito, quasi tudo perde para aquele que não lhe conheça em toda a sua complexidade, o processo formativo. O grupo admiravel de Laoconte, para quem nunca leu Virgilio, pode causar admiração

pelo simples emotivo da estrutura, mas, a quem conhece o episodio narrado pelo poeta, quem conheça os personagens desse pungente drama, esse mesmo grupo despertará u'a emoção artistica, verdadeiramente de extase". (Ernesto Farias).

Daqui, pode inferir-se de quanta grosseria se reveste o juizo dos que dizem que Latim só serve para padre. Cultura não é prerrogativa de classes. Afirmar que Latim só interessa a padre é revelar-se desconhecedor crasso da missão historica e cultural desse idioma, velha e inesgotavel fonte das linguas occidentais. O sacerdocio desperta, não ha duvida, muitas vocações para o cultivo da bela Lingua, mas nenhum padre é obrigado a ser latinista.

"Não só o conhecimento da literatura Latina, através da leitura de seus poetas e prosadores, encerra em si uma finalidade cultural de não pequena importancia para o homem instruido, mas tambem foi sempre tão grande o seu influxo na formação de todas as literaturas modernas, que, para uma perfeita e cabal compreensão destas, se faz mister o conhecimento daquela". (Ernesto Farias).

Anatole France, defendendo a causa da lingua do Lacio, diz: "Aprendendo o Latim, os alunos aprendem qualquer coisa infinitamente mais preciosa do que o Latim: aprendem a arte de conduzir e exprimir o pensamento".

Assim pensando foi que eminentes vultos do Imperio e da Republica, no Brasil, se tornaram formosos cultores da Oratoria e da Arte de bem pensar e de bem exprimir. No latim eles foram buscar e encontrar o segredo do manejo polido e serio que só nos modelos classicos se descobre.

O Rio Grande do Norte formou sempre ao lado das Provincias que deram á Patria eruditos artistas do pensamento e da palavra. Assinalá-los um a um seria tarefa penosa, qual a de fazer ressurgir das cinzas do Passado o cortejo magnifico dos ve-

lhós mestres escolas, que abriram ás gerações estudantinas de então o mundo luminoso do Classicismo. Assú, Caicó, Natal e S. José de Mipibú ainda nos transmitem no tempo o éco harmonioso da voz do padre e do mestre enchendo as escolas e o fôro das notas cadenciadas do Latim.

A esses anciãos respeitaveis, heroicos desbravadores da intelligencia môça dos tempos recuados e de quem tantos receberam o primeiro e decisivo impulso para as glórias da tribuna e do jornalismo, o nosso mais lidimo preito de reverencia e de admiração. Saudemos os nossos velhos mestres de Latim, que, entre nós, fulgem com os nomes de Joaquim Apolinar Pereira de Brito, Manoel Pinheiro da Conceição de Maria, Manoel Augusto Bezerra, padre Francisco Teodosio de Seixas Baillon, padre Joaquim Severiano Ribeiro Dantas, este ultimo tio e professor do saudoso Côn. Estevão José Dantas, para quem se voltam as atenções e as homenagens desta Casa, neste momento. Na galeria desses abnegados preceptores, ocupa logar de singular realce o Côn. Estevão Dantas. Dar a outro o primeiro logar seria empresa difficil, senão impraticavel. Nesta Casa, que ele amou até a morte, merece ser proclamado por todos nós como o maior e o mais formoso latinista do Rio Grande do Norte. Foi mestre e formou mestres. E a sua maior gloria de mestre foi, a meu ver, a de ter estimulado e formado a vocação latina do maior de seus discipulos, cuja morte ainda choramos, o Côn. Luis Monte.

Como latinistas eles se equivalem em muitos pontos e se completam noutros. O Côn. Estevão foi um apaixonado do Latim até morrer. Morreu fazendo versos. Como Ovidio, ele poderia ter dito:

Inque suum furtim musa trahebat opus.

Jamais resistiu á atração das Musas. No Côn.

Monte essa intensidade de amor pelo Latim oscilou um pouco nos ultimos anos de sua vida. Ambos, entretanto, foram eximios latinistas, se bem que, numa visão de conjunto, tenham tomado rumos diferentes. O Côn. Monte foi um grande devassador, um grande analista da lingua Latina.

Penetrou seus segredos e tangenciou suas profundezas. Foi o mecanico diligente que se pôs em dia com o funcionamento da maquina. Nisto, o aluno ultrapassou as pegadas do mestre. Este, entretanto, por sua vez, se agigantou num processo admiravel de sintese e de assimilação poetica. O que lhe faltasse na analise, sobrava-lhe copiosamente na doçura e na pureza imensa do estilo cristalino e clasico. Reconhecia-o o proprio Côn. Monte, quando afirmava: “Os versos do Côn. Estevão podem ser enxertados em qualquer óde de Horacio, ou nos poemas de Virgilio”.

A OBRA LATINA DO CÔN. ESTEVÃO

No ponto de vista literario, seria por demais incoerente e apressado o juizo que se fizesse sobre um escritor, poeta, ou orador, sem o conhecimento e exame previo de sua obra. A obra latina do Côn. Estevão é vasta e variada. Infelizmente, parece não será jamais conhecida, por ter-se perdido quasi totalmente. A sua rica e preciosa miscelanea, de incalculavel valor, que tantos de nós conheceram, e em que ele colecionara e ordenara suas composições latinas, está desaparecida. É uma perda irreparavel para o patrimonio literario do Estado.

Antes de morrer, ele disse ao Côn. Monte que deixaria ao seu melhor aluno a sua biblioteca latina. Quanto á miscelanea, ele determinou que fosse publicada. Para isso deixou fundos. Encarregou dessa tarefa a Mons. Matha e ao illustre aluno, que tomara a si, alem do mais, o encargo de comentar e

de adotar a obra. Mas, o tesouro, que representava o labor fecundo de muitas canceiras, desapareceu misteriosamente. Não foi encontrado em suas estantes. E até hoje, ignora-se o seu paradeiro, tornando-se, assim, inexequível o grandioso plano.

Mas, nem tudo pereceu no naufragio. Inumeras composições esparsas, quais folhas desprendidas de magestosa arvore, ficaram para revelar e perpetuar o nome do sacerdote poeta. Os monumentos aí estão para aclama-lo. E quando as traças tiverem destruído seus versos espalhados e escondidos em jornais e revistas daqui e dalhures, as lapides, as pedras e os monumentos se erguerão para proclamar e eternizar o talento e a sensibilidade do harmonioso latinista, cuja figura se evoca na saudade deste momento.

O POETA E O PROSADOR

O Côn. Estevão Dantas manejava magistralmente o Latim, quer em prosa, quer em verso. A sua prosa, aliás, já trazia em si o cunho melodioso da poesia. Como o poeta dos Tristes ele poderia comentar:

“Quod tentabam dicere, versus erat”.

Do Côn. Estevão todos conhecemos documentos e inscrições vazadas em Latim purissimo. A Capital e o Estado estão cheios dessas composições, em que ele, poeta e epigrafo, deixou o rasto luminoso de seu genio.

Mas, é aqui principalmente, em Natal, que isso se verifica. No bronze do monumento da Liberdade, na Praça Sete, o Latim canta a gloria de nossos Antepassados, a ingratição e a feracidade da terra querida, o amor da Patria, na oblação total das energias fisicas, morais e espirituais de seus filhos, atra-

vés desta inscrição rematada por tres hexametros:

**Potyguarensium genus duras naturae vices
perferendo**

**Fortius factum et filorum robore fultum erit
semper**

**Tenuis sed indefessus patriae unitatis et
magnitudinis factor.**

**Curae sint quaecumque malum seu te premat
illum**

**Seu tollat te fors patriam spectare teneris
Pro patria mentem et vires et tradere vitam.**

É notavel tambem e bela inscrição gravada no obelisco da Praça André de Albuquerque, em que o mestre saudoso fixa a primeira pagina de nossa historia provinciana. Ei-la:

**Expugnatorum huc duce E. Mascarenhas
Homem appulit**

Classis qui hanc primi regionem occuparunt

Magnifico pela singeleza é o titulo que ele escreveu para a herma do padre João Maria, no qual condensou a bondade do heroico vigario natalense:

**Pauper et infirmus Patris te nomine dicunt
Natorum semper te meminisse decet.**

Ao Côn. Estevão recorriam os Bispos da Parahiba e do Rio Grande do Norte, quando tinham que se dirigir á Curia Romana. Na secretaria do Bispado de Natal, encontram-se livros em que ele deixou formulas de petições e de despachos curiais, vazadas em latim elegante e seguro. Mas, o nosso saudoso mestre foi sobretudo o poeta latino. É sob este aspecto que ele merece uma corôa olimpica.

A poesia Latina é a soma total da riqueza, da harmonia, da beleza, da agilidade, do dinamismo e da versatilidade do pensamento, do ritmo, da cadencia e da sonoridade. É através de tudo isso que o genio se há de revelar. Jamais, será possível alguém fazer-se latinista sem o conhecimento e a assimilação das propriedades metricas. Não é bastante tornar-se senhor dos segredos da linguagem latina. A ausencia de tonalidade poetica há de se manifestar na aspereza de um estilo intoleravel e duro. A frase latina é, além de tudo, uma obra d'arte, onde o artista terá de imprimir seus dotes.

Pois bem. O Cón. Estevão revelou em seus versos todos esses ricos caracteres, proprios dos grandes cultores do immortal idioma. Seus poemas são de uma pureza cristalina e diáfana. Não é possível deixar de amar o Latim aquele que penetrou na alma de sua poesia. O Cón. Estevão foi um desses apaixonados. Amou-a até a morte com carinho e dedicação rara. Ele foi o poeta latino e o poeta cristão. Afastou-se da escola pagã, não se limitando tão somente á estetica da forma. Dentro da vocação cristã, ele elevou a arte poetica á terna expressão do Amor, enquadrando na forma classica a ideia suprema da doçura evangelica.

O hexametro e o pentametro foram as suas modalidades metricas preferidas e familiares. Assimilou com rara facilidade e elegancia o estilo sereno de Virgilio e o estilo vivo e dinamico de Ovidio, rastreando, assim, a estrada luminosa da Epopeia e do Lirismo.

A Poesia Latina é de estrutura bastante complicada, assentando na quantidade silabar, no ritmo, na unidade do som, na prolação e na harmonia, no contraste e na repercussão eufonica. Silabas longas e breves, espondeus, datilos e coreus, cesuras, arsis e teses, pés e elisão, tudo isso constitui apenas uma parte visível do material de que o poeta latino há

de dispor para a composição de um unico verso. Daqui se infere a que ginastica mental não ha de se amoldar!

Ignoro se o Côn. Estevão cultivou o estilo horaciano, tão variado e tão retumbante nas creações do asclepiadeu, do safico e do adonico. Foi no verso heroico e elegiaco que ele revelou a verve delicada de poeta latino. No cemiterio do Alecrim, ao longo da avenida principal, ergue-se o tumulo de uma jovem, de nome Hilda, que o nosso latinista ornou de uma bellissima inscrição. Rematando-a, gravou este distico que, por si só, seria capaz de ensombrar muitos illustres liricos do seculo de Augusto. Ei-lo:

**Excipiat coelo qui agnum comitatur amantem
Virgineus gremio te chorus Hilda suo.**

É preciso correr terras para se encontrar versos tão doces e tão profundos como estes, tão cristãos e tão perfeitos. A eles se poderiam aplicar aquellas palavras de La Harpe que dizia a respeito dos versos de Tibulo: “Possuem particular encanto, que nenhuma tradução pode exprimir, e só pelo coração podem ser sentidos”.

Na Poesia, como em qualquer obra literaria, dois elementos substanciais se conjugam num mesmo plano: a materia e a forma. Uma delimita o campo das ideias e a outra anima o estilo. Há grandes ideias, como ha grandes estilos, perfeitos á proporção que se revestirem da tonalidade cantante da Poesia. Muitos preferem a riqueza das ideias, sem atender á penuria do estilo e vice-versa. Seja como fôr, o certo é que a pureza e a naturalidade do estilo podem tornar encantadora a ideia mais candida. Ao Côn. Estevão faltava, ás vezes, a profundidade da ideia. Mas, a formosura da frase vinha logo compensar essa deficiencia. Nos proprios poetas latinos

encontram-se exemplos. Virgilio é um profundo interprete do coração humano. Movimentou vivos dramas humanos. Revelou-se o psicologo fino e penetrante. Ovidio, porém, ficou na superficie. Contudo, quem os lê, percebe que a espontaneidade brinca nos versos do autor das Ponticas com muito maior presteza e agilidade do que na epopeia do immortal cantor da Eneida, se bem que, num certo sentido, seja impraticavel um cotejo entre os temas apresentados. Virgilio guindou-se ao sublime, enquanto Ovidio desceu á mediocridade, pondo seu talento á disposição e exploração de causas menos nobres.

O nosso Côn. Estevão foi dotado do dom parnasiano de revestir os assuntos mais simples de uma forma altamente classica. Encontrei na capa de uma velha gramatica latina que lhe pertenceu, estes versos escritos numa fotografia sua, que ele, de certo, oferecera a um amigo:

**Ista quam charta depictam cernis imago
Ante oculos memet ponit ubique tuos
Quo te cumque volet sub coelo ducere numen
Haud absentem me cernere amice potes.**

Que sonoridade, que perfeição, ele imprimiu neste distico que decora o tumulo de seu irmão na necropole do Alecrim:

**Corde manet nostro dilecti fratris imago
Hic maneat semper sic faciem ante Dei.**

É na composição desses disticos que o saudoso homenageado se revela um grande mestre. São joias de fino quilate literario que não só honram os monumentos de nossa capital, como as letras nacionais. Ele bem merece o conceito justo do illustre Presidente deste Instituto Historico e Geografico, quando escreveu há alguns anos: "Todo o seu lazer dedi-

cava-o á bela lingua de Virgilio e Horacio, em que se aprofundou e especializou até tornar-se nela a nossa mais querida e respeitosa autoridade, quiçá, das dioceses do Nordeste”.

O seu tumulo, na ensolarada necrópole do Alecrim, não recebeu tão somente a finalidade especifica de guardar seus restos. Algo houve que suas trevas não cobriam. Lá se lêem algumas palavras latinas, que, como refolhos de acanto, ornaram seus lados. Sobressaem, entre estas, as que ele mesmo dedicou a seu irmão. Os dizeres de sua lapide mortuaria são da autoria do seu querido aluno, o Côn. Luis Monte. Esses dizeres encontram, porém, o seu sentido integral num comovente distico que ele proprio riscou, tão classico e tão cristão, um dos ultimos, talvez, que saíram de sua pena de mestre. Ei-lo:

**Qui nos fraterno in vita conjunxit amore
In somno tumuli nos dedit esse simul.**

Evocando emocionado o dom feliz de uma longa vida, ao pressentir que a morte lhe batia a porta e lhe cortava inexoravelmente o fio da vida, escreveu, então no proprio leito, o seu canto de cisne nestes versinhos nobres e enternecedores, que valem por um precioso testamento literario:

**Annis jam multis vivo qui ducere vitam
Longius opto nam vivere dulce mihi
Sed Deus humanas prudens qui temperat horas
Nunc vitae cursum vult retinere meum.**

Não quis, entretanto, morrer cantando seus poemas, como o fizera o celebrado autor de Pharsalia. Nele, como há de ser em todos nós, a natureza humana criada para a immortalidade, estremeceu ante o horror da morte. Ao clarão da Fé, porém, que

lhe iluminara vida, o velho latinista reanimou-se, e a Deus, Supremo Senhor da vida e da morte, fez a oblação total de suas derradeiras horas, tangendo na lira despedaçada o ultimo jambo:

O Domine id fiat quod fieri jubeas.

Os monumentos da cidade, as inscrições e as epigrafias hão de guardar para sempre o testemunho eloquente do labor fecundo desse illustre sacerdote que, com tanto carinho e competencia, amou e cultivou a lingua mãe.

O granito e o bronze aí estão para vivo estimulo das gerações moças de todos os tempos, estu- pendas de vida e de idealismo, ávidas por encontrar no Latim a fonte eterna de Beleza, de gosto artistico, de harmonia. Para elas, como para as velhas gerações do Lacio, o imortal idioma há de lançar espadanas de luz e, mais uma vez, na historia do mundo, o hexametro famoso do vate venusino se realizará integralmente:


...Latiumque beabit divite lingua.

Eis a gloria de uma civilização que nunca morre. Foi isto o que compreendeu o Côn. Estevão Dantas.

Seguindo seu exemplo, queira a mocidade de nossas escolas alimentar as energias virgens de seu espirito na pujança onipresente de uma Lingua perene”.

Côn. JOSÉ ADELINO DANTAS

29-3-1947.



RUAS DE NATAL

NESTOR LIMA

(Socio benemerito)

Continuação do vol. XXXII a XXXIV, de 1935-1937,
pags. 251 a 276.

A nomenclatura urbana da nossa Capital tem sofrido algumas alterações, desde agosto de 1930, na administração municipal do engenheiro Omar Grant O'Grady, quando foi decretado o plano Giacomo Palumbo, até os dias correntes.

Não só na aplicação do decreto estadual nº 310 de 26 de julho de 1932, da Interventoria do comandante Bertino Dutra da Silva e a pedido do Instituto Historico e Geografico, como ainda para atender a constantes solicitações dos prefeitos Drs. José Augusto Varela (1943-1945). Silvio Pisa Pedrosa (1946-1947) e nas interinidades do sr. Mario Lira, tem sido propostos e informados inumeros topónimos para os logradouros publicos da capital, muitos ou a totalidade dos quaes foram adotados em decretos municipaes, de que, entretanto, não possuímos a coleção para a devida confrontação.

O que não tem admitido duvidas é que a nossa instituição vae prestando ao poder municipal, não só na capital, como nas cmunas do interior, a sua ajuda e a sua colaboração para o fim de que sejam homenajeados e apontados á admiração do povo os nomes daqueles patricios illustres, ou servidores con-dignos da terra potiguar, já desaparecidos.

Para que fiquem formalmente provados esses intuitos e essas praticas salutaes, passamos a indicar as propostas, em diferentes épocas, ao poder municipal, dos novos nomes e as justificativas para a toponimia local.

Em officio de 18 dezembro 1943 e em resposta ao pedido contido no officio nº 896 de 14 do mesmo mês, foram indicados os seguintes:

1 — Ministro Tomaz Xavier Garcia de Almeida, 1º norte-rio-grandense, que fêz parte do Supremo Tribunal de Justiça, na Monarquia;

2 — Ministro Luiz José de Sampaio Junior, provavel Visconde de Natal, o ultimo da Monarquia, no Supremo Tribunal;

3 — Desembargador Luiz Fernandes, notavel historiografo e magistrado contemporaneo;

4 — Desembargador Manoel André da Rocha, grande jurista, magistrado e professor, que honrou o nome do Rio Grande do Norte no Estado homonimo do extremo-sul;

5 — Dr. João Chaves, consagrado publicista e professor de direito penitenciario;

6 — Dr. Marcos Bezerra Cavalcanti, ilustrado professor de Medicina, no Rio;

7 — Coronel Alipio Bandeira, renomado soldado da Republica;

8 — Dr. Luiz Antonio Ferreira Souto, saudoso magistrado e beletrista;

9 — Dr. Jeronimo Cabral Raposo da Camara (Loló), conhecido advogado e politico de renome;

10 — Monsenhor Alfredo Pegado de Castro Cortês, inolvidavel sacerdote, que tantos serviços prestou ao nosso Estado. Noutro officio de 24 fevereiro 1944, havia as seguintes propostas:

11 — Desembargador Elviro Carrilho, ilustre filho do Estado, membro da magistratura do Distrito Federal, onde atuou sempre aureolado de justo renome e honorabilidade;

12 — Padre Dr. Amorim, que era o padre Dr. Manoel Gonçalves Soares de Amorim, notavel orador sacro e defensor da causa de Felipe Camarão, como natural do Rio Grande do Norte;

13 — 17 de Novembro, data em que foi proclamada a Republica, nesta capital e instituido o primeiro governo republicano, em 1889;

14 — 29 de março, data da instalação do governo revolucionario de André de Albuquerque, em 1817;

15 — 21 de julho — data da primeira constituição republicana de 1891;

16 — 12 de junho, data do fusilamento do padre Miguel Joaquim de Almeida Castro, o heróe norte-rio-grandense, que tanto fês pela vitoria da causa republicana, em 1817;

17 — 25 de dezembro, data da fundação da Cidade de Natal, em 1599;

18 — Dr. Calistrato Carrilho, humanitario clinico e beletриста conterraneo, que tantos beneficios fês á sua terra, falecido a 22 outubro 1930;

19 — Dr. Aurelio Pinheiro, consagrado romanista patricio, falecido no Rio, a 17 novembro 1938;

20 — Desembargador Zacarias Monteiro, notavel juiz no Distrito Federal e natural desta Capital.

A 27 de maio de 1944, eram indicados mais nomes, a seguir:

21 — Dr. Alberto Maranhão, um dos maiores filhos do Estado, Governador duas veses, representante á Camara dos Deputados, beletриста, fundador de inumeras instituições culturaes, realizador dos mais importantes melhoramentos nesta cidade, inclusive a Cidade Nova, onde deverá ficar localizada a nova arteria, para que bem demonstre o grande apreço dos natalenses a um dos seus maiores bemfeitores;

22 — Dom Vital, Bispo de Olinda, veneranda

figura do episcopado brasileiro, cujo centenário se comemora a 27 de novembro deste ano;

23 — Coronel Felinto Elisio, falecido recentemente em Jardim do Seridó, um dos mais completos tipos do Cidadão laborioso e expoente da gente sertaneja do nosso Estado;

24 — Dr. Manoel Dantas, notável polígrafo, nascido no Seridó, ex-Prefeito da Capital e grande amigo da Cidade, onde faleceu a 15 junho 1924;

25 — Cabugí — interessante acidente geográfico, outrora, aplicado á rua João da Mata, no bairro da Cidade Alta;

26 — Coronel Pedro Soares, retirado da atual Rua João Pessoa, no bairro da Cidade alta;

27 — Sachet, retirado da atual avenida Duque de Caxias;

28 — Dr. Teotônio Freire, notável juiz falecido a 11 de maio 1944, deixando uma honrosa tradição de austeridade e retidão.

Em ofício de 10 novembro 1944, eram propostos os que seguem:

29 — Dr. Augusto Monteiro, que era o dr. Augusto Carlos de Vasconcelos Monteiro, magistrado, político e administrador, já falecido, como Prefeito do Acre, a 9 de março de 1919;

30 — Conselheiro Tarquino Braulio de Souza Amaranto, professor de direito e deputado geral na Monarquia;

31 — Professor Lourival, que era conhecido por “Panqueca” e se tornou celebre como memorialista do nosso passado histórico, faleceu a 10 setembro de 1926, nesta cidade;

32 — Herculano Ramos, arquiteto que planejou várias obras de relevo nesta capital, de 1902 a 1913, destacando-se o Teatro « Carlos Gomes », o Palacete da Assembleia Legislativa, onde está o Tribunal

de Apelação, etc., falecido a 17 de janeiro de 1928, em Minas Geraes, de onde era filho;

33 — Monsenhor Vicente Lustosa, ilustre sacerdote catolico, que muito se distinguiu na Capital Federal, por seus dotes e trabalhos;

34 — Desembargador Silverio Soares, ilustrado jurista e magistrado, que faleceu como membro do Tribunal de Apelação, deixando uma nobre tradição de competencia e integridade, em 1934;

35 — Dr. João Lindolfo, que faleceu no Rio, em 1943 e foi notavel funcionario da Fazenda Federal, deputado por este Estado, em 1908, inspetor da Alfandega do Rio, chefe do gabinete do Ministro Davi Campista, 1906-1908.

36 — Dr. Afonso Barata, humanitario clinico norte-rio-grandense, politico e criador no Estado, falecido a 20 novembro 1934;

37 — Dr. Epaminondas Jacome, distinto varão sertanejo, que prestou grandes serviços ao Acre e ao seu Estado;

38 — Major Hortensio de Brito, heróe e martir da aviação, ha pouco falecido no Rio”.

Mais tarde, em officio de 9 abril 1945, as indicações foram estas:

39 — Uruassú, celebre povoado á margem do Rio Jundiá, onde ocorreu a terrivel matança de cristãos, a 3 outubro 1645 e cujo centenario passará neste ano (1945);

40 — Comendador Angelo Roseli, de origem, italiano, que residiu, longos anos, nesta cidade, considerado o maior proprietario urbano, com 107 casas de sua propriedade e que muitos serviços prestou ao Estado, faleceu a 9 dezembro de 1924;

41 — Nicolau Bigois, cidadão austriaco, que residiu longos anos nesta Capital e foi, com Felipe Leinhardt, o construtor da primeira rêde de abastecimento dagua da cidade. Faleceu a 28 junho 1907.

42 — Padre Constancio, que era o padre Fran-

cisco Constancio da Costa, natural do Estado, capelão militar, que seguiu com as forças voluntarias norte-rio-grandenses para a guerra com o Paraguai. Capelão da Igreja do Bom Jesus das Dores, da Ribeira, durante longos anos.

43 — Monsenhor Severiano, (Francisco Severiano de Figueiredo) natural do Acari, Vigario de Natal em substituição ao Padre João Maria, lente do Liceu Paraibano, autor do Livro “Diocese da Paraíba”, vigario de Esperança, na Paraíba, faleceu na Baía, a 23 março 1936.

44 — Francisco Teofilo, que era o capitão Francisco Teofilo Bezerra da Trindade, um dos mais nobres varões que a sociedade natalense possuía, falecido a 3 outubro 1938.

45 — Coronel Luiz Emidio, que era o coronel Luiz Emidio Pinheiro da Camara, alto funcionario da fazenda federal, pertencente á antiga e tradicional familia natalense, deputado estadual, com grande descendencia dentro e fóra do Estado, faleceu a 22 janeiro 1916.

46 — Dr. João das Estivas. ou dr. João de Albuquerque Maranhão, descendente da ilustre familia dos Cunhaús, presidente do Centro Republicano, fundado nesta capital, antes da proclamação da Republica, em 1889”.

Noutro officio de 21 julho 1945, nada foi oposto á designação para mudanças e novas arterias, a saber:

47 — Presidente Roosevelt,

48 — Conego Monte;

49 — Almirante Parseiras;

50 — Almirante Tamandaré;

51 — Candido Medeiros;

52 — Joaquim Fonseca e

53 — N. S. de Nazaré”.

Assim tambem, em officio de 28 de fevereiro de 1946, foi aceito o nome de:

- 54 — Assis Brasil, e propostos mais os seguintes:
55 a 58 — Wenceslau Bras, Epitacio Pessoa, Artur Bernardes e Washington Luis, para completar a relação dos Presidentes da Republica, no bairro da Cidade Nova, e para outras ruas,
59 — Antonio Carlos,
60 — Pedro Lessa,
61 — Oswaldo Cruz,
62 — Sampaio Correia, nomes nacionais que dispensam justificação, e mais
63 — Luiz Lobo, coronel do Exercicio,
64 — Abdenago Alves, alto funcionario da Fazenda Nacional,
65 — Monsenhor Assis, (Francisco de Assis Albuquerque),
66 — Desembargador Lupicino (Lupicino Amintas da Costa Barros) e
67 — Dr. Augusto Bezerra, emeritos conterraneos, que em outros Estados brasileiros, tão alto souberam levantar o nome da sua patria norte-riograndense”.

Com relação a novo pedido da Prefeitura em officio de 31 julho 1946, foram indicados em officio de 6 agosto do mesmo ano, os que se seguem:

- 68 — Aristides Lôbo, nobre vulto da Republica;
69 — Dr. Antonio China, humanitario clinico patricio, falecido em 1944;
70 — Clovis Bevilaqua, inesquecivel jurista nacional, de renome mundial, falecido em 1944;
71 — Ursula Garcia, notavel poetisa nordestina, já falecida”.

Em officio de 5 março 1947, outros nomes foram propostos;

- 72 — Afranio Peixoto, grande poligrafo de nome nacional;
73 — Alonso de Almeida, isto é, Joaquim Alonso Moreira de Almeida, alto funcionario da Fazenda Nacional e filho do Estado;

74 — Alvaro Carrilho, ou seja dr. Alvaro Dantas Carrilho, alto funcionario da Fazenda Nacional, recentemente falecido em São Paulo;

75 — Professor Manoel Garcia, saudoso lente de matematicas no Ateneu e na Escola Normal desta cidade;

76 — Ritinha Coelho, notavel conterranea que mandou proteger o cadaver de André de Albuquerque, vitima da revolução republicana de 1817, nesta então Capitania;

77 — 6 março 1817, data da revolução republicana de Pernambuco e que se alastrou ao Rio Grande do Norte;

78 — Henry Koster, viajante inglês e exato narrador dos aspetos da terra potiguar, nos começos do seculo 19º;

79 — Luiz Coelho, ou seja Luiz de França Coelho, conhecido professor de musica em Natal, por muitas gerações:

80 — Padre Francisco Pinto, jesuita, o inimitavel mestre do valoroso indio potiguar Antonio Felipe Camarão”.

Com data de 7 de abril de 1947, novos topónimos foram iniciados:

81 — D. Joaquim de Almeida, primeiro bispo de Natal e titular de Lari, recentemente falecido em Macaiba, figura de real destaque no episcopado brasileiro, natural de Goianinha;

82 Desembargador José Lucas da Camara, illustre conterraneo, que viveu e honrou sua terra natal, na grande metropole amazonense, onde exerceu os mais altos cargos na magistratura e na administração;

83 — Dr. Galdino Lima, emerito orador e jurista compatricio, que dignificou altos cargos da administração e da magistratura neste Estado, falecido a 25 junho 1922;

84 — Dr. Moisés Soares, talentoso jornalista e

tribuno politico, muito cêdo roubado á terra e á gente potiguar, falecido a 6 agosto 1922;

85 — 7 abril 1892, data da segunda constituição politica do Estado e da abdicação do 1º Imperador do Brasil, em 1832;

86 — 28 Novembro (1891) restauração de antigo topónimo que, em uma praça do bairro da Ribeira, recordava a deposição do 1º presidente republicano, dr. Miguel Joaquim de Almeida Castro e aclamação da Junta Governativa com o general Lima e Silva e os drs. Joaquim Ferreira Chaves e Manoel do Nascimento Castro e Silva;

87 — 13 de maio, restauração do topónimo que existiu na rua, que tem hoje o nome de Princesa Isabel;

88 — Coronel Baltasar da Rocha Bezerra, grande sertanista, fundador da familia “Pedra Branca”, de numerosa e ilustre descendencia e ramificação no Estado;

89 — Coronel Jeronimo Cabral de Macedo, fundador da “Casa Grande”, tradicional familia assuense, que se irradiou por varios municipios do Rio G. do Norte;

90 — Coronel Antonio de Azevêdo Maia, fundador do sitio “Conceição”, hoje cidade, municipio e comarca de Jardim do Seridó, tronco de tradicional e numerosa familia norte-rio-grandense”.

Finalmente, em officios-respostas á Prefeitura natalense, o Instituto nada opôs ás suas indicações dos nomes de Segundo Wanderley, Cel. Cascudo, José Farache e Ferreira Pinto, para designarem novos logradouros, ou substituirem nomes mudados.

Ai, fica, mais uma achêga aos toponimos municipaes, afim de que os porvindoiros possam saber e avaliar as razões que os justificam.



O NOSSO ÚLTIMO SENADOR DO IMPÉRIO

Adauto Miranda Raposo da Camara
(Sócio do Instituto)

O Visconde de Inhomirim faleceu em Paris, aos 3 de Junho de 1876. Em Novembro do mesmo ano, foram realizadas no Rio Grande do Norte as eleições para seu sucessor no Senado. A curul única da Província foi uma das que mais vagaram: em 63 anos, teve seis ocupantes. Era presidente do Rio Grande do Norte o dr. Antonio dos Passos Miranda, a quem caberia eleger o 6º e último Senador no regime monárquico, — Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, membro de uma familia que deu dez senadores do Império. No que toca ao Rio Grande do Norte, êste foi o mais inútil de todos, para me valer da expressão de Luis da Camara Cascudo a seu respeito. (*Governo do Rio Grande do Norte*, pg. 65).

Em 4 de Janeiro de 1877, estava nomeado pela Regente. Da lista tríplice faziam parte ainda o dr. Tarquinio Braulio de Souza Amaranto e o dr. Francisco Gomes da Silva, todos conservadores. Êste, em 1867, juntamente com o padre João Manoel, teve a iniciativa da candidatura de outro adventício à vaga d. Manoel de Assis Mascarenhas. Agora, preterido na escolha, havia de sentir a humilhação de ver a sua terra sistematicamente excluída da representação no Senado, em proveito dos homens de outras

Provincias. Depois do Padre Guerra, os nossos representantes vitalícios têm sido sempre *estrangeiros*, e só têm cuidado de si, exclamava José Leão, em conferência no Clube Norte-Riograndense, no Rio. (*Rev. do Inst. Hist. e Geog. do R. G. do Norte*, vol. III. nr. 1, 1905).

Quando o Senado se ocupou do reconhecimento de sua eleição, houve acalorados debates, que se estenderam de 27 de Fevereiro a 5 de Março de 1877. A opposição liberal cerrou fileiras contra a validade do pleito. Não raro, os debates tomaram aspecto personalissimo, sofrendo o favorito da Corôa ásperos ataques, por se ter mostrado um ambicioso apressado, que desprezou certos escrúpulos. Assim, Francisco Otaviano põe em contraste sua attitude, aceitando açodadamente a candidatura por uma Providencia, onde nunca pusera os pés, com o nobre proceder do deputado Paulino de Souza, sabidamente o inspirador do Partido Conservador, recusando sua indicação, deixando essa posta aos ambiciosos vulgares, que acreditavam não teriam outra oportunidade de entrar dignamente para o Senado.

O Senador Domingos Jaguaribe, futuro Visconde de Jaguaribe, foi como que o chefe da batalha contra o reconhecimento. Destacaram-se no ardor da opposição Silveira da Mota, Francisco Otaviano, Silveira Lobo e Pompeu.

A Comissão de Constituição apresentou um longo parecer, opinando pelo reconhecimento. Chegou à conclusão da regularidade do pleito, não obstante confessar que não lhe tinham chegado as atas de numerosas paróquias, cujo resultado, entretanto, não poderia alterar a colocação dos candidatos, — o que é vivamente negado pelos adversários, que sustentam que, sendo o desembargador Brito Guerra o 4º na apuração geral, poderia passar para o 3º lugar, deslocando o dr. Gomes da Silva.

Otaviano abre a discussão, requerendo o adia-

mento dos debates, até que chegassem as atas requisitadas pela Comissão. Era uma manobra obstrucionista, contra que se manifestam os conservadores.

Jaguaribe ocupa a tribuna para combater o Parecer. Diz que o faz como “quase norte-riograndense”, pois que é cearense, e tem parentes no Rio Grande do Norte, “Provincia indefesa e ausente”, visto como, dispondo apenas de uma cadeira, está vaga. Protesta contra a eleição de um Ministro, membro do Poder Executivo, “contra flagrante disposição de Lei”. (1)

Estranha que, estando ainda quente o sepulcro de Torres Homem, o seu sucessor já estivesse nomeado. Revela que o seu interesse pelo Rio Grande do Norte é antigo e legítimo. Por ocasião do pleito em virtude da morte do Senador Paulo José de Azevedo e Brito, amigos seus daquela Provincia foram ao Ceará pedir-lhe o apoio de seu jornal para a candidatura do conselheiro Tomaz Xavier Garcia de Almeida, contra a de D. Manoel de Assis Mascarenhas, bafejada pela situação. Ofereceu-se Jaguaribe para imprimir no Ceará um jornal que seria distribuido no Rio Grande do Norte, onde não havia imprensa, tomando a causa do conselheiro Tomaz, que era a da própria Provincia. Não podia êle deixar de se rebelar contra a “proscrição norte-riograndense”. Otaviano aparteia: — “E nunca mais outro

(1) Os liberais abusaram d'êste argumento, inteiramente inconsistente. Não havia qualquer disposição legal que impedisse a eleição de Diogo Velho. O Decreto nr. 2.675, de 20 de Outubro de 1875, que reformou a legislação eleitoral, adotou o *Principio* das mais amplas incompatibilidades, mas não se referia, absolutamente, à dos Ministros, para qualquer cargo eletivo. Não é verdade que a candidatura contrariasse qualquer lei expressa. Opunhasse, sim, ao seu “espírito”. A incompatibilidade era moral, “implicita”. Nem era possível admitir o contrário, uma vez que Diogo Velho era Ministro do Gabinete que apadrinhou a referida lei.

norte-riograndense teve o direito de ser senador pela sua terra”.

O único potiguar senador do Império foi o Padre Francisco de Brito Guerra, falecido em 1845. Vem a à baila a abjeção a que foi relegado o Rio Grande do Norte pelos partidos da Monarquia. Jaguaribe, ajudado por outros, em sessão posterior, passa em revista o preenchimento das vagas senatoriais daquela Província, e comete a incoerência de procurar justificar a escolha de quase todos. Assim, Afonso Maranhão, pernambucano, mas de família norte-riograndense, com interesses ali; o padre Guerra, natural da Província; Paulo José de Azevedo e Brito, nomeado pela influência de um parente poderoso. O senador Pompeu lembra que o parente era o desembargador Joaquim Marcelino de Brito, deputado, e que foi Ministro no Gabinete de 2 de Maio de 1846, quando o sobrinho, bahiano como êle, foi escolhido para o Senado em 1845... O quarto Senador, D. Manoel de Assis Mascarenhas, goiano, mas ilustre, deu brilho à curul, e governou a Província várias vezes: o quinto, Visconde de Inhommerim, fluminense, grande nome, que honraria qualquer Província: o sexto, agora nomeado, o conselheiro Diogo, se julga com direito, porque, sendo paraibano, é “quase norte-riograndense”, — razão que leva o orador a se considerar conterrâneo de Diogo, pois é também “quase norte-riograndense”.

Assegura que procedeu com a máxima lealdade para com o conselheiro Diogo, ao mesmo tempo que defendia com carinho as prerrogativas do povo potiguar. Logo que se cuidou da substituição de Torres Homem, Jaguaribe enviou a Diogo, como seu amigo, uma carta em que o concitava a desistir, porque sua candidatura seria inconvenientíssima, *contrária à lei recém-promulgada*, ou então o misivista seria obrigado a opôr-se à sua legitimidade. Diogo não respondeu, disputou a eleição, fazendo va-

ler a sua condição de “quase-filho”. Em sessão posterior, lê cópia da carta. (Anais do Senado do Imperio, 1877, Vol. I, pgs. 212 e segs).

Silveira Lobo intervém, a principio, com apertes veementes.

Teixeira Junior, signatário do Parecer, entra a defendê-lo, procurando destruir as objeções dos adversários. Em certa altura, assim se manifesta: —

— *O sr. Teixeira Junior.* — Ainda mais, um dos distintos caracteres, filho daquela Provincia, o sr. Desembargador Brito Guerra, a quem o nobre Senador pelo Ceará se referiu em seu discurso (2) foi um dos auxiliares prestimosos com que o sr. Diogo Velho contou. Filho da Provincia, estimado geralmente pelas suas qualidades e votado pelos liberais, dirigindo-se a alguns de seus amigos, a propósito da eleição, expressou-se do modo seguinte: (*lendo*)

.....

“Mas, em qualquer das hipóteses, ou tenha de aceitar a apresentação, que, porventura, da Provincia se me faça, ou, não havendo-a, fique o meu nome em completo silêncio e exclusão: desde já, assevero a V. S. que a candidatura do sr. conselheiro Diogo

(2) O senador Jaguaribe, em sessão de 27 de Fevereiro, lembra dignos norte-riograndenses, em condições de ascenderem ao Senado:—o inspetor da Alfândega da Côrte, conselheiro Rafael Arcanjo Galvão, que, aliás, competiu com Inhomirim; o desembargador Brito Guerra, a quem tece os maiores elogios, e de quem Mendes de Almeida, em aparte, diz que foi muito bom estudante; a familia Camara, que tinha membros formados.

Tais nomes eram suficientes para destruir a tese impudentemente sustentada por Souza Ramos, no Senado, por ocasião do reconhecimento de Torres Homem: as pequenas provincias, não tendo homens para a defesa de seus interesses, deveriam ser representadas por filhos eminentes de outras provincias. Os próprios potiguares é que se diminuiam a si mesmos e à sua terra, inculcando candidatos estranhos, e se excluindo da representação, abatidos por um complexo de inferioridade que os acompanhou por todo o Império.

Velho me é especialmente simpática.....”

— O sr. *Silveira Lobo*. — É um magistrado dependente do Ministro da Justiça.

— O sr. *Teixeira Junior*. — Não faça esta injustiça ao sr. desembargador Brito Guerra. V. Ex. não o conhece. É independentíssimo.

— O sr. *Silveira Lobo*. — Perdoe-me.

— O sr. *Teixeira Junior*. — E na posição em que se acha, para que precisa do sr. Ministro da Justiça? Membro de um Tribunal Superior, caráter ilibado, integérrimo, não podia avançar estas asserções senão movido por plena convicção.

Otaviano volta à carga, comentando o gesto do Presidente da Relação de Ouro Preto, e profiligando a “expansão privada de um magistrado liberal, que correspondeu aos desejos do Ministro”. Recorda o caso de José de Alencar, que não foi escolhido senador porque era Ministro, e, agora é um candidato sem brilho, sem méritos... (*contestações*).

O sr. *Silveira Lobo*. — (*dirigindo-se a um correligionário do Governo*):

— Acredita que, se êle não fosse Ministro, viria Senador?

O Presidente da Provincia é acusado de haver favorecido a eleição do Ministro, de quem dependia, e é responsabilizado pelo ambiente de terror que ali reinava, com as façanhas de Jesuino Brilhante, segundo documento lido daquela tribuna.

Jaguaribe responde a Teixeira Junior, em 3 de Março, e lamenta que êste não se ache presente. Sustenta que a candidatura Diogo Velho é ilegítima. Que não faltam homens ilustres ao Rio Grande do Norte, para os mandar ao Senado, e cita alguns deles: o conselheiro Galvão; o dr. Moreira Brandão, uma das notabilidades da Provincia; o dr. Tarquino de Souza; os membros da familia Camara, drs. Otaviano e Gabriel Soares da Camara, e todos êstes têm sido deputados gerais, o dr. Jerônimo Raposo

da Camara, candidato ao Senado; o desembargador Brito Guerra. Reafirma os elogios que lhe fez. Quando julgava que êle discordasse da candidatura de Diogo Velho, é porque o desembargador sempre pensou que sua Provincia tinha também o direito de se fazer representar pelos seus filhos. Na ocasião em que o orador apoiava, no Ceará, a eleição de Tomaz Xavier Garcia de Almeida, para successor de Paulo José de Azevedo e Brito, o dr. Brito Guerra era dos que reivindicavam os direitos do Rio Grande do Norte, opondo-se ao nome de D. Manoel de Assis Mascarenhas, que foi o eleito. Não assevera, mas supõe que, nessa época, seu jornal publicou artigos com a própria letra do desembargador, defendendo sua Provincia. Agora, com surpresa, êle pensa diferentemente, talvez porque deseje transferir-se para uma Relação mais próxima do Rio Grande do Norte.

A aprovação do Parecer perigava. Depois de uma semana de apaixonados debates, foi afinal reconhecido o novo Senador, empossado na sessão de 6 de Março de 1877. Sorteada a comissão que o deveria introduzir no recinto, dela faz parte o senador Pompeu, que quebrara lanças pela sua exclusão da Câmara Vitalicia. O Partido Conservador via claramente que a causa do seu correligionário era a do próprio Gabinete. O Duque de Caxias, seu presidente, ou o Barão de Cotegipe, que era quem manobrava o Ministério, mobilizou as forças para o prélio parlamentar. Segundo o "Jornal do Comércio" (15/6/ 1899), Diogo foi reconhecido por um voto de maioria. A votação não foi nominal. Presentes 44 senadores, ausentes 3. Fizeram declaração de voto *contra* 13 senadores, entre os quais Zacarias, Pompeu, Candido Mendes, Francisco Otaviano, Silveira da Mota, Nabuco, Saraiva, Abaeté, Sinimbú, e Silveira Lobo. O nome de Jaguaribe não consta da lista, em que figura o Duque de Caxias.

A vitória de Diogo Velho foi muito festejada no Rio Grande do Norte, cujos eleitores tanto contribuíram para fazer de sua Província um burgo podre, dócil aos manejos do Centro, submissa às imposições da Côrte. Só se lembravam dela quando havia vaga no Senado. Os felizardos que lhe arrebatavam os votos, nunca se deram ao trabalho de lhe fazer uma vista, de se certificar de sua posição geográfica, — com exceção de D. Manoel de Assis Mascarenhas. Torres Homem, que era influente no Banco do Brasil, cuja presidência deixou para tomar assento no Senado, nos prestou um serviço, muito louvado por um Presidente da Província; arranjou-nos um empréstimo a bons juros e a curto praso...

Até no Ceará se bebeu cerveja, e se queimaram girândolas pela sagração senatorial do futuro Visconde de Cavalcanti. E o barão de Ibiapaba deu bailes, com a quota de 100\$, para comemorar o acontecimento, — gastando assim, na politica, o dinheiro ganho, com ignominia, no comércio negreiro. (3)

FILHO DILETO DA FORTUNA

Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque nasceu no Pilar, Paraíba, aos 9 de Novembro de 1828.

(3) Foi a seguinte a colocação dos mais votados, segundo o mapa da apuração geral:—

Cons ^o Diogo Velho C. de Albuquerque	479	votos
Dr. Tarquino Braulio de Souza Amaranto	390	“
Dr. Francisco Gomes da Silva Junior	313	“
Desembargador Luiz G. de Brito Guerra	96	“
Dr. Miguel Joaquim de A. Castro	96	“
Dr. José Moreira Brandão	65	“
Dr. Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti	49	“
Dr. Vicente Inácio Pereira	48	“
Dr. Jerónimo Cabral Raposo da Camara	45	“

e outros menos votados, inclusivè o comendador José de Sá Bezerra, com 6 votos, e 3 em separado. A Província tinha 584 eleitores, distribuidos por 27 paróquias.

(4) Foram seus pais Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, fazendeiro e Senhor de Engenho, e Angela Sofia do Amaral. Morreu em Juiz de Fora, aos 14 de Junho de 1899. Seu pai se finou em Setembro de 1872, com 79 anos de idade, em seu engenho de Nazaré, Pernambuco.

Formou-se em Direito, em Olinda, em 1852, tendo sido colega de turma do norte-riograndense Gabriel Soares Raposo da Camara, futuro deputado, Cabral que não usava êste nome, que os irmãos fizeram famoso, na politica, na administração e no Foro. Casou com uma verdadeira beldade, Amelia Machado Coelho e Castro, sobrinha de Mariano Procopio Ferreira Lage. Seu salão, no Rio, era o prazodado da elegância mundana, na década que precedeu a República. Machado de Assis mantinha, na "Ilustração Brasileira", uma seção intitulada "História de Quinze Dias", assinada MANASSÉS. Em 15 de Agosto de 1877, alude "às brilhantes quintas-feiras do sr. Conselheiro Diogo Velho". A formosa e jovem viuva de 1899 faleceu no Rio de Janeiro, esquecida, só no mundo, em 21 de Fevereiro de 1946, aos 85 anos. Alguns raros conhecedores de seu passado lhe dedicaram palavras de respeito à memória, entre eles Afranio Peixoto, que a recordou em longo artigo no «Correio da Manhã». Metade de sua existência transcorreu, intensa e brilhante, na França, Suíça e outros centros da mais requintada civilização, onde mantinha, com a mesma pompa, o centro da elegância e distinção, desfrutando os cabedais que o marido acumulara.

(4) No vol. IX do "Anuário Genealógico Brasileiro" (S. Paulo, 1947), está publicada sua certidão de batismo, extraída do arquivo da Faculdade de Direito do Recife. Por tal documento se verifica ter sido levado à pia, em 13 de Setembro de 1829, o "párvulo Diogo", já contando 10 meses e 4 dias de idade, isto é, nasceu em 9 de Novembro de 1828 e não 1829, como era corrente até agora.

Do seu matrimônio houve Diogo dois filhos, que se extinguiram jovens e sem geração: Fernando e Estela. Esta desposou o marquês Mac-Swiney de Mashanagloss, ausentes na Europa, quando o Visconde desapareceu, e que figuram no convite para as exéquias do 30º dia. A residência no Velho Mundo, os hábitos cosmopolitas e aristocráticos, os tornaram estrangeiros em face do Brasil. A Viscondessa, idosa, vencida pela nostalgia, amargurada pela perda dos filhos, regressa à Pátria, indo viver, re-traída, esquivada, na rua Candido Mendes, na Glória. Enriqueceu sobremaneira a pinacoteca do Museu Nacional de Belas Artes, com as suas generosas doações. Concorreu com 200.000 cruzeiros para a Catedral de São Paulo. Prometeu que não esqueceria a Maternidade de Natal em seu testamento, como que para agradecer, mesmo tardiamente, a cadeira de Senador que os potiguares ofereceram ao marido, na era imperial. Mas do testamento não se teve notícia, até hoje. Em homenagem ao Visconde, que morreu cego e tuberculoso, criou, na Biblioteca Nacional, em 1926, a seção BRAILLE, com cerca de 250 obras gravadas por aquele sistema, entre elas algumas de Afranio Peixoto. Com a reforma da Biblioteca, foi a coleção incorporada ao Instituto Benjamin Constant, para meninos cegos. Ninguém, jamais, seguiu, neste País, o exemplo da velha fidalga, para ampliar os meios de cultura dos privados da visão.

VIDA PÚBLICA

Diogo Velho, como os bacharéis de seu tempo, estreou na vida pública, em uma promotoria no interior. Seus discursos bem preparados, seus libelos candentes, a paixão da Justiça, os zelos pela defesa da sociedade, despertaram a atenção para a sua franzina pessoa. O que lhe deu notoriedade foi sua enérgica atuação no juri dos assassinos do novel depu-

tado geral Trajano Alipio de Holanda Chacon. Mais de meio século depois, outro intrépido Holanda Chacon, jornalista em Recife, era eliminado a cacete na via pública, por obra de inimigos políticos. (5)

Homem feliz, antes de mais nada, conforme a observação do historiador paraibano J. Veiga Junior (*Revista do I. H. G. Paraibano*) vol. X, 1946), Diogo Velho viu abertos diante de si os caminhos para todos os triunfos: — deputado provincial, diretor da Instrução Pública, Deputado Geral em 4 Legislativas (10^{a.}, 11^{a.}, 14^{a.} e 15^{a.}); Presidente das Províncias do Piauí (1859), Ceará (1868) e Pernambuco (1870); Ministro da Agricultura, da Justiça e dos Negócios Estrangeiros; Conselheiro de Estado; Veador da Imperatriz; Senador do Império por uma Província que não suspeitava de sua existência (1877-1889); Visconde de Cavalcanti, em 30 de Maio de 1888; Comissário Geral do Brasil junto à Exposição

(5) O dr. Trajano foi assassinado em 5 de Setembro de 1849, por divergências políticas, a mando de inimigos poderosos. Os autores materiais do crime se evadiram. Um deles por alcunha "Beijú", foi preso em Goianinha, Rio Grande do Norte, de cuja cadeia conseguiu fugir. Mas tarde, disfarçados, passaram pelo Ceará, rumo ao Piauí, onde foram recapturados, em 1851. No mesmo ano, foram julgados em Areia, e receberam exemplar sentença: dois foram condenados à morte (Carlota Lucia de Brito e Antonio José das Virgens); Galdino Guedes da Silva, a galés perpétuas: e dois irmãos, um a 23, e o outro a 20 anos de galés. "Estala-se-me de dor o coração ao registrar aqui essas severas condenações", escrevia o Presidente da Província da Paraíba, dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, em seu relatório de 3 de Maio de 1852.

Autores e cúmplices foram submetidos a novo julgamento, em Areia, 1853. Aí é que se notabilizou o jovem promotor, Diogo Velho, bacharel recém-formado, nomeado em 21 de Janeiro de 1852. O Juri se manteve inflexível em relação a todos os réus, modificando apenas a sentença imposta a Carlota de Brito, que se viu condenada a galés perpétuas.

A opinião pública ficou respeitanto o promotor que foi implacável na defesa da sociedade, apesar da importância dos mandantes.

Internacional de Paris, de 1889; homem de negócios, concessionário de múltiplas estradas de ferro, — o que lhe dava o lastro financeiro indispensável para manter o lustre de uma bela posição política e social. No reinado de D. Pedro II, por mais incrível que pareça, houve muito quem realizasse ótimas transações sob a inovação do progresso do país...

Como Diretor da Instrução Pública, em 1861, apresentou ao Presidente da Paraíba um Relatório, em que demonstra o seu vivo interesse pela maior disseminação do ensino. Suas idéias não eram de todo atrasadas. Refletiam os preconceitos da época, mas, em suas palavras e sentenças campanudas, se faziam concessões às extraordinárias reformas que surgiam, nos meios mais cultos da Europa e nos Estados Unidos, neste setor da administração pública. Declara-se contra a atribuição que o Ato Adicional conferiu às Assembléias Provincias para regularem a instrução primária e secundária, — “grande mal”, em sua opinião, apesar de nunca ter sido panegirista da centralização administrativa. E acrescenta: — “A diversidade de leis traz, como consequência, a diversidade de métodos, princípios, livros, etc., isto é, a anarquia, — e a instrução, entregue à anarquia, pode ser um ativo dissolvente, ao passo que sua unidade é, sem dúvida, o meio mais eficaz para inspirar a um povo o sentimento do fim comum e da solidariedade nacional”.

.....

“A primeira necessidade é, pois, instituir a pedagogia, — criar o professorado, acêrca de que nada temos, *nem escola normal, nê classes normais*”.

Bate-se pelo ensino profissional, ou especial, mas, obediente aos erros do tempo, em um país escravocrata. A instrução devia estar em relação com

a posição social do individuo, devia prepará-lo para a sua condição. Graças a tão estúpida concepção é que, ainda hoje, o trabalho manual não tem vingado nas escolas primárias e secundárias do Brasil, sem embargo do esforço imenso despendido pelos técnicos, pelos educadores, pelos governantes, mas persiste no sub-conciente da classe média a prevenção contra a atividade muscular, contra o esforço físico, contra os calos das mão, que recordam o trabalho escravo.

Neste Relatório, de 1º de Março de 1861, Diogo Velho assinalava: “O ensino agrícola, mercantil, industrial ou artístico, nem um raio de luz pôde ainda lançar sôbre as fontes da nossa produção e riqueza”.

Notando as falhas da nossa organização pedagógica, exclama: “A nossa civilização é um edificio erguido na areia!”

O Relatório é bem feito, extenso, e contém um plano inteligente e orgânico para a reforma da instrução na Paraíba. Cada comarca seria um distrito literário. Os promotores e os párocos teriam atribuições para efeito de inspeção e orientação do ensino.

Quando Presidente do Ceará, na sua FALA de 1868, discorreu com o mesmo gongorismo em tórno do ensino popular, demonstrando grande empenho pela maior expansão da cultura da Provincia.

Nos relatórios e Falas das administrações provinciais, que jazem esquecidos pelos arquivos, se encontra muitas vezes a revelação surpreendente de idéias que medravam lentamente entre povos cultos, e já os moços que eram despachados para os governos regionais, as esposavam e apregoavam, embora, é de ver, suas palavras se perdessem sem qualquer ressonância. Em todo o caso, conforta verificar que a mentalidade dos nossos estadistas não era totalmente infensa às sugestões da experiência das na-

ções que nos podiam dar lições. O abuso do Latim, que a República conseguira coibir, voltou a congestionar os programas e a atravancar o cérebro dos nossos pobres adolescentes. Até 1920, a co-educação ainda era pecado, no Brasil. Derrubámos as muralhas que, nas escolas, separavam meninos e meninas, rapazes e moças, e os jovens patricios passaram a se tratar com respeito, estima e confiança, sem quebra de qualquer preceito moral, sem qualquer perigo para a sua formação espiritual. Esta conquista é dos últimos anos, entre nós, nos cursos secundários. Mas, por ela já se pugnava desde muito tempo, nas venerandas *Falas* Presidenciais. O sucessor de Diogo Velho, na Instrução Pública, foi Manoel Porfirio Aranha, que pregou abertamente contra o excesso de Latim e teve a coragem de propor a supressão, por inuteis, das cadeiras dessa disciplina no interior.

O Presidente da Paraíba, Justino Ferreira Carneiro, em 1881, reclamava a adoção do ensino promiscuo, como se vinha praticando nos Estados Unidos. No seu Relatório de 1880, o Diretor da Instrução, Ivo Magno Borges da Fonseca, já propunha a mesma cousa. No Rio Grande do Norte, o Presidente José Bernardo Galvão Alcoforado Júnior, na FALA de 1875, achava conveniente que, ao menos como ensaio, se admittissem alunos do sexo masculino, menores de 10 anos, nas aulas do sexo feminino.

“Como sabeis, esta idéia é hoje muito precognizada, e, segundo Hippeau, da reunião da mocidade dos dous sexos nos mesmos estabelecimentos, e sua participação em uma educação comum, considera-se hoje, geralmente, que resultam muito mais vantagens do que inconvenientes”.

NEGÓCIOS DE FERROVIAS

As concessões de privilégios para a construção

de estradas de ferro no Brasil apresentaram, durante anos, feições escandalosas. As mais inescrupulosas negociatas se consumavam a pretexto de promover a redenção econômica do País. A garantia de juros polpudos fascinava os capitalistas estrangeiros (ingleses). O golpe consistia em arranjar bons padrinhos junto aos governos locais, às Assembléias e ao Ministério. Com um simples requerimento, um individuo podia enriquecer. Obtinha a concessão, o privilégio de zona. Em seguida, a garantia de juros. Depois, vinha a autorização para passar o contrato adiante. E neste jôgo, os bem-aventurados concessionários e contratantes embolsavam centenas de contos de réis. Á sombra de tais escândalos é que surgiram ou se consolidaram avultadas fortunas, em mãos de conhecidas familias brasileiras. Não adiantava gritar contra a imoralidade destas transações. Até é de assombrar como D. Pedro II, de probidade absolutamente ilibada, nunca se tivesse impressionado com o clamor público que acompanhava a exploração dessas companhias. A coisa chegou a tal ponto que um official do Exército, engenheiro notável, pediu demissão, durante a guerra do Paraguai, para organizar empresas de mirabolantes ferrovias e portos. Deslumbrado pela estrela de Mauá, queria também “aproveitar” o seu momento histórico. E deram a demissão requerida pelo ganancioso patriota, em vez de o terem mandado a um Conselho de Guerra, e as gerações, que lhe sucederam, o glorificam.

Na Paraíba, André Rebouças encontrou sócios para a sua empreitada: o dr. Diogo Velho e o dr. dr. Anisio Salatiel Carneiro da Cunha, ambos com a influência reforçada pela sua posição de membros do Parlamento Nacional. Em virtude da Lei nr. 453, de 22 de Junho de 1872, foi contratada com êles (dois deputados gerais!) ou com a companhia que organizassem, garantidos os juros de 7^o/₀ sôbre o ca-

pital de 5 mil contos, — a construção de uma estrada de ferro, que seria a *Conde d'Eu Railway Co.*, constituída em Londres (FALA do Presidente Francisco Teixeira de Sá, em 6 de Setembro de 1873).

Ainda êles eram concessionários, por Dec. nr. 4838, de 15 de Dezembro de 1871, do Govêrno Imperial, de uma estrada que ligasse a capital da Paraíba a Alagoa Grande. (EXPOSIÇÃO do Presidente Senador Frederico de Almeida Albuquerque, em 23 de Abril de 1872).

Diogo Velho tinha ainda a concessão da Manganguape ao Acari, contra cuja garantia de juros se ergueram bravamente os deputados potiguares Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti e Tarquinio Braulio de Souza Amaranto, que estavam vigilantes para fazer frente àquela ameaça aos interesses econômicas de nossa Província. E a estrada não se fez.

Rebouças nunca teve sorte em negócios, embora fosse um grande ambicioso, disfarçado em apostolo da civilização brasileira. Confessa, em seu DIÁRIO, que recebeu 22:138\$333, pelos trabalhos de 16 anos para a « Conde d'Eu R. C^o », como que achando pouco. Quanto os sócios deputados não terão levado? A Diogo Velho os ingleses ficaram tão gratos que a uma locomotiva lhe puseram o nome. (Relatório do Presidente da Paraíba, Justino Ferreira Carneiro, 1881).

Eis o segredo dos milhões que o opulentaram. A legitima paterna não daria para o fausto de sua vida. (6) O engenheiro Retumba apontou, em relatório, as desonestidades dos contratantes da construção da "E. de Ferro Conde d'Eu". No ramal do Pilar, estenderam os trilhos soltos sôbre os dormen-

(6) Em 1851, a família de Diogo Velho não possuía nenhum engenho na Paraíba. (V. mapa dos engenhos existentes naquela Província, no Relatório do Presidente Antonio Coelho de Sá e Albuquerque).

tes, para fingir que o trecho estava concluído. E entender trilhos não é construir estradas". (*Rev. do Inst. H. Paraibano*).

CORTEZÃO DA DESGRAÇA

Diogo Velho era dotado de bôa cultura humanista, ornamentada pelas letras jurídicas. Não tinha a preocupação de desenvolver seus talentos, alargando seus estudos, aprofundando os conhecimentos. Muito cêdo, foi obsorvido pela politica e administração, não tendo tido tempo para se especializar em qualquer ramo de cultura. Durante sua dilatada atividade parlamentar, nunca se distinguiu como um intelectual de primeira classe, e parece que se comprazia em segundo plano, que, afinal, afasta certas responsabilidades embaraçosas. Não pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que era, no tempo, o mais prestigioso cenáculo das letras. Entretanto, após a proclamação da República, foi solicitado a suprir a falta deixada pela morte do Visconde de Ourem, e compôs, para o "Annuaire de la Legislation Étrangère", o estudo sôbre a legislação brasileira, tarefa de que se saiu airosamente, com a publicação de um volume intitulado "Notice Générale sur les principales lois promulguées au Brésil, de 1891 à 1894. Aperçu politique — Droit — Administration. — Paris — Librairie Cotillon — 1896".

Mostra-se aí inteiramente adverso às novas instituições, nada simpático a Floriano Peixoto, e se derrama em elogios a Benjamim Constant, a cuja erudição presta calorosas homenagens.

Registrando a morte de D. Pedro II, faz-lhe o panegirico. Do Marechal Deodoro diz: "Il n'était d'ailleurs pas à la hauteur de sa difficile mission".

Um dos traços mais acentuados do caráter do Visconde de Cavalcanti era a fidelidade aos principios políticos, a lealdade de suas atitudes. Encerrou,

definitivamente, sua atividade politica em 15 de Novembro de 1889; entretanto, não lhe teria sido difficil acomodar-se aos novos quadros politicos, e continuar a desfrutar as mais belas posições, servindo-se de seu passado e de sua tradição politica, — como succedeu ao conselheiro Saraiva, ao barão de Ladário, e à quase totalidade dos brasileiros. Militou sempre nas hostes conservadoras, nos bons e maus dias,

Quando tombou a Monarquia, êle estava em Paris. Não foi a Lisboa receber os soberanos destronados, mas, desligado dos deveres de delegado de sua Pátria junto à Exposição Internacional commemorativa da Revolução Francesa, — foi um irreprochavel *cortezão da desgraça*, assiduo e exemplar ao lado do Imperador exilado. (7)



(7) Falecendo no fim do século, o Visconde já tinha caído no olvido que o ostracismo apressa, vertiginosamente, em torno dos grandes do mundo. Poucas vózes o choraram. Na Câmara e no senado da Republica, a memória do antigo politico do Império foi melancolicamente reverenciada pelo órgão tímido e sem brilho de dois representantes da Paraíba, que proferiram inexpressivos necrológios. Os deputados e senador do Rio Grande do Norte, presentes à sessão, não se associaram ostensivamente à homenagem ao môrto, que ali não deixou memória...

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO DO RIO G. DO NORTE

RELATORIO DA PRESIDENCIA

1945-1947

Ilustrados consocios:

Cumpro o dever que me impõem os Novos Estatutos, trazendo-vos nestas linhas o relatorio das atividades do nosso Instituto Historico, durante o bienio que hoje termina.

É um grande praser para mim lembrar á illustre Assembleia que, justamente nesta data, se completam vinte anos da minha direção nas atividades culturaes do Instituto e não menor satisfação experimento ao reassumir os encargos para que me reconduziu a nimia gentileza dos meus presados consocios, na sessão eleitoral de 23 do corrente.

Já era tempo de alterar a direção da casa, mesmo porque vale a pena renovar os quadros para que se possam realizar novos impulsos na existencia da sociedade; mas, assim não entendeu a confiança que me cativa e eu torno a pôr aos hombros a espinhosa tarefa, que, mercê de Deus, desejo levar a cabo.

ATIVIDADES SOCIAES: — O Instituto con-

seguiu fazer todo o possível no sentido de realizar os seus designios de sociedade cultural. As sessões, os estudos, as publicações, a parte que toma em tudo quanto diz respeito á historia e á geografia regional, ao lado da cooperação que presta ao bem publico e á instrução dos nossos coestadanos, dizem de perto do que ele realizou, no bienio findo.

“A Revista” circulou, mais uma vês, agora depois da guerra, porque estivera suspensa durante todo o periodo do horrendo conflito, felizmente terminado a 30 de Abril de 1945, com a derrota do nazismo alemão, que ensanguentava o mundo.

A seguir, terei de dar uma noticia sucinta das atividades do Instituto, uma por uma.

PREDIO: — Não sofreu qualquer alteração a nossa séde, que está necessitando até de alguns reparos, especialmente na fachada norte e na oeste, devido á corrosiva presença de material salgado nas paredes externas, formando grandes danos ao embôço e reboco.

Logo que as finanças o permitirem, desejo realizar esses concertos, cuja ausencia tanto afeia o edificio como põe em risco a sua segurança.

MOVEIS: — Nada de novo ocorreu quanto ao mobiliario do Instituto que se mantem conservado e bem sufficiente.

BIBLIOTECA: — Continúa funcionando normalmente no horario diurno, si bem que, no noturno, esteja presentemente suspenso o seu funcionamento, em virtude de doença no respetivo encarregado.

ARQUIVO E MUSEU: — Sem qualquer modificação.

REVISTA: — Foi publicado o vol. XXXVIII-XL, relativo a 1941-3, com duzentas e oito (208) paginas de texto e contendo variada colaboração e noticias sobre a vida do Instituto. Impresso na Tipografia

Galhardo, de M. F. Galhardo, custou Cr\$ 6.760,00 a edição de 300 exemplares.

TOPONIMIA MUNICIPAL: — Temos ajudado, na medida do possível, na materia da nomenclatura dos municipios, através do Departamento das Municipalidades e da Prefeitura de Natal, prestando-lhes todo o apoio nas justas alterações e iniciativas sobre o assunto.

Foram emitidos 14 pareceres e informações referentes a diversos municipios, sendo que ao de Natal e segundo as solicitações da Prefeitura, foram fornecidas varias listas de nomes illustres para figurarem nos logradouros publicos da Capital, os quaes tem sido adotados em resoluções officiaes. (*)

INTERCAMBIO CULTURAL: — Mantem-se em boas relações de reciproco auxilio as sociedades que funcionam gratuitamente em nossa séde social, á Rua Conceição, 622.

A Academia de Letras, que maiores atividades tem desenvolvido, desde março do ano passado, continúa realizando o seu programa em perfeita harmonia de vistas com o Instituto.

DIRETORIA: — Foi reeleita a diretoria, que hoje exgota o seu mandato, para o bienio entrante, não tendo havido nenhuma modificação no quadro dirigente.

Reeleito pela 10^a vês e, pois, com quatro lustros de direção, ainda conservo os mesmos ardentes desejos de ver o Instituto sobranceiro aproximar-se do seu cinquentenario, em 1952, quando, si aos Ceus aprouver, celebraremos o magno acontecimento com grandes transportes de jubilo e verdadeiro orgulho civico, porque ele não decaiu, como tem acontecido

(*) *Nota da Redação:* Vêr pags. 131-139 desta "Revista".

a muitas outras instituições contemporaneas, dos seus propositos e dos seus designios.

Estão tambem reeleitos: 1º e 2º Secretarios os desembargadores Silvino Bezerra Neto e Vicente de Lemos Filho, Orador o dr. Luis da Camara Cascudo, Tesoureiro o dr. Manoel Varela Santiago e diretor da Biblioteca, Arquivo e Museu o desembargador Felipe Guerra.

Como 1º e 2º vice-presidentes, os desembargadores João Dionisio Filgueira e Luis Tavares de Lira, foram conservados nos seus cargos, bem como na suplencia do 2º secretario, adjunto de orador e de tesoureiro os srs. Otacilio Cavalcanti, Desembargador Manoel Benicio de Melo Filho e Manoel Rodrigues de Melo.

As comissões de Fazenda e Orçamento e de Estatutos e redação da "Revista" compõem-se dos srs. Desor. Horacio Barreto, Drs. Aldo Fernandes e Anfiloquio Camara, e Nestor Lima, Desor. Antonio Soares e Camara Cascudo, respetivamente, todos reeleitos na assembleia de 23 do corrente.

Dentro de alguns instantes, estaremos todos reempossados nas nossas funções, para bem servirmos á nossa querida casa.

QUADRO SOCIAL: — Foi aumentado o quadro social com mais tres (3) socios honorarios: D. Jaime de Barros Camara, metropolitano do Rio de Janeiro, D. João Batista Porto Carreiro Costa e D. José de Medeiros Delgado, bispos de Mossoró e Caicó, neste Estado; tres (3) socios efetivos aceitos em virtude de trabalhos especializados e serviços relevantes, dr. Anfiloquio Carlos Soares da Camara, Manoel Rodrigues de Melo e Otacilio Cavalcanti, empossados, ha um ano, neste dia, e cinco (5) socios correspondentes, os srs. William Rex Crawford, adido cultural da Embaixada Americana, no Brasil, Professor dr. Helio Viana, no Rio, Dr. Guilherme Auler, em

Recife, dr. Hugo Vitor Guimarães, em Fortalêsa, e dr. Salomão Vasconcelos, em Belo Horizonte, os quaes como figuras das nossas letras historicas, vieram enriquecer a nossa companhia e, certo, contribuir para o seu maior lustre e utilidade.

SESSÕES: — Houve 4 sessões, sendo ordinarias 2, magna, 1 e comemorativa 1, das quaes a mais importante foi a de 20 de abril de 1945, no 1º centenario do Barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos.

Além dessas sessões, houve a assembleia eleitoral de 23 do mês expirante para a diretoria e comissões permanentes, hoje empossadas.

SECRETARIA: — Esteve a cargo dos ilustres consocios desembargadores Silvino Bezerra e Lemos Filho, auxiliados pelo consocio Otacilio Cavalcanti.

TESOURARIA: Continuou sob os cuidados do distinto confrade Dr. Manoel Varela Santiago, coadjuvado, no ano findo, pelo novo consocio Manoel Rodrigues de Melo.

FINANÇAS — Do Balancete da Tesouraria, ora sobre a mesa e sobre o qual se pronunciará a comissão respectiva, consta a situação do Instituto no ano findo, no qual teve a receita de Cr\$ 10.616,10 e a despesa de Cr\$ 10.377,60, passando para 1947 um saldo de Cr\$ 238,50.

ENFERMO: — Acha-se, ha cerca de um mês, seriamente enfermo, o eminente confrade desembargador João Dionisio Filgueira, 1º vice-presidente do Instituto, desde mais de 20 anos, e antigo tesoureiro, cargos em que nos prestou os mais assinalados e espontaneos serviços.

Já em sessão anterior, ficou aprovado um voto de pronto restabelecimento de tão digno e estimado confrade amigo.

OS MORTOS DO BIENIO: — Infelizmente, temos que registrar as perdas muito sensíveis de três (3) dignísimos consócios que prestaram grandes benefícios ao Instituto: Monsenhor Francisco de Assis Albuquerque, a 14 de agosto de 1945, em João Pessoa, Cel. Eduardo Marques Peixoto, a 21 de Julho de 1945, na Capital Federal, e Monsenhor José de Calazans Pinheiro, a 3 de abril de 1946, nesta capital, aos quaes tributámos as homenagens da nossa admiração e da nossa saudade.

Ao encerrar as breves informações sobre a nossa instituição, durante o periodo administrativo, que acabamos de preencher, sirvo-me do grato ensejo para agradecer a todos os meus presados confrades, que me honram com a sua confiança e a sua consideração, as provas de afêto e o estímulo, que sempre me trazem para a minha incumbencia nesta casa, que tanto amamos e desejamos vêr engrandecida e exaltada na sua altissima função.

Natal, 29 de março de 1947.

NESTOR DOS SANTOS LIMA.
(Presidente do Instituto).

**QUADRO DOS SOCIOS, por suas diversas
categorias, em 31-12-1947**

I — Fundadores:

- 1 — Dr. Francisco Pinto de Abreu — Recife.
- 2 — Ministro Augusto Tavares de Lira — Rio.
- 3 — Dr. Eloi Castriciano de Souza — Natal.
- 4 — Dr. Antonio José de Melo e Souza — Recife.
- 5 — Dr. Sergio Paes Barreto — Rio.

II — Efetivos:

- 1 — Dr. Juvenal Lamartine de Faria — Natal.

- 2 — Desembargador Horacio Barreto de P. Cavalcanti — Natal.
- 3 — Desembargador Antonio Soares de Araujo — Natal.
- 4 — Desembargador Luiz Tavares de Lira — Natal.
- 5 — Dr. Nestor dos Santos Lima — Natal.
- 6 — Desembargador Felipe Neri de Brito Guerra — Natal.
- 7 — Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros — Rio.
- 8 — Dr. Joaquim Inacio de Carvalho Filho — Martins. (*)
- 9 — Desembargador Silvino Bezerra Neto — Natal.
- 10 — Desembargador Manoel Benicio de Melo Filho — Natal.
- 11 — Dr. Matias Carlos de Araujo Maciel — Natal.
- 12 — Dr. Manoel Varela Santiago Sobrinho — Natal.
- 13 — Dr. Luis Antonio F. S. dos Santos Lima — Natal.
- 14 — Dr. Luis da Camara Cascudo.
- 15 — Desembargador Vicente de Lemos Filho — Natal.
- 16 — Dr. João Vicente da Costa — Natal.
- 17 — Dr. Joaquim Manoel de Meiroes Grilo — Natal.
- 18 — Desembargador Tomaz Salustino Gomes de Melo — Natal.
- 19 — Dr. Rafael Fernandes Gurjão — Rio.
- 20 — Dr. Anfiloquio Carlos Soares da Camara — Natal.
- 21 — Manoel Rodrigues de Melo — Natal.
- 22 — Otacilio Cavalcanti — Natal.

III — *Honorarios:*

- 1 — Dom Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas Natal.

(*) Faleceu a 9-1-48.

- 2 — Dom Antonio dos Santos Cabral — Belo Horizonte.
- 3 — Almirante Carlos da Veiga Gago Coutinho — Lisboa.
- 4 — Dr. Rodolfo Augusto de Amorim Garcia — Rio.
- 5 — Embaixador José Carlos de Macêdo Soares — Rio.
- 6 — Dom Jaime de Barros Camara — Rio.
- 7 — Dom João Batista Porto Carreiro Costa — Mossoró.
- 8 — Dom José de Medeiros Delgado — Caicó.

IV — *Benemeritos:*

- 1 — Ministro Augusto Tavares de Lira — Rio.
- 2 — Desemb. Luis Tavares de Lira — Natal.
- 3 — Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros — Rio.
- 4 — Dr. Nestor dos Santos Lima — Natal.
- 5 — Tobias Monteiro — Rio.
- 6 — Desemb. Antonio Soares de Araujo — Natal.
- 7 — Desemb. Horacio Barreto de P. Cavalcanti — Natal.
- 8 — Dr. Luis da Camara Cascudo — Natal.
- 9 — Dr. Rafael Fernandes Gurjão — Rio.
- 10 — Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo — Natal.

V — *Correspondentes:*

- 1 — Dr. Honorio Carrilho da Fonsêca e Silva — Rio.
- 2 — Dr. Manoel Cicero Peregrino da Silva — Rio.
- 3 — Conselheiro Antonio Gonçalves Ferreira — Rio.
- 4 — Dr. Mario Bhering — Rio.
- 5 — Dr. Pedro Soares de Araujo Amorim — Assú.
- 6 — Dr. Florentino de Menezes — Aracajú.
- 7 — Dr. José Pacheco Dantas — Rio.
- 8 — Dr. José Augusto Meira Dantas — Rio.

- 9 — Dr. Pedro Celso Uchoa •Cavalcanti — Rio.
- 10 — Ministro Bernardino José de Souza — Rio.
- 11 — Coronel Pedro Dias de Campos—São Paulo.
- 12 — Ministro Agenor de Roure — Rio.
- 13 — Dr. Oto Prazeres—Rio.
- 14 — Dr. Eloy Pontes — Rio.
- 15 — Dr. Braz Hermenegildo do Amaral—Salvador.
- 16 — Dr. Armando de Campos—Salvador.
- 17 — Dr. Anibal Revault de Figueirêdo—Rio.
- 18 — Dr. Arnaldo Pimenta da Cunha — Salvador.
- 19 — Lourenço Costa — Salvador.
- 20 — Dr. Mario Carneiro do Rego Melo — Recife.
- 21 — Dr. José Bonifacio de Andrada e Silva — Rio.
- 22 — Dr. João Pedro Cardoso — São Paulo.
- 23 — Comandante Luiz Afonso Perdigão Espada
(Ignorado).
- 24 — Dr. Antonio Carlos Simoens da Silva --Rio.
- 25 — Dr. Teodoro Braga — São Paulo.
- 26 — Dr. Afonso de Escragnole Taunay—S. Paulo.
- 27 — Dr. A. I. de Souza Carneiro—Rio.
- 28 — Dr. José Garibaldi Dantas—São Paulo.
- 29 — Dr. Luiz José da Costa Filho—Rio.
- 30 — Conego dr. José de Carmo Barata—Recife.
- 31 — Dr. Manoel Tavares Cavalcanti—Rio.
- 32 — Dr. Mateus Augusto de Oliveira—João Pessoa.
- 33 — Padre Nicodemus das Neves—João Pessoa.
- 34 — Desemb. Carlos Xavier Paes Barreto—Rio.
- 35 — Dr. Antonio Francisco de Ataide—Vitoria.
- 36 — Dr. Archimimo de Matos—Vitoria.
- 37 — Dr. Alarico de Freitas—Vitoria.
- 38 — Dr. José Rodrigues Sete—Vitoria.
- 39 — Desemb. Francisco de Albuquerque Melo—
Recife.
- 40 — Dr. Adauto Miranda Raposo da Camara—Rio.
- 41 — Dr. Dioclecio Dantas Duarte — Rio.
- 42 — Palmerio Augusto Soares de Amorim Filho
— Assú.
- 43 — Dr. Paulo Prado—São Paulo.

- 44 — Dr. Randolph Chagas-Rio.
- 45 — Dr. J. P. Oliveira Viana-Rio.
- 46 — Dr. J. B. Roquete Pinto-Rio.
- 47 — Dr. Jaime de Altavila-Maceió.
- 48 — Dr. Luiz Estevam de Oliveira-Rio.
- 49 — Professor Agnelo Bitencourt-Manaus.
- 50 — Dr. Robert Lehman Nietzsche-Berlim.
- 51 — D. Eugenio d'Ors-Paris.
- 52 — Dr. Aurelio Pires-Belo Horizonte.
- 53 — Dr. Nelson de Sena-Rio.
- 54 — Dr. Humberto Carneiro-Rio.
- 55 — Desemb. Henrique Jorge Hurley-Belém.
- 56 — Dr. Heitor Pereira Carrilho-Rio.
- 57 — Dr. Cristovam Bezerra Dantas-São Paulo.
- 58 — Dr. Carlos Studart Filho-Fortalesa.
- 59 — Dr. Oliveira Guimarães-Coimbra.
- 60 — Dr. Omar Grant O'Grady-Rio.
- 61 — Dr. Paulo Eleuterio-Belem.
- 62 — Dr. Walter Spalding-Porto Alegre.
- 63 — Dr. Plinio Ayrosa-Porto Alegre.
- 64 — Dr. Frederico Gavazzo Perry Vidal-Lisboa.
- 65 — Dr. Manoel Anisio Jobim -- Manáus.
- 66 -- Professor Agustin Venturino -- Santiago.
- 67 -- Dr. Artur Cezar Ferreira Reis -- Rio.
- 68 -- Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho
-- São Paulo.
- 69 -- Dr. Jorge Bertolazzo Stela -- São Paulo.
- 70 -- Dr. João José Maria Francisco Rodrigues de
Oliveira -- Funchal.
- 71 -- Almirante Raul Tavares -- Rio.
- 72 -- Ministro Renato de Almeida -- Rio.
- 73 -- Desemb. Henrique Fontes -- Florianopolis.
- 74 -- Dr. José Torres de Oliveira -- São Paulo.
- 75 -- Desemb. Hunald Santa-Flôr Cardoso -- Ara-
cajú.
- 76 -- Dr. Olinto San-Martin -- Porto Alegre.
- 77 -- Professor dr. Raul Gomez -- Curitiba.

- 78 -- Major Dr. Dioclecio de Paranhos Antunes -- Rio.
- 79 -- Dr. Ari Martins -- Porto Alegre.
- 80 -- Dr. Carlos da Silveira -- São Paulo.
- 81 -- Consul Murilo de Miranda Basto -- Rio.
- 82 -- Dr. João Angione Costa -- Rio.
- 83 -- Tenente-coronel Jonatas de Moraes Correia -- Rio.
- 84 -- Professor Wiliam Rex Crawford -- Rio.
- 85 -- Dr. Helio Viana -- Rio.
- 86 -- Dr. Guilherme Auler -- Petropolis.
- 87 -- Dr. Hugo Vitor Guimarães -- Fortalêsa.
- 88 -- Dr. Salomão Vasconcelos -- Belo Horisonte.

Resumo :	Fundadores :	5
	Efetivos :	22
	Honorarios :	8
	Benemeritos :	10
	Correspondentes :	88
	Total :	133

Socios admitidos desde a fundação a 29-3-1902:	260
Socios falecidos até 31-12-1947:	127
Socios sobreviventes:	133

Secretaria do Instituto Historico, em Natal, 31 dezembro 1947.

O 1º Secretario,
Silvino Bezerra Neto.

Necrologia de socios do Instituto

Grandes e irreparaveis perdas sofreu o Instituto Historico, no periodo de 1944 a 1947, pois, desappareceram da face da terra mais de uma dezena de consocios das diversas classes, entre os quaes treis fundadores, honorarios, efetivos e correspon-

dentes de grande projeção na cultura nacional. Passamos a referi-los, com a nossa cordeal veneração.

Desembargador Elviro Carrilho

(Socio Correspondente)

Completando as notas sobre o desaparecimento de tão emerito consocio, corre-nos o dever de acentuar que ele contraiu segundas nupcias com a Exma Sra. D. Déa San-Tiago Dantas Carrilho, nascida de ilustres familias do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, como sejam as de San-Tiago Dantas e Azambuja, porque era filha do major dr. Francisco Clementino de San-Tiago Dantas, natural do Rio de Janeiro e falecido em Mâto Grosso, em 1890, e de D. Justa Azambuja de Saniago Dantas, senhora de grande distinção.

No exercito, a que prestou o major Santiago Dantas grandes e inolvidaveis serviços, condecorado com a Ordem da Rosa, cavalheiro de S. Bento de Aviz e com a medalha de campanha da Guerra contra o Paraguai, era tido em alto conceito e deixou obras de grande valor literario e historico, sobretudo acerca da "Revolução dos Muckers", (1877), "Defêsa da Provincia do Rio Grande do Sul" (1878), e outras.

Não teve o desembargador Elviro Carrilho prole de seu segundo consorcio, mas, deixou uma viuva inconsolavel e que, ainda e sempre, lhe deplora a perda irremediavel. N. S. L.

Dr. João Lindolfo Camara

(Socio Correspondente)

Faleceu, a 29 de Julho de 1943, no Rio, á Rua Lucio de Mendonça, 11, bairro de Mariz e Barros, onde residia, o prestimoso consocio correspondente,

dr. João Lindolfo Camara, alto funcionario aposentado da Fazenda Nacional, natural desta capital e oriundo de conhecida e respeitavel familia genuinamente potiguar.

Nascido a 11 de maio de 1863, nesta cidade, onde fez os estudos de primeiras letras, aprendeu o officio de tipografo e estudou os preparatorios, bacharelou-se em Recife, com brilhantismo, em 1894, e dedicou-se á vida de burocrata, iniciando-a em 1881, por concurso, para o Tesouro Provincial, chegando até contador, por sucessivas promoções, em 1888, além de Procurador fiscal e inspetor, interino.

Colaborou na campanha para abolição da escravatura, em 1888 e fêz a propaganda republicana, proclamando o novo regimen em varios municipios da linha ferrea, Canguaretama, Goianinha, Nova Cruz, Paparí e São José de Mipibú.

Entrando para a Fazenda Nacional, (1890), por meio de concurso, exerceu os cargos de escriptorio da Alfandega de Recife, delegado fiscal no Paraná (1899) e na Baía, (1901), Diretor da Recebedoria de Rendas, (1902-1906), Conferente da Alfandega do Rio (1904), Inspetor da Alfandega do Rio (1904), official do Gabinete do Ministro David Campista (1906), Inspetor da Caixa de Amortização (1918), novamente Inspetor da Alfandega do Rio (1919-23), e mais tarde, novamente nesse cargo (1930-1931), quando requereu e obteve sua aposentadoria, após 50 anos de serviços publicos memoraveis.

Na politica, foi deputado federal pelo Rio Grande do Norte, 1906-1908 e 1909-1911, sendo notavel a sua atuação nas Comissões, de que fazia parte e pelos projetos que ofereceu, entre eles o que autorizava o repatriamento das cinzas dos imperadores e a cessação do exilio da familia imperial.

Fundou o "Club dos Funcionarios Publicos" e dele foi presidente, até 1924, quando renunciou; Fiscal do Banco Alemão Transatlantico (1917), e,

em seguida, elaborou o projeto de Regulamento das Vendas Mercantis e do Código Aduaneiro.

Com o advento da Revolução de Outubro de 1930, foi aclamado, nesta Capital, a 12 daquele mês, para Presidente provisório, do Estado, o que não lhe foi possível aceitar, devido ao seu estado de saúde.

Publicou varias obras como: "Projeto de Código Administrativo", "Tarifa do Imposto de Consumo"; "Comentarios ao Regulamento de Contas Assinadas"; "Na Republica Velha", "Direito Fiscal" e "Memorias e Devaneios", (1938).

Era casado com a Exma. Sra. D. Constança Valença Camara, de ilustre Familia pernambucana e que lhe sobrevive e deixou, entre outros filhos, o atual capitão de Corveta Raul de Valença Camara, ilustre oficial da Nossa Marinha de Guerra. São eles: Carmen, Edgar, João, Abigail, Constança, Alaide, Hilda, Diná e Nair, todos casados, além de muitos netos.

Filiou-se ao Instituto Historico, como socio correspondente, desde 4 de setembro de 1904. N. S. L.

Dr. Alberto Maranhão

(Socio fundador e benemerito)

A 1º de fevereiro de 1944, finava-se, em um hospital de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro, o nosso benemerito consocio fundador, Dr. Alberto Maranhão, antigo politico, jornalista e administrador neste Estado.

Como si a sorte advinhasse o seu proximo desaparecimento do numero dos vivos, trouxera-o até entre nós, no ano de 1943, para que revisse os seus inumeros amigos e conterraneos, que nunca o esqueceram, após sua mudança para o Sul do País e

o seu afastamento da vida publica no Rio G. do Norte.

O dr. Alberto Maranhão foi um dos maiores filhos do Estado e sempre guardou de sua terra e de seus coestadanos a mais grata e indelevel impressão, nos dias amargos do seu exilio. “É a melhor terra do mundo”, referindo-se a Natal, disse ele a quem escreve estas linhas, com profunda saudade.

Nasceu em Macáiba, deste Estado, a 2 de Outubro de 1872, do casal dô major Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão e dona Feliciano Maria de Albuquerque Maranhão, era oriundo de familias pernambucanas e norte-rio-grandenses, casou-se com a sua sobrinha, D. Inês Barreto de Albuquerque Maranhão, filha do coronel Juvino Cezar Paes Barreto, grande industrial, fundador da Fabrica de Tecidos, (1888), e de D. Inês Augusta Paes Barreto, sua irmã germana.

Deixou numerosa prole, a saber: Juvino Barreto Maranhão, Cleanto Barreto Maranhão, Judith e Laura, hoje casadas, além de nétos.

Sua vida publica foi ascencional e triunfante: Mal formado na Faculdade de Direito do Recife, em 1892, foi Secretario do Governo do seu irmão, dr. Pedro Velho, em 1892; em seguida, Procurador Geral do Estado, em 1898, Governador do Estado, em 25 março 1900 a 1904, deputado federal, de 1904 a 1908, Governador, outra vês, de 25 março 1908 a 31 dezembro 1913, deputado federal de 1914 até 1930, quando preferiu a representação do Estado junto á Associação Commercial, do Rio. De sua passagem pelo Governo do Estado, especialmente da segunda vês, deixou grande copia de serviços e beneficios, que nem um volume inteiro poderia contar e exallar. Era o “Mecenas das Letras Potiguares”.

Mais tarde, com a revolução, tornou-se agricultor e industrial, em Parati, Estado do Rio, e exerceu funções judiciaes, ali, até que completando a

idade-limite, foi dispensado, em vês de aposentado. Entrou para o Instituto do Sal e Assucar, sendo inspetor em Coritiba e João Pessoa. Daí veio a Natal, onde foi cumulado de atenções e aprêço, que culminaram na sua recepção na Academia de Letras, a 18 de Novembro de 1943, como Socio Honorario, sendo saudado, como na Escola Normal, pelo nosso companheiro dr. Nestor Lima, em vibrantes alocações de amizade e gratidão.

Perdêra a sua extrema consorte, em setembro daquele ano, e, em seguida, transportando-se, para o sul, aí desapareceu, com grande e imensa saudade dos seus amigos e admiradores. N. S. L.

Dr. José Teotônio Freire

(Socio fundador e efetivo)

Após uma afanosa e nobre existencia de mais de oitenta anos, desapareceu dentre os vivos, nesta cidade, a 11 de maio de 1944, o doutor José Teotônio Freire, juiz federal aposentado e antigo magistrado no Estado, deixando uma tradição de zêlo e honradês difficilmente encontradas entre os contemporaneos.

Nascido em Macaíba, a 18 fevereiro 1858, foram seus paes o coronel Manoel Joaquim Freire e D. Inês Marcelina Freire e uniu-se á Exma. Sra. D. Maria Leopoldina Viana Freire, que lhe sobrevive, deixando uma prole distinta que são as Exmas. Sras. DDs. Ana Albertina Freire Varela, casada com o sr. Milton Varela, industrial, Inês Freire Lagreca, comerciante em Recife, Dálila Freire Cascudo, consorte do nosso illustre confrade, dr. Luis da Camara Cascudo, senhorita Maria Leonor Freire, solteira, Dr. Lauro Freire, engenheiro e Gilberto Freire, que o antecedêra na sepultura, a menos de um mês, em Recife. Na vida publica, o dr. Freire, como era conhe-

cido, exerceu todas as funções jurídicas, desde promotor publico e juiz municipal, ao tempo da Monarquia, na Provincia natal, e em São Paulo, juiz de direito de Pau dos Ferros e Macaiba, de onde veio para o Tribunal de Justiça, em 1898, ocupando a presidencia na vaga deixada pelo saudoso juiz Meira e Sá, quando este se candidatou á Senatoria Federal, em 1907.

Em 1920, por concurso, perante o Supremo Tribunal, foi nomeado Juiz Federal na Seção deste Estado, cargo que exerceu até aposentar-se em 1937, com mais de cincoenta anos de serviços relevantes á causa publica e á Justiça.

Foi o autor do projeto do Codigo do Processo Penal do Estado, que se transformou na lei nº 449 de 30 Novembro 1918 e vigorou até o advento do Novo Codigo Federal de Processo Penal (1941). Traduziu tambem notavel trabalho de direito penal italiano, que publicou nesta capital.

Fazia parte do Instituto desde a fundação, a 29 de março de 1902 e era muito acatado e respeitado entre os seus confrades e na sociedade, como um dos mais nobres valores sociaes da nossa época.
N. S. L.

Cel. Eduardo Marques Peixoto

(Socio correspondente)

Faleceu, na Capital Federal, a 21 de junho de 1945, o coronel Eduardo Marques Peixoto, alto funcionario aposentado do Arquivo Nacional e do Tribunal de Contas.

Era socio do Instituto Historico deste Estado, desde 19 de Janeiro de 1908, em virtude dos bons serviços que prestou á nossa instituição, a proposito da questão de limites com o visinho Estado do norte.

Marques Peixoto era o tipo do arquivista consciencioso e perito, deixou extensa bibliografia expalhada pelas paginas da Revista do Instituto Historico Brasileiro, de que foi socio efetivo em 1903 e honorario, em 1931 e a que prestou relevantissimos serviços.

Dele disse Pedro Calmon, ao fazer-lhe o elogio funebre na sessão de 21 outubro de 1945, naquêle egregio sodalicio:

“Ocupou-se equitativamente do velho Rio, de Vieira Fazenda e do antigo Ceará, do Barão de Studart; e mergulhado no tesouro documental da Repartição, a que deu parte de sua atividade ciente, dele retirou para o comercio das ideias, inumeraveis ineditos, que vieram enriquecer a Historia Nacional— esclarecendo-a em tanta minucia preciosa”.

Era um trabalhador modesto e infatigavel em prol da pesquisa historica e deixou uma bibliografia “complexa e fragmentaria”, em varias publicações especializadas no Brasil.

Mons. Francisco de Assis de Albuquerque

(Socio correspondente)

Monsenhor Francisco de Assis nasceu em Natal, á rua S. Antonio, a 4 de outubro de 1865. Iniciou seus estudos no Liceu Paraibano. Coursou o Seminario de Olinda e depois o de Fortalêsa, onde se ordenou a 6 de dezembro de 1891. Cantou sua primeira missa em nossa Cathedral, na Festa de Santa Luzia, a 13 de dezembro do mesmo ano. Em junho de 1892, foi nomeado vigario de Macau, onde esteve até 1895, quando foi convidado pelo exmo. d. Aduato para vice-reitor do Seminario da Paraíba. Anos após, foi vigario da cathedral da mesma cida-

de. Nomeado pelo Governo professor de Geografia e Historia do Brasil no Liceu e Escola Normal da Paraíba, exerceu o magisterio, durante vinte anos, quando ficou em disponibilidade. Foi duas vezes á Europa, em 1911 e 1914, na primeira como secretario de D. Aduato. Narra episodios da vida do Santo Padre Pio X, considerando-os verdadeiros milagres. Em 1922, a 11 de fevereiro, Monsenhor Assis inaugurou à Praça D. Ulrico, em João Pessoa, um monumento a N. S. de Lourdes, construido exclusivamente com suas economias. Foi capelão do Orfanato D. Ulrico durante 15 anos.

Celebrava todos os dias na Cathedral de João Pessoa. Residia no Convento de S. Bento, á Rua General Osorio. Havia estado em Natal em 1914 e tambem quando ainda vivo o seu saudoso pai José Francisco de Albuquerque, a cuja morte assistiu.

Assim noticiou a "A Ordem", de 15-12-1941, a sua vinda a Natal, em 1941, para celebrar o jubileu de oiro de seu sacerdocio, no mesmo altar de N. S. da Apresentação, aonde cantára, em 1891, a sua primeira missa.

Então, recebeu uma verdadeira ovação dos seus conterraneos e amigos, rejubilados com aquele notavel acontecimento de sua vida.

Agravando-se, porém, os seus padecimentos, veio a falecer no dia 15 de agosto de 1945, em João Pessoa, Paraíba, onde foi sepultado.

Pertencia, desde 4 setembro 1904, ao Instituto Historico.

Monsenhor José de Calazans Pinheiro

(Socio efetivo)

"Na manhã de 3 de abril de 1946, ocorreu, nesta capital, o falecimento do Monsenhor José de Calazans Pinheiro, destacada figura do clero e do magisterio norte-riograndense. Desaparecendo aos 79

anos, o Mons. Calazans Pinheiro dedicou toda sua longa vida a um labor constante e proficuo em beneficio de nossa terra, cuja cultura muito fica a dever ás suas atividades de professor de varias gerações.

Mesmo nos ultimos tempos de sua existencia, já marchando para os 80 anos, que completaria em Agosto de 1946, não deixou o Mons. Calazans Pinheiro de exercer as suas nobres funções de sacerdote e professor, ocupando as funções de lente do Seminario Diocesano e de Capelão da Igreja N. S. do Rosario. Tendo nascido em 27 de agosto de 1866, na vila de São Gonçalo, filho do Capitão Manoel Joaquim da Costa Pinheiro e de D. Gertrudes Casimira Pinheiro, o ilustre sacerdote fez os seus preparatorios no Ateneu Norte-riograndense, cursando, em seguida, Teologia no Seminario de Olinda, e Filosofia no Seminario de Fortalêsa, onde recebeu o presbiterato a 6 de dezembro de 1891. Nessa mesma cidade recebeu o diaconato, sendo nomeado vigario de Caraúbas, em 1892. Daí, transferiu-se para a capital, onde foi em 1893 coadjutor da Freguezia de N. S. da Apresentação. Em 1894, ocupou o cargo de paroco do Assú até 1897, quando foi nomeado vigario de Pilões, no Estado da Paraíba. No ano seguinte estaria novamente em Natal, como coadjutor da Freguezia do Bom Jesus das Dores.

Em Maio de 1899, o padre Calazans Pinheiro viajou ao sul do país, em procura de melhoras para sua saúde, então abalada. No Estado de Minas, juntamente com o Mons. José Paulino de Andrade, fundou o Seminario e Colegio Diocesano de Pouso Alegre, tendo exercido, tambem, no mesmo Estado, as funções de Paroco de Itajubá.

Regressando ao Rio Grande do Norte, em 1901, o Mons. Calazans Pinheiro aqui veio ocupar o cargo de lente adjunto de Português, Latim e Francês, de 1901 a 1905, e na organização do Curso de Ma-

durêsa, pelo Ginasio Nacional, passou a ocupar a cadeira de Latim e Grego, lecionando posteriormente as de Geografia e Cosmografia. Foi eleito em 1904, Intendente de Natal, ocupando, mais de uma vez, a presidencia do Conselho de Intendencia. Em 1916 assumiu a direção do Colégio Santo Antonio. Em 1908 ocupou o cargo de Diretor do Ateneu Norte-Riograndense e da Escola Normal, até 1909.

O Mons. José de Calazans Pinheiro, nas suas atividades no magisterio, lecionou ainda no Seminario de São Pedro, Escola de Comercio (secções masculina e feminina), no Colegio Rui Barbosa e no Colegio N. S. das Neves, percorrendo assim as catedras de quase todos os nossos principais estabelecimentos educacionais.

Como sacerdote, foi ainda nesta capital Capelão do Hospital Miguel Couto, da Igreja N. S. do Rosario e do Patronato da Medalha Milagrosa.

A 29 de outubro de 1940, recebeu o titulo de conego honorario do cabido da Paraiba e, a 23 de Novembro de 1941, o de Monsenhor Camareiro Secreto de Pio XII”.

O monsenhor Calazans Pinheiro era socio efetivo do Instituto Historico, desde 17 de agosto de 1902, tendo sido um dos primeiros a ser admitidos na classe de socio, após a fundação do mesmo Instituto.

Exerceu varias funções sociaes, como vice-orador, 2º secretario e suplente de secretario, prestando bons serviços á instituição.

Desapareceu aos oitenta anos, deixando uma larga folha de serviços á instrução no Estado.

O Instituto prestou á sua memoria as homenagens, a que tinha feito jús.

D. Joaquim Antonio de Almeida

(Socio honorario)

Na vizinha cidade de Macaiba, onde residia havia cerca de três anos, faleceu ás 18 horas e 30 minutos do dia 30 de março de 1947, D. Joaquim Antonio de Almeida, bispo resignatario da Diocese de Natal.

Nasceu em Goianinha, deste Estado, a 17 de agosto de 1868. Fez o curso secundario no Colegio Diocesano de Olinda e ordenou-se em Fortalêsa, a 2 de dezembro de 1894, em cujo seminario fez os estudos superiores. Cantou a primeira missa no altar de N. S. dos Prazeres, padroeira da freguezia de sua terra natal, a 18 de dezembro desse mesmo ano.

Foi docente, diretor espiritual e reitor do Seminario da Paraiba. Em 1904, recebeu o titulo de monsenhor.

Sagrado bispo a 4 de fevereiro de 1906, foi nomeado para a diocese de Piauí. Removido para Natal, tomou posse a 15 de junho de 1911 e nessas funções permaneceu até 1915, quando, por motivo de molestia, foi levado a resignar a diocese; recebeu então o titulo de Bispo de Lari.

Experimentando sensiveis melhoras na saude, residiu por alguns anos com D. Adauto de Miranda Henriques, arcebispo da Paraiba. Naquela arquidiocese teve ainda oportunidade para desenvolver o seu apostolado. Com o falecimento de D. Adauto, transportou-se para Bom Conselho, Estado de Pernambuco, onde serviu de diretor espiritual e capelão do Convento das Irmãs Franciscanas.

Em 1944, veio até Goianinha, afim de celebrar no mesmo altar, em comemoração ao 50º aniversario da sua primeira missa, desejo que logrou alcançar, apesar do precario estado de saúde. Desde então, passou a residir em companhia da exma. sra.

d. Ana Almeida de Macedo, viuva do sr. João Corcino de Macedo e sua unica irmã sobrevivente.

Caraterisava-o o espirito de caridade cristã e, em meio dos pobres, sentia-se feliz, imensamente satisfeito. Distribuir o que lhe vinha ás mãos, prodigalizar conselhos prudentes, encorajar os atribulados e incentivá-los para a esperança no Todo Poderoso, eram as preocupações maximas de S. Excia. Revma.; ninguem que dele se aproximasse deixava de sentir-se aliviado das dores morais.

Cercado de quasi todos os parentes e depois de receber a assistencia do padre João Verbeck, D. Joaquim faleceu pleno de fé, contrito, como bom leuita do Senhor e na simplicidade com que sempre viveu e desejava morrer.

Logo ao ser divulgada a infausta noticia, a sua residencia ficou repleta de fieis e de grande massa popular, os pequeninos e humildes que se viam privados do conforto material e espiritual da sua palavra evangelica.

Circunstancias imprevistas determinaram que o sepultamento deixasse de ser em Natal, como desejavam a Diocese e o Clero. Para Macaiba dirigiram-se então representantes de S. Excia. Revma. D. Marcolino Dantas, do Clero Secular e Regular e de varias associações religiosas desta capital. Foi sepultado ás 10 horas do dia 31, no Cemiterio Publico daquela cidade, após as cerimoniaes liturgicas officadas pelo mons. João da Mata, Vigario Geral da Diocese e representante do sr. Bispo Diocesano.

Varias associações religiosas da localidade, as representações desta capital e compacta massa popular formaram o imenso cortejo que o conduziu á ultima morada.

Dentre os representantes do clero notavam-se, além de outros, o mons. João da Mata e os padres Ulisses Maranhão, Neves Gurgel e Eugenio Sales. Estiveram presentes ainda o dr. Nestor dos Santos

Lima, por si e pelo Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Norte, de cuja sociedade D. Joaquim fazia parte, dr. Everton Cortês, Secretario Geral do Estado, major Teodorico Guilherme e sr. Manoel Cavalcanti, por si e pela Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, prof. Ulisses de Góis, por si e pela Ação Catolica, contadores Hemeterio Lira e Jairo Tonelli, representantes do jornal «A Ordem», da Cooperativa Central de Credito, da Escola Técnica de Comercio e de outras instituições religiosas.

Dentre os inumeros sobrinhos de D. Joaquim podemos destacar o sr. Antonio de Almeida Macedo, o prof. Manoel de Almeida Barreto e Madre Macedo, irmã Dorotéa, ora no Colegio Santo Antonio, em Belem do Pará.

Em significativa homenagem á memoria do prelado desaparecido a veneranda Irmandade do Senhor dos Passos fez hastear o Pavilhão em funeral durante todo o dia 31. A Prefeitura de Macaiba teve outro gesto bem significativo decretando luto naquele dia, cerrando as suas portas e mandando hastear em funeral o Pavilhão Nacional. A. F.

Desembargador João Dionisio Filgueira

(Socio efetivo e benemerito).

Com o desaparecimento, a 14 de abril de 1947, nesta cidade, do nosso eminente consocio, Desembargador João Dionisio Filgueira, abriu-se, nas fileiras do Instituto, um vacuo impreenchivel, porque ele era um dos raros adeptos da nobre religião da Verdade e do Estoicismo, ao lado de uma modestia e nobreza incomparaveis.

Para noticiar o seu pranteado decesso, é bastante reproduzir, nestas colunas, a pagina de saudade e de gratidão, que, em nome do Instituto, disse o nosso companheiro presidente, dr. Nestor Lima,

á beira da sepultura do inolvidavel consocio. Ei-la :

“Consenti, senhores, que antes que baixe á terra o despojo funerario do Desembargador João Dionisio Filgueira, falecido hontem nesta cidade, venha, o Instituto Historico e Geografico, onde ele era figura de notavel destaque e seu 1º vice-presidente, havia mais de vinte anos, traduzir, pela minha palavra desautorizada, a sua mais sentida homenagem de admiração e a sua imperecível saudade.

Desaparece, com o eminente cidadão, uma das mais nobres representações da cultura e da sabedoria norte-rio-grandenses, um dos nossos mais respeitados juizes e um dos mais conspícuos expoentes das nossas tradições de lealdade, lísura, probidade e educação social.

Por isso, o seu desaparecimento, aos 78 anos de idade, quando já se achava afastado de todas as responsabilidades publicas e gosava a alegria do ócio, mas, aquele *otium cum dignitate*, como diriam os romanos, produziu essa imensa sensação de magua que se estampa em todos os semblantes e a cidade em pêso vem trazer-lhe tambem o preito da sua admiração e do seu reconhecimento.

Ele nasceu a 9 de outubro de 1868, na bela terra mossoróense, a legitima capital do Oeste norte-rio-grandense, do casal abençoado do capitão Antonio Filgueira e Dona Maria Emilia Filgueira, ambos já desaparecidos, iniciou ali os seus estudos primarios, continuando os secundarios em Recife, em cuja velha e tradicional Faculdade de Direito recebeu o grau de bacharel, nos albores da Republica, em 1889.

Voltando ao Estado natal, ingressou no ministerio publico, em Canguaretama, passou a Juiz municipal de Santana do Matos e de Campo Grande, hoje Augusto Severo, atingiu o juizado de direito de Pau dos Ferros, em 1892, na organização do Es-

tado, sendo sucessivamente removido para Assú, em 1895, e Mossoró, em 1897.

Desembargador em 1907, na vaga do grande Meira e Sá, honrou a cadeira de Magistrado, por mais de trinta anos, sendo eleito presidente em 1926 e reeleito até 1936, quando deixou a direção da justiça estadual, num dos periodos aureos do Poder Judiciario e em que teve de arcar com os arreganhos da Ditadura, que visava principalmente, como conseguiu, demolir a independencia e a nobrêsa da magistratura.

Como o advento da carta expedida pelo ditador, volveu á serenidade do seu lar, com a aposentadoria compulsoria, aonde foi busca-lo o governo iniciado a 3 de julho de 1943, para confiar-lhe a gestão da administração publica, por mais de dois anos e até 15 de agosto de 1945.

Após, alheiou-se completamente das atividades sociaes, mesmo porque já lhe era precaria a saúde e buscava a tranquilidade tão necessaria ao outono de sua existencia.

Probo como quem mais o fosse, lhano e delicado para quem quer que o procurasse, digno e prudente, ele era bem um daqueles celebrados varões de Plutarco, em quem as virtudes publicas corriam parelhas com o conjunto das qualidades individuaes.

Magistrado por mais de quarenta e cinco anos, nunca se lhe exprobo uma atitude que não fosse decente, uma decisão que não estivesse fundada na lei e no direito, um gesto que se não enquadrasse nas normas da polidês e da honra.

Devia-lhe eu grandes delicadêsas e a mais ampla gratidão pela sua amisade e o seu cavalheirismo: fês-me procurador geral do Estado, em 1934, na transição constitucional, por força de unanime escolha de seus pares e galardoou-me, em 1945, com a aposentadoria premio, a que fizera jús por mais

de 35 anos de serviços ao Estado, reputados, então, bons e leaes.

E ao Instituto Historico, onde penetrou o dr. Filgueira como socio correspondente, em Mossoró, desde 16 de novembro de 1902, passando a efetivo em 1907, desempenhando as funções de tesoureiro de 1911 a 1916, e como 1º vice-presidente, desde então até á morte, hontem, prestou os mais assinalados serviços, que o consagraram BENEMERITO, pelo voto unanime da casa, na assembléia geral de reforma, a 27 de março de 1927.

É esse confrade exemplar, pela sua conduta e pela sua operosidade, pelo seu amor á Instituição e ás letras historicas, cujo conselho salutar e prudente nunca foi solicitado em vão, para ser seguido com fidelidade, e cuja vida publica e privada sempre se pautou pelas normas da verdade e do justo, é esse confrade que nós vimos reverenciar, comovidos e pesarosos, no instante crucial, em que vae baixar á terra dadivosa, que tanto lhe deve, deixando um vácuo difficilimo de preencher, no seio da sociedade, em que foi figura de alto relevo, enquanto que, no recésso da familia, na desolada Consorte e nas filhas amantissimas, correrá para sempre o pranto mais sentido e a saudade mais duradoira.

Naquela corôa simbolica, fica a marca indeleavel da nossa homenagem e a perene demonstração da nossa grande e imorredoira saudade.

Em nome do Instituto Historico, ó grande e querido amigo, fazemos preces a Deus pelo teu eterno descanso, no seio da gloria celestial”.

Dr. Henrique Castriciano de Souza

(Socio efetivo)

Õ falecimento do doutor Henrique Castriciano de Souza, ocorrido nesta capital, a 26 de julho de

1947, causou a mais profunda magua no seio da nossa gente, onde era muito apreciado e respeitado como um dos mais altos espiritos da sua geração.

Nascido a 15 de março de 1874, em Macaíba, deste Estado, e filho do comerciante Eloi Castriciano de Souza e D. Henriqueta Leopoldina de Souza, Henrique Castriciano demonstrou, desde cedo, o seu pendor para as letras e as cultivou, com grande brilho, até ás proximidades do seu martirio e morte.

Adauto da Camara, em brilhante palestra na Federação das Academias de Letras do Brasil, sediada no Rio, fêz um exato e completo perfil do saudoso extinto, que bem merecia uma trasladação das colunas do «Jornal do Comercio», dali, em edição de 26 outubro de 1947, para estas paginas de saudade, onde mingua o espaço.

Mas, não ha mal em tentar um transunto desse perfil fidelissimo.

Poeta e prosador notavel, deixou numerosa serie de trabalhos literarios e sociologicos, entre os quaes, *Iriações*, 1892, *Ruínas*, 1899, *Mãe*, 1897, *Vibrações*, 1903, *Engeitado*, drama, 1900 e *A Promessa*, cena infantil, levada ao palco, a 24 março 1904, inaugurando o Teatro «Carlos Gomes».

Escreveu o notavel poema *Abôio*, muito conhecido e declamado.

Pertenceu a sociedades culturaes, que fundou e presidiu, como o Centro Polimatico e a Academia de Letras, e era fundador do Instituto Historico, em 1902. Durante uma estadia na Suissa, concebeu e aqui realizou a fundação da Escola Domestica, notavel estabelecimento desta capital e primeiro do seu genero no Brasil.

Diplomando-se em Direito, em 1908, foi Secretario de Estado, de 1900 a 1910, Procurador Geral de 1911 a 1915, Vice-Governador do Estado de 1915

a 1923, não tendo tido ensejo de assumir o Governo, entretanto.

Secretario do Tribunal Eleitoral, de 1935 a 1937, foi aposentado nesse ultimo ano, em virtude da extinção da Justiça Eleitoral, a 10 novembro.

Criou a cadeira de Nisia Floresta, na Academia, e tinha em elaboração um alentado trabalho sobre a grande escritora norte-rio-grandense.

Era irmão do dr. Eloi de Souza, que lhe sobrevive, e da poetisa Auta de Souza, falecida em 1901 e de João Cancio R. de Souza, tambem já desaparecido. Conservou-se toda a vida em estado de solteiro.

Durante mais de quatro anos, sofreu as agruras de uma paralisia progressiva, internado no Hospital Miguel Couto e na Policlínica do Alecrim, onde ocorreu o obito, sendo sepultado no Cemiterio do Alecrim.

Todas as instituições em que atuou prestaram-lhe comovidas homenagens por ocasião do seu sepultamento e em ceremonias subseqüentes.

Dr. Euzebio Neri Alves de Souza

(Socio correspondente).

Imenso foi o vácuo aberto nas fileiras dos pesquisadores do passado, nas plagas de Iracema, com a morte, a 24 de setembro de 1947, em Fortalêsa, do dr. Euzebio Neri Alves de Souza, diretor do Arquivo Publico e ex-juiz de direito naquele Estado.

Natural de Pernambuco, onde viu a luz a 24 de agosto de 1883, uma vês formado em direito na Faculdade do Recife, na turma de bachareis de 1906, Euzebio rumou para o Ceará e aí iniciou e realizou toda a sua vida publica, desde os cargos de juiz municipal e de juiz de direito, passando depois a dirigir o Arquivo Publico.

Mas, foi nas letras historicas cearenses e do Brasil que ele mais se afeiçãoou, estudando-as com afincio e publicando varios trabalhos de subido valor, entre os quaes "Tiburcio", 1837, e os que inseriu na Revista do Instituto do Ceará, de que foi grande esteio, juntamente com o saudoso Barão de Studart, emquanto este o dirigiu.

Casára-se com D. Marcia Osorio de Souza e deixou sete filhos, entre os quaes o major Arilo Osorio de Souza, do Exercito Nacional.

Era correspondente do Instituto Historico, tendo sido proposto e unanimemente aceito a 25 de setembro de 1934.

Dom José Pereira Alves

(Socio honorario)

Entre as grandes figuras do clero nacional e dos elencos historicos do Brasil, ocupava lugar de assinalado destaque o egregio Bispo de Niteroi, D. José Pereira Alves, falecido naquela capital a 22 de dezembro de 1947.

Tendo perlustrado com altos valores o Episcopado Brasileiro, como terceiro bispo de Natal, foi sua excelencia proposto e aceito, para a classe dos Socios Honorarios do Instituto Historico, a 27 de março de 1927 e empossado a 29 do mesmo mês, quando se comemorava o jubileu de prata da instituição e ele ocupou a tribuna da casa, em brilhante e soberba alocução.

Informa o JORNAL DA MANHÃ, de 28/12/1947:

"Nascido em Palmares, Pernambuco, no dia 5 de março de 1885, ordenou-se em 1º de novembro de 1907. Foi professor e reitor do Seminario de Olinda, Deão da Cathedral em 1918. Monsenhor protenotario apostolico em 1920. Governador do bispado

do em 1921, foi eleito vigário capitular da arquidiocese de Olinda no mesmo ano. Dirigiu a revista «Maria» e foi professor de humanidades e religião de vários colégios em Pernambuco. Ocupou ainda o cargo de vice-presidente da Academia Pernambucana de Letras. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, da Academia Petropolitana de Letras e da Academia Fluminense de Letras. Foi eleito bispo em 27 de outubro de 1922 e sagrado na Basílica do Carmo, em Recife, no dia 4 de março de 1923. Foi transferido para Niterói em 27 de janeiro de 1928, tendo tomado posse no dia 20 de maio do mesmo ano. No Rio Grande do Norte exerceu ação proveitosa e prestou relevantes serviços à religião a que serviu com dedicação e amor.

“Entre as grandes obras por ele realizadas entre nós figura o diário católico com a publicação do «Diário de Natal», convidando para dirigi-lo o ilustre des. Antonio Soares, um dos fortes elementos do nosso meio social católico”.

Posteriormente, dirigido pelos srs. Dr. Alberto Roseli e Monsenhor João da Mata, foi mais tarde transferido ao Centro de Imprensa Católica e transformado na atual «A Ordem».

RESUMO das atas das principais sessões do Instituto, nos anos de 1944 a 1947

1a. — Assembleia geral de eleição da diretoria e comissões permanentes em 25 de março de 1945.

Com a presença, á hora regimental, na séde do Instituto, dos srs. Nestor Lima, Luiz Lira, Silvino Bezerra, Benício Filho, Varela Santiago, Lemos Fi-

lho e Camara Cascudo, em numero suficiente e em 2ª convocação, foi aberta a assembleia geral de eleição, sob a presidencia do primeiro e servindo de secretarios os srs. Silvino Bezerra e Lemos Filho. Declarados os fins, organizados os trabalhos eleitoraes, recolhidos os votos e apurados os resultados, verificou-se que foram reeleitos os srs. Nestor Lima, presidente, (10º bienio), Silvino Bezerra 1º secretario (2º bienio), Lemos Filho, 2º secretario, (2º bienio), Camara Cascudo, orador, (5º bienio), Varela Santiago, tesoureiro, (2º bienio), Felipe Guerra, diretor da biblioteca (6º bienio) como tambem João Filgueira e Luiz Lira, 1º e 2º vice-presidentes, Benicio Filho, adjunto de orador; Calazans Pinheiro, adjunto de secretario e Matias Maciel, adjunto de tesoureiro; Horacio Barreto, Dioclecio Duarte e Joaquim Inacio para a comissão de Fazenda e Orçamento, e Nestor Lima, Antonio Soares e Camara Cascudo, para a de «Revista».

O sr. Presidente convidou a todos os socios eleitos para a sessão de posse a realizar-se a 29 do corrente, ás 20 horas, na forma dos Estatutos.

O Instituto resolveu, por unanimidade de votos, atender ao apêlo do Itamarati, no sentido de realizar uma sessão solene em homenagem ao 1º centenario do Barão do Rio Branco, no dia 20 de abril futuro, designando para orador da solenidade o consocio Presidente.

Foi apresentado pelo Tesoureiro o balanço da tesouraria, referente ao exercicio financeiro de 1944: á comissão de Fazenda.

Encerrada a sessão, ás 15 horas.

2a.—SESSAO magna de posse a 29 de março de 1945.

Presentes, ás 20 horas, os srs. Nestor Lima,

Silvino Bezerra, Lemos Filho e mais socios que assinaram a lista, foi instalada a sessão magna de posse da nova diretoria e comissões permanentes para o bienio de 1945 a 1947, sob a presidencia do primeiro e secretariada pelos dois imediatos.

Aberta a sessão, foram convidados todos os socios presentes e que foram reeleitos a ocuparem os seus cargos, dando-se por empossados.

Em seguida, o sr. Presidente fêz o relatório do bienio de 1943 a 1945, verbalmente, dando conta das principais ocorrências do periodo.

Na ordem do dia, foi aprovado o balanço das contas de 1944, com um voto de louvor ao tesoureiro, dr. Varela Santiago. Encerrada a sessão.

**3a. — SESSÃO solene em homenagem
ao Barão do Rio Branco, a 20 de
abril de 1945.**

Às 20 horas, no salão do Instituto, presentes os srs. Nestor Lima, Silvino Bezerra, Lemos Filho, Varela Santiago, Juvenal Lamartine e outros socios do Instituto, realizou-se a solenidade comemorativa do primeiro centenario do nascimento do dr. José Maria da Silva Paranhos Junior, barão do Rio Branco. Aberta a sessão e composta a mesa, pelo sr. Nestor Lima, secretarios, autoridades e pessoas de distinção, obtem a palavra o sr. Nestor Lima, designado previamente, o qual leu substancioso trabalho sobre a vida e as atividades do grande Chanceler, sendo, ao terminar, aplaudido e abraçado por todos os presentes. Afinal, encerrada a sessão. Vae o discurso inserto ás paginas 99 a 105 desta Revista.

4a. SESSÃO conjunta do Instituto Histórico, Academia de Letras e Sociedade Brasileira de Folk-lore.

Às 20 horas, na séde social, presentes socios em numero suficiente, do Instituto, da Academia e da Sociedade de Folk-lore, autoridades e familias, deu entrada na sala das conferencias o sr. Wiliam Rex Crawford, adido cultural á Embaixada Norte-Americana, no Rio. Composta pelos presidentes das 3 instituições culturaes a mêsa, pelo recipiendario e o coronel Ventureli Sobrinho, o sr. presidente do Instituto declarou o fim da reunião, que era ouvir, em conferencia, o sr. Wiliam Rex Crawford, cuja apresentação fês e a quem as treis associações rendiam suas homenagens. Dando-lhe a palavra, ele proferiu, durante uma hora, seu belo trabalho sobre “Uma interpretação da Historia da America do Norte”, muito aplaudido. Falou, em nome das treis casas, o sr. Camara Cascudo, em brilhante saudação e, por fim, o sr. presidente agradeceu a visita do professor americano, a quem foi conferido o titulo de socio do Instituto, e discorreu sobre Franklin Delano Roosevel, a quem chamou de “o maior vulto de todos os tempos” e a cuja memoria rendeu preito, com um minuto de silencio, o que foi por todos aprovado. Encerrou a sessão.

5a. SESSÃO ordinaria de 10 de Fevereiro de 1946.

Com o numero regimental de socios, srs. Nestor Lima, Dionisio Filgueira, Silvino Bezerra, Camara Cascudo, Lemos Filho e Varela Santiago, sob a presidencia do primeiro e os secretarios 3º e 5º.

Aprovada a ata anterior, foram á mesa duas

propostas para socios: uma, de honorarios firmada pela Mêsã e outra para efetivos e correspondentes assinada por varios socios.

Na Ordem do dia, depois de dispensado o intersticio regimental, foram submetidos á discussão e a votação os nomes dos srs. D. Jaime Camara, Arcebispo do Rio, João Batista Porto Carreiro Costa, bispo de Mossoró e José de Medeiros Delgado, bispo de Caicó, para socios honorarios, sendo aprovados, sob aplausos. Depois, tambem discutidos e votados os nomes dos srs. dr. Anfiloquio Camara, Manoel Rodrigues de Melo e Otacilio Cavalcanti, para efetivos, e dos srs. drs. Helio Viana, Guilherme Auler, Hugo Vitor e Salomão Vasconcelos, para correspondentes, em Rio, Recife, Fortalêsa e Belo Horisonte, foram aprovados por unanimidade. Foram transcritas na ata as propostas em seu completo teôr.

A seguir, o sr. Presidente apresentou á casa uma carta de Dom Joaquim de Almeida, bispo resignatario de Natal e titular de Lari, oferecendo ao Instituto uma bela medalha em bronze comemorativa da criação do 1º cardeal brasileiro e sul-americano, D. Joaquim Arcoverde. Aceita com agrado, foram lidas e transcritas na ata a carta e a resposta de agradecimento do sr. Presidente.

Foram ainda presentes á casa duas ofertas muito interessantes: — Uma copia da mascara mortuaria de Augusto Severo, em Paris, no dia 12 de maio de 1902, oferta do sr. Sergio Severo, filho do grande patricio, e um cachimbo “Narguilé”, que foi offerta de Augusto Severo ao cel. Luiz Pereira Tito Jacome e ofertado pela Exma. D. Maria Emiliana de Oliveira, enteada deste illustre concidadão. Em seguida, tomou posse o sr. Otacilio Cavalcanti, novo socio efetivo. Foi convocada a sessão magna de 29 de março, fundação do Instituto, para a posse dos demais socios novamente escolhidos.

Após uma exposição do sr. Presidente sobre o critério adotado em assumptos toponímicos com as Prefeituras da Capital e do interior, aprovado por todos, foi encerrada a sessão.

**6a. — SESSAO magna de aniversario a
29 de março de 1946.**

Às 20 horas, na séde social, com a presença de socios em numero regimental, foi instalade a sessão magna de 44^o aniversario do Instituto, constituida a mēsa pelos sr. Nestor Lima, Silvio Pedrosa, Prefeito da Capital, Varela Santiago e Aldo Fernandes, como secretarios. Declarados os fins da reunião, que era lembrar a data do 44^o aniversario, o sr. Presidente convidou a tomarem assento nas cadeiras competentes os novos socios dr. Anfiloquio Camara, Manoel Rodrigues e Otacilio Cavalcanti, que foram empossados solenemente como socios efetivos e receberam os diplomas respetivos, sendo saudados em eloquente discurso pelo consocio orador, sr. Camara Cascudo. Agradeceu em nome dos recipiendarios o sr. Manoel Rodrigues de Melo, que dissertou sobre “A Provincia, seus defeitos e suas virtudes”, ambos muito aplaudidos.

Em seguida, na *Ordem do dia*, foram escolhidos, por proposta do sr. presidente, para os cargos vagos de suplentes de secretario e de tesoureiro os srs. Otacilio Cavalcanti e Manoel Rodrigues e para a comissão de fazenda o sr. Anfiloquio Camara. Lidos telegramas do sr. Salomão Vasconcelos, agradecendo sua escolha, e do sr. Bartolomeu Fagundes, de parabens pela passagem do 44^o aniversario do Instituto.

Aprovados os balanços da tesouraria de 1944 e 1945.

Ao encerrar a sessão, o sr. Presidente passa em revistas os nomes dos socios fundadores, apresentando-lhes homenagens de profundo respeito.

7a. — Assembleia geral de eleição da diretoria a 23 de março 1947.

Na séde social, á hora marcada, presentes os socios em numero regimental, já na segunda convocação, realizou-se a eleição da nova diretoria, para o bienio de 1947 a 1949, lida e aprovada a ata da anterior e lido o expediente do dia, e com ele uma carta do dr. Israel Nazareno, ofertando uma fotografia de seu digno pae, o pintor Joaquim Fabricio Gomes de Souza, e outros. Na *Ordem do dia*, procederam-se as eleições para o bienio 1947-1949, com o seguinte resultado: Presidente, Nestor Lima, 11º bienio, Silvino Bezerra, 1º secretario, 3º bienio, Lemos Filho, 2º secretario, 3º bienio, Camara Cascudo, 6º bienio, Tesoureiro Varela Santiago, 3º bienio, Diretor da biblioteca, Felipe Guerra, 6º bienio. Re-eleitos tambem os 1º e 2º vice-presidentes, João Filgueira e Luiz Lira, adjuntos de orador, secretario e tesoureiro os srs. Benicio Filho, Otacilio Cavalcanti e Rodrigues de Melo, e as comissões de fazenda: Horacio Barreto, Aldo Fernandes e Anfiloquio Camara e de Revista: Nestor Lima, Antonio Soares e Camara Cascudo.

O sr. Presidente comunicou achar-se gravemente enfermo o consocio Desembargador Filgueira, 1º vice-presidente e o sr. Silvino Bezerra fês igual comissão relativa ao consocio des. Benicio Filho.

Foi aprovado um voto de pesar pela perda do grande Afranio Peixoto, no Rio. Antes de encerrar a sessão, o sr. presidente convocou a sessão magna de aniversario, a 29 do corrente, quando será inau-

gurado um quadro a oleo do Conego Estevam Dantas, com discurso do Conego José Adelino Dantas, sobre o illustre latinista conterraneo.

8a. — **SESSÃO magna de aniversario a**
29 de março de 1947.

Às 14 horas, na séde social, presentes os socios, em numero regimental, foi aberta a sessão pelo sr. Nestor Lima, que compôs a mesa com os srs. Silvino Bezerra e Otacilio Cavalcanti, secretarios, e Dr. Ewerton Dantas Cortês, Secretario Geral do Estado e representante do sr. Interventor Federal. Estavam presentes uma comissão da Academia de Letras, pessoas gradas e exmas. familias. Aprovada a ata, na *Ordem do dia*, foram empossados os novos diretores reeleitos em sessão anterior, srs. Nestor Lima, presidente, Silvino Bezerra e Lemos Filho, 1º e 2º secretarios, Camara Cascudo, orador, Varela Santiago, tesoureiro, e Felipe Guerra, diretor da Biblioteca, assim como os suplentes de secretario, orador e tesoureiro, Otacilio Cavalcanti, Benicio Filho e Rodrigues de Melo e as comissões de fazenda: Horacio Barreto, Aldo Fernandes e Anfiloquio Camara e a de Revista: Nestor Lima, Antonio Soares e Camara Cascudo.

O sr. Presidente leu o relatorio do bienio 1945-1947. O sr. tesoureiro apresentou o balanço do exercicio de 1946, que foi á comissão de fazenda. Vae o Relatorio publicado ás paginas 159-164 desta Revista.

Em seguida, foi concedida a palavra ao Conego José Adelino Dantas, em nome da Academia de Letras, para fazer o elogio do Conego Estevam Dantas, o que fêz em bela oração, que vae inserta ás paginas 119 a 130 da Revista. Muito applaudida a elo-

quente palestra, foram inauguradas as efigies do saudoso latinista, a óleo, da lavra do seu sobrinho Hostilio Dantas, e, em fotografia, do professor Joaquim Fabricio, oferta do seu filho dr. Israel Nazareno de Souza.

O sr. Presidente agradeceu muito comovido a homenagem ao Conego Estevam, prestou tributo de saudade aos socios desaparecidos e encerrou a sessão.

Estão conforme. Secretaria do Instituto Historico, em Natal, 31 dezembro 1947. O 2º secretario suplente, *Otacilio Cavalcanti*.



INDICE

— DOS —

VOLUMES XLI A XLIV

— DA —

REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO

Autores	Epigraphes	Paginas
REDAÇÃO	Arquivo. Treis documentos	5
VINGT-UM ROSADO	Alexandre Baraúna Mossoró ..	21
CAMARA CASCUDO	Ministro Luiz José de Sampaio .	24
NESTOR LIMA	Des. Manoel André da Rocha	26
BUENO AZEVEDO	Coronel Luis Lôbo	29
Pe. SEVERINO BEZERRA	Paroquia de Natal	33
DIVERSOS	Juizos da Imprensa	41
NESTOR LIMA	Modificações da toponimía	47
ANTONIO SOARES	A lenda da Iára (trad.)	55
JOSÉ AUGUSTO	O Seridó	59
CLARA SOARES	Familia "Casa Grande"	79
NESTOR LIMA	1º Centenario de Rio Branco	97
J. G. GAMA E ABREU	O Rio Grande do Norte ...	107
NESTOR LIMA	O Centenario da Cidade do Assú..	111
Cº. JOSÉ ADELINO	Conego Estevam Dantas	119
NESTOR LIMA	Ruas de Natal	131
ADAUTO DA CAMARA	O nosso ultimo Senador do Imperio	141
INSTITUTO HISTORICO:		
NESTOR LIMA	Relatorio da Presidencia	159
SILVINO BEZERRA	Quadro dos Socios	164
DIVERSOS	— Necrologia	169
OTACILIO CAVALCANTI	Resumo das atas	189
INDICE	199